UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alexandra Rodrigues Sanches

O “DRAGÃO ASIÁTICO”: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO CHINÊS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sorocaba/SP
2023

Alexandra Rodrigues Sanches

O “DRAGÃO ASIÁTICO”: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO CHINÊS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Padilha Pereira da Silva.

Sorocaba/SP
2023

Alexandra Rodrigues Sanches

O DRAGÃO ASIÁTICO: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO CHINÊS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 12 / 06 / 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabrício Padilha Pereira da Silva
Universidade de Sorocaba

Prof.ª Dr.ª Maria Luísa Telarolli A. Leite
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior
Universidade de Sorocaba

AGRADECIMENTOS

A Deus que me conduziu em todo esse processo e é tudo para mim.

Aos meus pais, que desde criança me ensinaram a importância da educação, me incentivaram, apoiaram, leram, ouviram e sempre estiveram ao meu lado. Ao meu irmão também.

À minha família, em especial aos meus tios e vovó Valdete, que sempre torceram por mim.

Aos meus amigos, dos quais não poderia deixar de citar Beatriz, César, Cindy, Danielly, Danny, Fabrício, Gabrielle, Giovanna, Heloísa, Isabelle, Letícia, Lincoln, Lucas, Mariana, Rafael, Raquel, Rebecca, Renan, Stephanie, Thiago, Victor, e minha professora de mandarim, Aurora.

Ao Vinícius, meu companheiro de estudos sobre a Ásia e marxismo.

Às minhas lindas cachorrinhas, Alice e Sabrina.

A todos os professores que participaram da minha formação e que tornaram tudo isso possível, em especial o Prof. Fabrício Padilha, Prof. Walter Swensson, Prof. Rodrigo Amaral, Profa. Maria Luisa Telarolli, Profa. Karina Calandrin e aos meus professores do ensino médio, Profa. Fabiana Osiro, Prof. Marcos Faciaben e Prof. Gerson.

E a todos que torceram e oraram por mim nessa etapa de finalização da minha graduação.

Existem apenas duas classes sociais, as do que não comem e as do que não dormem com medo da revolução dos que não comem.

(Milton Santos).

RESUMO

Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se analisar a construção do socialismo chinês durante os governos dos líderes Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, cujo desenvolvimento não só esteve sujeito às circunstâncias históricas presentes nos cenários domésticos de seus respectivos mandatos, mas também às condições impostas por uma ordem internacional hegemônica fundamentada na lógica de exploração do capitalismo, resultando na necessidade de formulação de estratégias que permitam a coexistência de uma país socialista em um mundo predominantemente capitalista. Nesse sentido, a China representa um forte contraponto às relações de dominação exercidas pelas potências ocidentais, ao negar-se a adotar um papel de submissão que é atribuído pelas forças hegemônicas aos países do Sul global, nas dinâmicas do comércio global.

Palavras-chave: China; Socialismo; Capitalismo.

ABSTRACT

The research aims to analyze the construction of Chinese socialism during the governments of Mao Zedong and Deng Xiaoping, which development was not only influenced by the historical circumstances present in the domestic scenarios of their respective mandates but also by the conditions imposed by a hegemonic international order based on the logic of capitalist exploitation. As a result, strategies needed to be formulated to allow the coexistence of a socialist country in a predominantly capitalist world. In this sense, China represents a strong counterpoint to the domination exerted by Western powers by refusing to adopt a submissive role that is assigned by hegemonic forces to countries in the Global South within the dynamics of global trade.

Keywords: China; Socialism; Capitalism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições dos conceitos utilizados.....15

Quadro 2 – Linha do Tempo: Início da Primeira Guerra do Ópio até a Revolução Xinhai.....47

Quadro 3 – Linha do Tempo: Da Revolução Burguesa até a Revolução Proletária na China.....58

LISTA DE SIGLAS

URSS – União Soviética
PCCh – Partido Comunista Chinês
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
ELP - Exército de Libertação Popular
ONU – Organização das Nações Unidas
FMI - Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

1. Introdução 11

2. Capitalismo, Globalização e a Periferia Mundial 19

2.1 A Ordem Liberal e a Mais Valia Universal 19

2.2 A Marginalização do Conhecimento do Sul como Forma de Dominação 33

3. Imperialismo, Revolução e Revolução da Revolução 36

3.1 Declínio e Queda do Império Celestial 36

3.2 O Projeto Nacional do Partido Comunista da China 48

4. A Construção do Socialismo Chinês 58

4.1 A Nova Democracia de Mao Tsé-Tung 58

4.2 Ameaça Externa e Contradições na China: O Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural 73

5. Transformações na China pós 1978: A Coexistência do Socialismo na Ordem Internacional Capitalista 88

5.1 Por Uma Visão Não Ocidental: Socialismo de Mercado ou Capitalismo? 88

5.2 “Voo do Dragão”: Modernização e a Grande Estratégia Internacional Chinesa 95

6. Considerações Finais 104

7. Referências 108

1. Introdução

A história não é eurocêntrica. As relações internacionais já existiam muito antes de 1648, quando os acordos da Paz de Westfália[1] propuseram a definição do conceito de Estado Moderno (pelo menos, para um único continente, que acreditava ter o direito de negar os diferentes tipos de organização política das formações econômicas-sociais[2] espalhadas pelo mundo). O Império Chinês já estava em processo de consolidação desde as campanhas de unificação territorial promovidas pela Dinastia Qin[3] iniciadas em 230 a.C; não muito longe dali, o líder Dangun já havia fundado Gojoseon[4] em 2333 a.C., gênese da Coreia contemporânea; durante os séculos II e I a.C., o povo Tai já habitava a região de Yunnan[5], da qual migrariam a partir de 857 a.C. para a bacia do rio Chao Phya, que faz parte do território da Tailândia atual. Apesar disso, a partir da consolidação de uma ordem internacional[6] europeia nas relações internacionais, que consistia na divisão do mundo através da promoção de suas políticas imperialistas, em seu processo de acumulação histórica, os Estados europeus subjugaram países da África, América Latina e Ásia ao desestabilizarem as políticas internas dessas nações, criando relações de exploração e dominação.

---

[1] A Paz de Westfália representa uma série de tratados assinados pelas nações europeias nas negociações de paz para o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que institucionalizaram princípios importantes para o comportado dos Estados e a organização das relações internacionais

[2] Ver tabela no final da introdução.

[3] A Dinastia Qin, também referida como Dinastia Chin (ideograma: 秦朝, pinyin: Qín cháo), governou a China entre 221 a.C. e 206 a.C.

[4] Dangun Wanggeom (alfabeto hangul: 단군왕검), considerado como o pai do povo coreano, foi responsável pela unificação de várias tribos localizados entre partes da Manchúria, Liaoning (ideograma: 辽宁, pinyin: Liáoníng) e de demais regiões que formam hoje o noroeste da Coreia, culminando na fundação do Reino de Gojoseon (alfabeto hangul: 고조선).

[5] Yunnan (ideograma: 云南, pinyin: Yúnnán) é uma província montanhosa localizada no sudoeste da China, que foi habitada pelo povo Tai desde os séculos I a.C. até a conquista do território pelo Império Mongol em meados do século XII e que teve como consequência, o deslocamento da população Tai para o Sul, fixando-se em regiões que mais tarde fariam parte do Vietnã, Laos, Mianmar e Tailândia.

[6] Para consulta dos conceitos de ordem internacional, ordem internacional europeia e ordem internacional liberal, ver tabela no final da introdução.

Assim, o desenvolvimento das potências europeias foi possibilitado através da transferência de recursos, mercados e mão de obra de suas colônias e semicolônias. Segundo Wallerstein (1974), foi estabelecida uma ordem mundial que divide os países pobres e ricos, sendo os primeiros citados, a periferia (ou semiperiferia) do capitalismo, e o segundo, o centro da riqueza global. Essas contradições foram brilhantemente percebidas por Lenin, que ao formular sua teoria do Imperialismo, adicionou a questão nacional (autodeterminação dos povos) ao movimento marxista, atraindo os países periféricos à prática revolucionária. A China não foi exceção: o recém-formado Partido Comunista Chinês (PCCh) encontrou na tática leninista um caminho favorável para a solução da fragmentação política nacional, agravada pelos abusos da colonização inglesa. Em 1949 é formada a República Popular da China pelos comunistas, única força política detentora de um projeto nacional capaz de atender as necessidades do país (JABBOUR, 2021, p. 25).

Simultaneamente a esse processo, a sociedade europeia entrava em colapso após o fim da Segunda Guerral Mundial, enquanto outros atores recebiam maior relevância internacional. Esses fatores geraram um vácuo na ordenação das relações internacionais, uma vez que, “era impossível aceitar, em 1945, a simples volta à situação anterior à guerra, pois isso implicaria aceitar o retorno a um ambiente social que fora (...), responsável pela irrupção do nazismo e fascismo” (LOPEZ, 1987, p. 113 – 114). Conforme Hobsbawm (1995), a ascensão da União Soviética (URSS) e dos Estados Unidos como potências, possibilitou duas diferentes propostas para a nova ordem internacional, as quais entrariam em confronto para a cooptação de mais nações adeptas durante a Guerra Fria, porém, a dissolução interna da União Soviética em 1991 implicou o estabelecimento da ordem internacional liberal, fundamentalmente capitalista, nas relações internacionais, o que representaria um grande desafio à China socialista.

O presente trabalho tem como foco a análise do processo de construção do socialismo chinês durante os governos de Mao Tsé Tung[7] (1949 – 1959) e

[7] Mao Tsé Tung (ideograma simplificado: 毛泽东, pinyin: Máo Zé Dōng), filho de camponeses, foi o principal idealizador da Revolução de 1949 e responsável pela criação de uma corrente de pensamento, o maoísmo.

Deng Xiaoping[8] (1978 – 1992), objetivando contribuir para a compreensão das principais diferenças entre os dois mandatos, bem como os fatores externos e internos que influenciaram as suas decisões. Assim, a pesquisa parte da perspectiva de que a experiência chinesa se trata de um processo, que como qualquer outro, possui contradições, das quais muitas são oriundas das condicionantes e variáveis históricas presentes na conjuntura das relações internacionais durante cada governo. No entanto, a combinação dessas contradições possibilita a formação de novas sínteses para a história da China, cuja sociedade vem demonstrando grandes esforços no sentido do desenvolvimento social e inaugurando novas dinâmicas políticas e econômicas.

Em relação aos objetivos específicos, busca-se um estudo crítico sobre os efeitos do capitalismo nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos e das estruturas exploratórias inerentes a esse sistema, que permitem o estabelecimento de relações de dominação entre o Norte e o Sul globais. Nesse sentido, os movimentos sociais que florescem nas nações do Sul representam reações à hegemonia das potências ocidentais e uma outra perspectiva, muitas vezes marginalizada, no desenvolvimento das relações internacionais. Além disso, o presente trabalho procura demonstrar a fraude em premissas ideológicas que remetem às noções de imutabilidade das construções sociais.

O **primeiro capítulo** da pesquisa apresenta uma leitura crítica sobre a consolidação do capitalismo como diretriz hegemônica no Sistema Internacional e a sua institucionalização através da predominância de uma ordem econômica liberal que promove uma Divisão Internacional do Trabalho danosa ao desenvolvimento do Sul global. Para uma maior reflexão sobre essas questões, é essencial considerar o livro "*Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal"* (2020), brilhantemente escrito por Milton Santos, que não só examina as desigualdades presentes no processo de globalização - que segundo o autor, foi responsável por expandir a Mais Valia para além da exploração do proletário pelo burguês, à nível de

[8] Deng Xiaoping (ideograma simplificado: 邓小平, pinyin: Dèng Xiǎo Píng) assumiu a presidência da República Popular da China em 1978 e foi responsável pela implementação das reformas no sentido de abertura da China (controlada e não sobre parâmetros neoliberais) para o exterior.

Estados - mas também tece em suas páginas a possibilidade de um novo tipo de globalização e formação econômica, mais humana e solidária. Além disso, também devem ser destacadas às contribuições de Filho em seu artigo "*Globalização: para quem?*" (2002) e de Meneses e Santos (2013) em *"Epistemologias do Sul"*, que denunciam os efeitos negativos desse modelo de globalização atual sobre os países do Sul global, bem como sua marginalização nas relações internacionais. Por último, mas não menos importante, também foi utilizada a obra cepalista[9] de Raúl Prebisch, "*The Economic Development of Latin America: and its principal problems*" (1950), que aponta o desiquilíbrio estrutural nas dinâmicas do comércio mundial.

Por sua vez, **o segundo capítulo** corresponde a análise de dois processos históricos, a primeira representa a queda do Celeste Império[10] na Revolução de Xinhai em 1911 e a ascensão dos republicanos ao poder, enquanto a segunda remete aos fatores que levaram o desenvolvimento de outra Revolução em 1949, responsável pela criação da República Popular da China.

O **terceiro capítulo** explora elementos do governo de Mao Tsé Tung e as dinâmicas que foram desenvolvidas no sentido da construção das bases do socialismo no país, até o rompimento da cooperação sino-soviética a partir da "desestalinização" promovida por Kruschev, que implicou em uma alteração forçada da estratégia na política doméstica da China. Por fim, o **quarto capítulo** analisa as reformas após 1978 lideradas por Deng Xiaoping, que buscaram minimizar as contradições internas e restaurar o pacto político entre o Partido Comunista e os camponeses.

---

[9] A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e representa uma escola de pensamento voltada para estudos sobre o desenvolvimento dos países da América Latina. Segundo a própria instituição, a CEPAL elaborou um método próprio, denominado "histórico-estrutural" que "analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas" (CEPAL.ORG, 2017).

[10] Até o esgotamento dos monarcas em 1911 na China, as dinastias chinesas eram frequentemente referidas como "Celeste Império" ou "Nação do Meio" (esse último representa o significado literal da palavra "China" em mandarim, cujo ideograma simplificado é 中国 e o pinyin: Zhōng Guó), devido a várias razões históricas e culturais. Algumas delas fazem referência ao tamanho e domínio do Império sobre diversas regiões e etnias, expressando sua superioridade, outras à crença de que o mandado do líder era divino, escolhido pelos céus.

Para a construção desses capítulos foram essenciais à leitura das obras: "*A Revolução na China: Colonialismo / Maoísmo / Revisionismo*" (1984) por Voltaire Schilling, "*The Search For Modern China*" (1990) de Jonathan Spence, "*A Era dos Impérios: 1875 – 1914*" (2012) e "*Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*" (2000) por Eric Hobsbawm, "*A Revolução Chinesa*" (2003), de Wladimir Pomar, "*China: desenvolvimento e socialismo de mercado*" (2020), escrito por Elias Jabbour e "*China: o socialismo do século XXI" (2021)* por Alberto Gabriele e Jabbour, à medida que apresentam riquíssimos dados e análises históricas sobre o complexo processo revolucionário chinês.

Finalizando, o presente trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, realizada através da revisão da literatura e da análise de fatos históricos a partir do diálogo dos mesmos com as contribuições marxistas e da teoria da dependência das relações internacionais.

Quadro 1 – Definições dos conceitos utilizados.

Conceito	Definição
Dialética Hegeliana	Se trata de um método filosófico criado por Hegel que busca à compreensão das transformações sociais na realidade, cujo o "espírito de uma época" – ou seja, o pensamento de um período histórico – constrói uma tese, enquanto, existe sempre um movimento oposto que compõe à antítese e, cujo o embate dessas contradições geram a síntese, que seria um novo fruto histórico. Segundo Marx (2013), o processo de tese, antítese e a formação de uma síntese são aplicados às relações históricas de classe, transformando a realidade material. Portanto, o conceito dialético se coloca como uma das bases de sua teoria.
Forças Produtivas e Relações de Produção	Se tratam de elementos centrais para a teoria marxista. Conforme Marx (2013), a força produtiva é entendida como a combinação entre a força de trabalho e os meios de produção – como os instrumentos necessários para efetuar o trabalho, recursos e materiais –, enquanto as relações de produção são caracterizadas como a forma cujas relações de trabalho são estabelecidas no processo de reprodução material.
Mais Valia	Marx (2013), denomina como Mais Valia o excedente gerado pelas relações de produção, ou seja, o valor da força de trabalho que não é retornado ao proletário, mas sim incorporado pelo capitalista a partir da diferença entre o valor da mercadoria e os meios de produção utilizados, sendo um componente do lucro no sistema capitalista. Sendo assim, pela Mais Valia, é possível ampliar o valor da mercadoria, à medida que, se retira do salário do operário, e alimenta-se o capital.

Imperialismo	Lenin (2021) afirma que imperialismo é fruto das dinâmicas de acumulação do capital estabelecidas durante a fase monopolista do capitalismo, cuja expansão não se limita ao território nacional, mas é exportada a outros países de modo que grandes empresas e bancos aumentem a concentração de capital.
Neocolonialismo	Com o advento da Revolução Industrial na Europa, que possibilitou o aumento da capacidade produtiva e o consequente inchaço do mercado europeu, causado pela superprodução, os dirigentes desses países consideraram necessária o escoamento dos produtos nacionais ao mundo. Assim, de acordo com Nkrumah (1965), o neocolonialismo traduziu-se em políticas imperialistas de dominação econômica, política, ideológica, religiosa e cultural em nações da África, América e Ásia na busca por novos mercados e fontes de matéria prima para fins de acumulação do capital.
Acumulação Primária (Karl Marx)	A “acumulação primária”, também chamada de acumulação “originária” ou “primitiva” foi um conceito criado por Marx no livro “*O Capital*” (2013), que se refere ao processo que permitiu a acumulação primária de capital no início do estabelecimento do capitalismo como formação social e econômica. Esse processo se deu através das políticas de privatização das terras comuns dos camponeses, que levaram ao surgimento de duas classes sociais, o proletariado e a burguesia, e da exploração dos recursos humanos e naturais de territórios colonizados para o desenvolvimento do capitalismo na Europa.
Mais Valia Universal (Milton Santos)	De acordo com Santos (2020), a mais-valia universal se refere a uma dinâmica existente a partir do processo de globalização, no qual a lógica do capital e a homogeneização do tempo como elemento da produtividade se expandem em escala global, superando as relações sociais e políticas a fim de obter o lucro. Portanto, o aprofundamento dos processos de globalização e interdependência, acompanhado pela disseminação de ideais neoliberais, fazem com que as estruturas de exploração e dominação que giram em torno do capital se expandam e tomem proporções globais.
Formação Econômica Social	A formação econômico-social é, segundo V. Platkóvski e S. Titarenko (1954), a maneira como uma sociedade produz bens, organiza as relações sociais e mantém as instituições que a compõem, combinando forças produtivas com as relações de produção pautadas por ideias centrais.
Socialismo	Segundo Lenin (2017), o socialismo é um modelo produtivo cujos meios de produção não pertencem mais a burguesia, mas sim ao proletário. O Estado burguês, como é concebido no sistema capitalista, não seria um aparato de repressão contra a classe trabalhadora, mas sim uma instituição cujas decisões seriam tomadas pelo proletário. O socialismo se trata, portanto, de um estágio transitório para o comunismo, onde o Estado se torna obsoleto e as dinâmicas sociais de classe são extintas.

Centralismo Democrático	O centralismo democrático é, conforme Lenin (2020), a base para uma organização comunista de vanguarda, sendo pautada pelo debate democrático entre os membros do partido. As decisões, após discussão interna, são tomadas de modo que os integrantes sigam o acordado como unidade. Vale ressaltar que a formação deste partido é estabelecida dentro de uma hierarquia.
Revisionismo	É uma tendência que surgiu em setores do movimento marxista e que tenta revisar os conceitos centrais do materialismo histórico dialético. No geral é um movimento que distorce os conceitos revolucionários e tende à uma aliança com a burguesia a partir de interpretações errôneas dos conceitos da base do pensamento marxista, ou como dito por Lenin: "no campo da política, o revisionismo tentou rever o que realmente constitui a base do marxismo, ou seja, a teoria da luta de classes" (LENIN, 1977, online).
Incerteza Keynesiana	A incerteza keynesiana é o nome dado ao conceito criado por Keynes (1936) e refere-se à tendência a liquidez e de um comportamento mais cauteloso, adotado pelos agentes econômicos diante da influência da falta de informações. Essa incerteza é a causa de diversas crises econômicas geradas pela especulação financeira.
Hegemonia	Segundo Gramsci, a hegemonia surge como uma forma de dominação da ideologia da burguesia sobre os proletários, sendo muito voltada a pessoas ou grupos que representam os seus interesses a partir da propagação ideológica na política e sociedade.
Liberalismo e Neoliberalismo	O liberalismo é uma filosofia política cuja base se alicerçou junto ao iluminismo e a ascensão burguesa, sendo um elemento de compreensão para as instituições mundiais e a existência da ideologia dominante. Já o neoliberalismo corresponde a uma abordagem política e econômica que defende a liberalização econômica e a diminuição do papel do Estado.
Ordem Internacional	Conforme Bull (2002), trata-se de um sistema de regras, normas e instituições que regula as relações entre os Estados no Sistema Internacional.
Ordem Internacional Europeia	Segundo Hobsbawm (1995), até meados do século XX, a Europa era responsável pela divisão do mundo em uma unidade operacional básica, controlada por suas políticas imperialistas e colonialistas. Assim, o estabelecimento de uma ordem internacional europeia previa somente os parâmetros eurocêntricos para a definição do que seria o “Estado moderno” e a conquista por novos mercados e fontes de matéria prima, através da exploração de territórios colonizados na Ásia e África.

Ordem Internacional Liberal	De acordo com Hobsbawm (1995), a partir do século XX, com a desmoralização e decadência das sociedades europeias no pós guerra (cujo estopim de tamanha barbárie está intrinsicamente relacionado às competições imperialistas no continente), o mundo deixa de ser eurocêntrico e o Sistema Internacional torna-se global, não mais controlado quase que exclusivamente pela Europa. Nesse sentido, o vácuo na ordenação das relações internacionais permite o surgimento da proposta de uma nova ordem internacional pelos Estados Unidos, cujo discurso ideológico (nem sempre aplicado na prática, especialmente pelo próprio EUA), é baseado nos valores liberais, como por exemplo, a redução do papel do poder público e à diminuição de barreiras que impeçam o livre comércio objetivando o aumento da cooperação entre as nações. Nesse sentido, diversas instituições foram criadas para proteger e impor o aparato desses princípios no sistema de Estados, que na prática, atrapalham o desenvolvimento dos países pobres e os tornam extremamente dependentes das nações desenvolvidas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2. Capitalismo, Globalização e a Periferia Mundial

O presente capítulo busca a construção de uma análise crítica dos efeitos da globalização e da institucionalização de uma ordem internacional, baseada em princípios neoliberais, na periferia do capitalismo, cuja localização, não por acaso, corresponde aos antigos territórios coloniais. Além disso, ressalta a importância da valorização do conhecimento e das experiências do Sul global, negligenciados pelas potências ocidentais à medida que, representam um contraponto às estruturas hegemônicas de poder exercidas pelos países desenvolvidos nas relações internacionais.

2.1 A Ordem Liberal e a Mais Valia Universal

Cada novo capítulo da história da humanidade é marcado pela evolução das técnicas produtivas, uma vez que possibilitam a alteração da realidade material de uma sociedade e consequentemente, sua organização. Um exemplo disso é a Revolução Industrial, que ao modificar as dinâmicas produtivas dos Estados, influenciou profundamente no desenvolvimento dos moldes capitalistas, diferente de outros momentos da história, as relações de troca não representavam mais um elemento secundário da sociedade, mas tornavam-se uma característica central.

Dessa forma, muitos autores deram continuidade ao debate sobre a questão filosófica do valor, objetivando novas significações que explicassem a sua origem. Em uma análise resumida, Adam Smith compreende que o valor está na quantidade de trabalho que a mercadoria consegue comandar, posto que, “o preço real de cada coisa — ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la — é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição” (SMITH, 1996, p. 87). Já na perspectiva de David Ricardo (1996), com exceção de bens escassos (como obras de artes e outros produtos únicos ou incomuns), o valor é definido pelo custo de produção, ou seja, pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. Nas palavras do próprio autor:

> Se uma peça de lã valer hoje duas peças de linho, e se, dentro de dez anos, o valor de uma peça de lã alcançar quatro peças de linho, poderemos com certeza concluir que será necessário mais trabalho

> para fabricar o pano, ou menos para fabricar as peças de linho, ou ainda que ambas as causas influíram (RICARDO, 1996, p. 30).

Além disso, David Ricardo (1996) afirma que o valor total da renda de um país é fixo e dividido em: salários, renda da terra e lucro. De acordo com essa perspectiva, o aumento de um componente necessariamente significa a diminuição de outro, à medida que o valor da renda é estático, por exemplo: o aumento dos salários implica na diminuição dos lucros. No entanto, essas perspectivas são insuficientes para explicar uma tendência do capitalismo, uma vez que esse sistema é definido pelo acúmulo de capitais, é necessária a geração de uma renda extra que permita uma poupança, o que não seria possível em uma economia de renda fixa, conforme proposta por Ricardo.

Karl Marx (2013) argumenta que as concepções clássicas não conseguiram explicar essa questão pois consideram a troca como um ato natural que sempre foi praticado desde os primórdios da humanidade, enquanto, na realidade, a troca não é a mesma das sociedades anteriores, sendo necessário avaliá-la através de uma perspectiva histórica. Considerando os modos de produção que existiram e/ou existem nas sociedades (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo...) como diferentes formas de articulação entre as forças produtivas e as relações de produção, cada formação econômica social têm características próprias na sua constituição.

Sendo assim, entre os elementos particulares ao modo de produção capitalista, para Marx (2013) é o conceito da Mais-Valia e a exploração do trabalhador que tornou possível o surgimento do capital de poupança do sistema capitalista:

> Observando-se o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador se relaciona com os meios de produção não como capital, mas como mero meio e material de sua atividade produtiva orientada para um fim. (...) Os meios de produção convertem-se imediatamente em meios para a sucção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador (MARX, 2013, p. 476).

Marx (1865) disserta que os patrões, ao empregarem um operário, não estão comprando seu trabalho, mas sua força de trabalho, de modo que, o produto final, mesmo que produzido pelo trabalhador, não pertence a ele.

Como sua força de trabalho é paga em horas, e não em unidades produzidas, torna-se possível ampliar o valor da mercadoria, à medida que o proletário não recebe pelo que produz e sim um valor menor do que foi gerado pelo seu esforço. Além disso, a existência de máquinas e tecnologias permite que o trabalhador produza mais em menos tempo, aumentando os lucros do capitalista.

> Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa urna máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (MARX, 1865, p.1)

Portanto, nesta perspectiva, a lógica do sistema capitalista consiste na contínua tentativa de aumento dos lucros para gerar um acúmulo de capital cada vez maior, sendo necessária novas dinâmicas que permitam sua expansão. Durante o final do século XIX e ao longo do século XX, essa tendência evidenciou-se através da política externa neocolonialista[11] desenvolvida pelos Estados mais influentes da Ordem Internacional Europeia que, inchados pelos novos níveis de produção permitidos pela Revolução Industrial, consideraram necessária uma busca por novos mercados e fontes de matérias primas, as quais encontraram explorando a Ásia, África e a América Latina. Até a contemporaneidade, essa lógica perdurou, com a diferença do desenvolvimento de sistemas mais complexos de dominação, não se resumindo ao papel do proletário e do burguês, como os processos de financeirização da economia e da globalização, tal como é proposta hoje.

> O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada do extermínio, escravização e sepultamento das minas da população aborígine, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em campo de caça dos escravos negros: são todos fatos que assinalam a alvorada da era da produção capitalista. Esses processos 'idílicos' representam outros tantos fatores fundamentais no movimento de acumulação originária (MARX, 1867 *apud* GALEANO, 2010, p. 51).

[11] Durante a segunda metade do século XIX até meados do século XX, a Europa ocupou e colonizou países da África e Ásia.

De acordo com Milton Santos (2020), durante o imperialismo, existiam diferentes “motores”, ou seja, ações, decisões e construções políticas, econômicas e sociais, que davam movimento ao capitalismo (como por exemplo: o motor belga, francês, português, inglês, etc.), mas que justamente pela diversidade, “empurravam as máquinas e homens em ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes” (SANTOS, 2020, p. 29). Porém, uma vez instaurada a nova fase globalizada do capitalismo, é criado um “motor único”, cujo o autor chama de “Mais-Valia universal” (SANTOS, 2020). Isso quer dizer que, com o aprofundamento dos processos de globalização[12], das relações de interdependência vinculadas à uma produção em escala mundial e pela disseminação de ideais neoliberais que estabelecem leis de mercado ditas como “naturais” e que supostamente tenderiam à autorregulação, as estruturas de exploração e dominação essenciais à manutenção do sistema que gira em torno do capital, expandem-se e tomam proporções globais.

> Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo. (SANTOS, 2020, p. 30).

Com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento da Ordem Mundial Liberal como um projeto dos Estados Unidos que busca a sistematização normativa das relações internacionais (e que, na medida do possível, esteja em conformidade com os interesses nacionais estadunidenses), decisões e até imposições políticas e econômicas - como o desenvolvimento das dinâmicas do Sistema Monetário Internacional contemporâneo, o Acordo de Plaza de 1985 que atingiu profundamente as bases econômicas do Japão, as condições para

[12] Segundo Filho: “Exatamente em razão da escala do fenômeno e da sua abrangência mundial é que a chamada globalização apresenta características únicas e até então nunca registradas na história da humanidade. O desenvolvimento tecnológico de ponta ("hightech") por exemplo, em especial nas comunicações e informações e nos transportes, trouxe rápida difusão das idéias, contribuindo de modo significativo para estabelecer uma nova visão do mundo. (...) Tudo isso em consonância com os planos estratégicos das grandes corporações transacionais, principalmente em decorrência do colapso das economias de planificação central ou dos planejamentos governamentais. Estamos assistindo ao rearranjo de forças do sistema capitalista, com o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, mais assimétrica e consequentemente mais perversa” (FILHO, 2002, p. 8).

a realização de empréstimos com o FMI (alinhados às premissas previstas no Consenso de Washington, realizado em 1989) que permitem a infiltração de interesses estadunidenses hegemônicos nas políticas públicas de países em desenvolvimento, especialmente nos casos na América Latina, etc. - caminharam para uma aparente uniformização do planeta através do estabelecimento de uma padrão único, mas que na realidade contribuíram para o aumento de desigualdades e para a redução da soberania nacional dos países da periferia mundial.

> Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2020, p. 19).

A proposta de globalização elaborada e imposta pelos países ricos desde o Pacto Colonial[13] permitiu o que Santos (2020) chama de "compartimentação dos territórios", ou seja, desenvolveu-se uma divisão política dos espaços territoriais para que tornassem funcionais "às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas" (SANTOS, 2020, p. 81).

> Hoje, com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política (...) nenhuma fração do planeta escapa a essa influência. (SANTOS, 2020, p. 81).

A presença política dos homens sobre os territórios geográficos permitiu o desenvolvimento de um sistema que define as dinâmicas sociais de produção mundiais. Esse sistema é chamado de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e pode ser definido como a organização das funções produtivas dos Estados no Sistema Internacional (SANTOS, 2006, 2020).

Raúl Prebisch (1950) estabelece que há um desiquilíbrio nas funções produtivas atribuídas aos Estados na Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que, os países do centro mundial seriam supostamente responsáveis por

[13] O Pacto Colonial era um conjunto de normas impostas pelos Estados imperialistas às suas colônias, objetivando o monopólio da exploração de seus recursos (matéria-prima, produção manufaturada, fluxos financeiros, etc.), impedindo as nações colonizadas não somente de ter autonomia sobre seu próprio território, mas também de comercializar sem permissão com outros países.

deter altos graus de industrialização e tecnologia, enquanto a periferia do capitalismo especializar-se-ia na produção de *commodities* e de bens primários, voltados sobretudo para o abastecimento de mercados externos.

Apesar de existir uma justificativa econômica baseada nas teorias de David Ricardo (1996) sobre as “vantagens comparativas” serem as responsáveis pela posição que os Estados receberam nessa dinâmica do comércio mundial, em uma análise que considera os fatores sociais e históricos envolvidos nas definições dessas funções, é possível identificar o estabelecimento de uma estrutura de dominação entre os países pobres e ricos. A exploração dos recursos humanos e materiais das colônias, que permitiram o desenvolvimento dos países europeus e sua acelerada industrialização, criou uma competição injusta entre as metrópoles e os países dominados desde a gênese do capitalismo - vale ressaltar que, segundo Marx (2013), a concepção da estrutura econômica da sociedade capitalista está relacionada à deterioração do feudalismo, de modo que, a usurpação e exploração de povos e territórios para o estabelecimento de colônias pelas potências europeias, além das políticas de privatização das terras comuns dos camponeses que faziam parte do início do processo de industrialização dessas nações -, e da criação de condições para o estabelecimento das novas dinâmicas de acumulação do capital, permitiram o desenvolvimento do processo de acumulação primária, que colocou os países colonizadores muito à frente das nações exploradas pelo imperialismo na corrida mundial para o desenvolvimento.

> A dupla tragédia dos países em desenvolvimento consiste em que não só foram vítimas desse processo de concentração internacional, como também foram posteriormente obrigados a compensar seu grande atraso industrial, isto é, realizar a acumulação originária de capital industrial num mundo inundado de artigos manufaturados por uma indústria já madura, a ocidental (MANDEL, 1968 *apud* GALEANO, 2010, p. 51).

Essa disparidade entre países pobres e ricos perdura até a contemporaneidade das relações internacionais, uma vez que, a evolução das dinâmicas comerciais e financeiras globais, além do aprofundamento dos processos de globalização, resultou para os Estados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, segundo Filho (2002), em um maior endividamento e, ao

mesmo tempo, na perda de sua autonomia sobre seus recursos naturais e em seu poder de barganha no mercado mundial. Ao levar em consideração essas discrepâncias no cenário mundial, é nesse sentido que Milton Santos (2006) emprega o uso da palavra “social” ao definir a Divisão Internacional do Trabalho como o processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente no Sistema Internacional.

> Com isso, esses países aprofundam suas contradições internas, aumentam sua dependência em relação aos organizamos financeiros internacionais e corporações bancárias privadas dos países ricos, sujeitam-se ao controle de suas moedas nacionais e a especulação internacional do câmbio e do mercado de capitais, implicando no enfraquecimento de suas soberanias como nações livres. A imposição de regras neoliberais aos governos destes países implica no estabelecimento do Estado Mínimo. A esse Estado neoliberal cabe um mero papel de mediador das políticas sociais e econômicas, sobrando-lhe a responsabilidade da segurança do Estado e das relações externas no âmbito de Governos. A vida econômica e social, através das privatizações, sofre o mínimo de interferência do Estado neoliberal. A saúde, a educação, a seguridade social são cada vez mais geridas pela iniciativa privada, bem como a pesquisa e os setores estratégicos como o da energia, dos transportes e das comunicações, desobrigando o Estado de investir nesses setores (FILHO, 2002, p. 12 – 13).

Além disso, Prebisch (1950) demonstra outra insuficiência à teoria ricardiana já mencionada: ao supor que os benefícios do progresso técnico tenderiam a ser distribuídos igualmente pela comunidade internacional (tanto pela diminuição dos preços, quanto pelo aumento de renda possibilitados, sobretudo, pela evolução tecnológica), essa ideologia repercute noções de que não seria necessária a industrialização dos países exportadores de matéria prima, à medida que obteriam sua parcela desses benefícios através do intercâmbio realizado no comércio mundial. Vale ressaltar que, pela teoria de Ricardo (1996), a busca pela especialização na produção de um bem cujo país não teria vantagens comparativas afetaria negativamente a produção dos bens que detêm essa vantagem, portanto, em uma análise do comércio mundial baseada nessa perspectiva, depreende-se que o fomento de políticas industriais em países especializados na produção de matérias-primas iria prejudicar sua vantagem na execução dessas *commodities*.

Para Prebisch (1950), a falha nessa suposição é a generalização a partir de casos particulares. Apesar da possibilidade de uma gradual distribuição dos

benefícios do progresso técnico através do intercâmbio comercial, ao considerarmos a periferia da economia mundial, esses benefícios não chegariam na mesma proporção dos grandes países industrializados, que detêm maiores possibilidades de adequação e de ações aos diferentes cenários econômicos. Esse desiquilíbrio é evidenciado pelas marcantes desigualdades entre os padrões de vida de seus cidadãos e também na discrepância em sua capacidade de acumular capital (PREBISCH, 1950, p. 5).

Figura 1 – Contraste e desigualdade social no Brasil

Fonte: Brasil de Fato, 2016.

Assim, o monopólio de conhecimento tecnológico resguardado pelos países desenvolvidos permite sua constante evolução e perpetua sua liderança em uma corrida cuja largada fora em distâncias totalmente diferentes entre os competidores. É nesse sentido que Milton Santos (2020, p. 39) considera a violência que reside na instrumentalização da informação, ao afirmar que “as técnicas da informação são utilizadas por um punhado de atores em função dos seus objetivos particulares”.

> Portanto, existe um desiquilíbrio evidente, um fato que, qualquer que seja sua explicação ou justificativa, destrói a premissa básica subjacente ao esquema da divisão internacional do trabalho. Daí, o significado fundamental da industrialização de novos países. A industrialização não é um fim em si, mas o principal meio que esses países dispõem de obter uma parcela dos benefícios do progresso técnico e de ir progressivamente aumentando o padrão de vida das massas. (PREBISCH, 1950, p. 5 e 6, tradução nossa[14]).

O monopólio tecnológico e a complexidade da industrialização dos Estados desenvolvidos permitiram que suas poderosas economias se fixassem como centrais no cenário mundial, enquanto a maioria dos países em desenvolvimento seguiu uma lógica exportadora que não se adere à demanda internacional. De acordo com Mirlei Pereira, a Divisão Internacional do Trabalho garantiu a "gênese de regiões e espaços especializados em um tipo de produção que, predominantemente, é voltada para as necessidades do mercado externo" (PEREIRA, 2010, p. 349).

Considerando o exposto, é necessária a reflexão sobre como foi possível a consolidação dessa "dinâmica" de globalização[15], que implica em contradições tão severas (especialmente à periferia mundial), nas relações internacionais. Nesse sentido, Filho (2002) destaca que há uma validação ideológica que permite sua legitimação no imaginário popular, à medida que, é difundida pela mídia - fortemente influenciada pelos interesses das elites nacionais e transnacionais que beneficiam-se desse processo - perspectivas acerca de uma "modernidade globalizada" (com parâmetros bem definidos do

[14] No original: "Thus there exists an obvious disequilibrium, a fact which, whatever its explanation or justification, destroys the basic premise underlying the schema of the international division of labour. Hence, the fundamental significance of the industrialization of the new countries. Industrialization is not an end in itself, but the principal means at the disposal of those countries of obtaining a share of the benefits of technical progress and of progressively raising the standard of living of the masses" (PREBISCH, 1950, p. 5 - 6).

[15] No livro "Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal", Milton Santos (2020) estabelece que o processo de globalização moderna é fruto de uma ideologia promovida por ações hegemônicas no cenário internacional, ou seja, uma construção social, e como todas as construções humanas, não são irreversíveis. O autor defende que através da conscientização, crítica e revisão desse processo (e das relações de dominação hegemônicas), é possível construir um outro tipo de globalização, pela "implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegura uma reforma do mundo" (SANTOS, 2020, p. 170).

que seria ou não atrasado), e da existência de uma “aldeia global”[16], resultando na imposição de uma visão cultural única e baseada no consumo.

> A “modernidade” globalizada impõe uma visão cultural única. Através da mídia criam-se necessidades de consumo, acessíveis apenas a uma minoria privilegiada. Em países de grandes dimensões territoriais, como o Brasil, há uma paulatina destruição de suas riquezas culturais regionais. A diversidade cultural é substituída por um padrão cultural único, mais fácil de controlar e manipular. É a cultura única como modelo de vida, do consumo ao modo de falar e vestir, comer e se relacionar. A reação a tudo isto é o surgimento de movimentos radicais, sob a bandeira étnica ou nacionalista, muitas vezes recheados de matizes racistas e de conseqüências imprevisíveis. (...) A globalização, moldada num sistema que visa o lucro e a acumulação de riqueza, vem aprofundando aceleradamente as contradições. O fosso entre ricos e pobres, no estrato social, está claramente expresso no espaço construído, consubstanciando-se em espaços segregados, sejam eles no mundo urbano ou no mundo rural (FILHO, 2002, p. 14).

Essa “visão cultural única”, mencionada por Filho (2002), pode ser relacionada às contribuições do sociólogo Émile Durkheim (2011) sobre o ‘fato social’ como uma estrutura que cria uma forma coletiva de pensar e agir, moldando os indivíduos, geralmente sem perceberem e alienando as massas para que aceitem uma ordem sem criticidade. Sendo assim, essas estruturas sociais permitiram à legitimação de definições construídas por grupos com interesses e objetivos bem estabelecidos, acerca de quais seriam as funções produtivas de cada Estado nas dinâmicas do comércio global, de forma que fossem privilegiados os países desenvolvidos

A partir dessa perspectiva, é possível questionar noções que pregam a “naturalidade” de elementos presentes na realidade do Sistema Internacional, assemelhando fenômenos sociais, políticos e econômicos das relações internacionais aos fenômenos das ciências naturais, posto que, a base material e ideológica que compõe as relações internacionais trata-se de uma construção social, bem como a própria definição do que seria o Estado moderno tratar-se, na verdade, de uma concepção europeia.

---

[16] Segundo Santos (2020), noções de que a velocidade de disseminação de notícias e informações, aumentada pelas novas capacidades tecnológicas, interligariam sociedades de diferentes lugares, criando uma “aldeia global” unida, configuram-se em mitos que permeiam o corpo ideológico de sustentação à globalização, uma vez que, influenciam na promoção de perspectivas acerca da existência de um “pensamento único” universal, que na realidade trata-se de uma visão cultural que serve aos interesses hegemônicos de manutenção das relações de dominação no cenário mundial.

De acordo com Santos (2020), diferentes mitos e fabulações são criados para que o aparato ideológico de manutenção à ordem mundial hegemônica continue funcionando, acompanhando as mudanças nas dinâmicas de exploração intrínsecas ao modo de produção capitalista (como por exemplo, o aprofundamento dos processos de financeirização). Discursos idealizadores escondem as verdadeiras intenções de atores hegemônicos, cujas ações refletem o aspecto individualista da lógica neoliberal, em detrimento do bem-estar das sociedades.

> A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de espaço e tempo contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. (...) Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. Esses poucos exemplos, recolhidos numa lista interminável, permitem indagar se, no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações (SANTOS, 2020, p. 19).

Existe na globalização atual uma tendência à alteração na natureza da política e dos Estados, baseada na tirania do dinheiro. O novo espaço de formulação política é o mercado, que existe como ideologia, não como agente. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem em relação ao desenvolvimento das sociedades que estão inseridas - e quando apontam para alguma ação nesse sentido, há um motivo oculto (SANTOS, 2020, p. 67). À medida que os Estados se omitem na proteção dos interesses coletivos em prol de políticas voltadas aos interesses privados, enquanto paralelamente a ação dos atores privados é fortalecida, o desmonte no papel das políticas públicas como uma instituição que busca defender e promover o bem comum e a existência e preservação de minorias sociais em uma sociedade é estimulado.

> O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, (...) sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS, 2020, p. 66).

Além disso, vale ressaltar que, uma das consequências desse jogo político é a “fabricação da pobreza”. Segundo Santos (2020), a promoção de um modelo neoliberal como principal diretriz para as dinâmicas políticas e econômicas que são desenvolvidas pelos Estados no Sistema Internacional (somada à capacidade de coerção dos Estados Unidos para a adoção dessas políticas nos países com os quais cultiva relações de dependência unilaterais), diminui o papel do Estado nas nações mais pobres e influencia para que seus governos tornem-se subservientes aos interesses das corporações transnacionais e do grande capital internacional, à medida que ficam extremamente vulneráveis às escolhas de agentes privados e de tomadores de decisões do centro mundial, esgotando cada vez mais o caráter coletivo das políticas públicas e alterando a prioridade das mesmas ao transferir seu foco do bem-estar da população, para o lucro de uma elite detentora de capital.

Alguns resultados dessas ações são a propagação dos ciclos de pobreza, a marginalização de grupos sociais, a destruição dos recursos naturais e de patrimônios da humanidade, tudo em prol da sustentação de um mercado cuja administração parece fugir da racionalidade humana e é delegada para supostas leis econômicas ditas como naturais, em uma instituição que na verdade foi criada pelo próprio homem. Assim, segundo Filho (2002), a busca pelo equilíbrio de preços e das dinâmicas de mercado sobrepõem-se às necessidades humanas e ambientais.

> Tudo isso está relacionado ao modelo dominante na economia que impõe a cultura do consumo desenfreado, do supérfluo e do desperdício. O Capitalismo exige cada vez mais a expansão dos mercados consumidores, a devora dos recursos naturais não renováveis e a taxação e privatização dos recursos renováveis, em

> especial nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Como o objetivo é sempre o lucro, mesmo que a despeito da fome que assola de forma epidêmica ou endêmica imensos contingentes humanos, (...) desperdiçam-se milhões de litros de leite jogados fora, abatam-se milhares de aves domésticas, incinerando-as e enterrando-as em imensas fossas ou deixam de prover a colheita de milhares de frutas que acabam por apodrecer nos pomares. Tudo isso tão somente para conseguir ou manter os preços de mercado, no insano jogo de oferta e da procura. Mais assustador ainda é a ameaça do controle, pelas grandes corporações transnacionais, da biodiversidade, (...) tentativa de privatização da natureza (FILHO, 2002, p. 16 – 17).

Figura 2 – “Fabricação” da pobreza e extrema miséria pelo capitalismo

Fonte: ONU News, 2019.

A pobreza, elemento estrutural no sistema capitalista, é banalizada e naturalizada pelos agentes que contribuem para sua intensificação. Cada vez mais, repercutem-se discursos que instigam visões de mundo individualistas, ao culpabilizar pela própria miséria países cujo direito ao desenvolvimento lhes foi negado pelas forças hegemônicas, e que foram forçados a aderir uma ordem internacional a qual não lhes dizia respeito, “a pobreza, hoje, é a pobreza nacional da ordem internacional” (SANTOS, 2020, p. 74).

> Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de

> atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais. (SANTOS, 2020, p. 73).

Dessa forma, os efeitos negativos da globalização são maiores sobre os mais pobres e, portanto, mais cruéis no Sul Global, que não por acaso é composto por nações e territórios que foram colonizados e explorados pelo imperialismo praticado pelas grandes potências. Apesar de estarem inseridos em um mundo globalizado, os países do Sul, contraditoriamente, não participam desse processo por completo: enquanto suas sociedades são afetadas pelos desiquilíbrios e desigualdades inerentes ao capitalismo, esses Estados não detêm acesso ao conhecimento tecnológico "*high-tech*" e ao avanço científico cujas perspectivas positivistas interpretam como parâmetros da "modernidade". Assim, "o conceito de Sul não aponta exclusivamente a uma geografia. É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão" (*apud* SANTOS, 1995, SANTOS, 2016).

Figura 3 – Pobreza no Sul Global: uma aldeia na Índia

Fonte: O Globo, 2021.

2.2 A Marginalização do Conhecimento do Sul como Forma de Dominação

O período histórico contemporâneo não seria o mesmo sem a existência de um corpo teórico para sua validação, capaz do convencimento das massas, mesmo com tantas contradições inerentes ao processo de globalização atual. Sendo assim, Santos (2020) afirma que uma das bases da modernidade é o uso condicionado da ciência, aliada ao mero emprego técnico, ao mercado, tornando-a seletiva e esvaziando-a cada vez mais de uma produção voltada para aquilo que interessa à humanidade, tendo como consequência, um progresso cientifico que nem sempre representa um progresso moral (ao contrário do que afirmam as crenças positivistas). Essa reflexão é essencial para a compreensão de mais um aspecto presente na estrutura exploratória da ordem internacional capitalista, pois demonstra que os mecanismos de dominação dos atores hegemônicos não se restringem à elementos econômicos, mas também abrangem aspectos culturais, filosóficos, políticos e sociais, o que pode ser observado em uma das consequências da globalização, que segundo Filho (2002), trata-se do desmonte da ciência e da pesquisa nos países em desenvolvimento do Sul global, o que não só prejudica seu progresso social e tecnológico, como também a criação de uma consciência emancipatória dessas relações exploratórias.

> Outro efeito da globalização é o desmonte da ciência e da pesquisa nos países em desenvolvimento, expresso no sucateamento das Universidades e centros científicos. O financiamento da produção científica e cultural é cada vez mais privatizado e direcionado ao utilitarismo do mercado (FILHO, 2002, p. 15).

O sucateamento da ciência como bem público nos países do Sul global, aliado às correntes ideológicas favoráveis ao tecnicismo mercadológico em detrimento de uma educação emancipatória – que, segundo Freire (1996), ao não considerar que a educação resume-se à transmissão e reprodução do conhecimento historicamente acumulado, é capaz de construir uma consciência crítica nos indivíduos – permite a continuidade de estruturas de opressão criadas pelas potências hegemônicas. Nesse sentido, de acordo com Meneses e Santos (2010), a ciência moderna, baseada no pensamento ocidental, descredibiliza e, se necessário, aniquila todas as construções de

conhecimento que contrariem os interesses pelos quais é subordinada. Vale ressaltar que a própria definição proposta por Huntington (1996) de ocidente é problemática: ao compreender somente as regiões da Europa e dos Estados Unidos como civilizações ocidentais, ou seja, países desenvolvidos, depreende-se que os demais países não estão na mesma camada social, negando até mesmo à América Latina e à alguns países da África, o seu direito de permanecer no lado ocidental do globo.

Sendo assim, para a manutenção do sistema e dos interesses do colonialismo e do capitalismo, as experiências do Sul global que contrariem os interesses da ideologia dominante são menosprezadas e até disseminadas como caricatas diante dos moldes apontados como civilizatórios pelo ocidente, ocorrendo a supressão dos conhecimentos locais, gerando uma hierarquização dos conhecimentos do Norte global, em detrimento do Sul (MENESES e SANTOS, 2020, p. 17).

> Em cada um dos dois grandes domínios — a ciência e o direito — as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa (MENESES e SANTOS, 2010, p. 31).

A existência dessa linha abissal entre o pensamento ocidental e o resto do mundo, implica que que existe uma divisão dentre o que é considerado ciência ou não, fato ou narrativa, certo ou errado, evolução ou retrocesso, democracia ou ditadura, que passa pelo julgamento de uma parte específica do globo: das potências hegemônicas (MENESES e SANTOS, 2010, p. 31). Portanto, não é à toa que a experiência chinesa seja frequentemente retratada nas mídias globais de forma estereotipada e com distorções de sua realidade concreta. Á medida que o país representa um forte contraponto hegemônico às nações capitalistas e ao pensamento ocidental, maior torna-se o esforço de desmoralização de sua formação econômica e social.

No entanto, segundo Milton Santos (2021), as contradições inerentes à subjugação do Sul em relação ao Norte global também alavancam o surgimento de movimentos de resistência e contestação à essa estrutura

exploratória, que expressam-se de diferentes formas nos mais variados territórios do globo (como no Irã, Iraque, Afeganistão, Índia, Malásia, China, etc.), tornando evidentes os limites de aceitação do imperialismo na contemporaneidade. A China é fundamental nesse processo pois, ao representar uma presença internacional tão influente e deter um projeto nacional bem definido que desafia à lógica do capitalismo, não desempenha um papel de conformidade e dificilmente aceitaria, assim como a Rússia revolucionária também não aceitou, “jogar o papel passivo de nação-mercado para os blocos economicamente hegemônicos” (SANTOS, 2021, p, 152).

Assim, o presente trabalho não só busca compreender as contradições externas que fomentaram o processo revolucionário chinês, mas também a construção de um socialismo com características próprias que coexiste em uma ordem internacional capitalista, procurando distanciar-se de narrativas ocidentais que negligenciam as experiências do Sul global.

3. Imperialismo, Revolução e Revolução da Revolução

Este capítulo apresenta uma análise histórica dos elementos e contradições de origens internas ou externas que influenciaram para o desenvolvimento da Revolução de Xinhai em 1911, responsável pela criação da República da China e em seguida, da Revolução de 1949, transformando o país na República Popular da China.

3.1 Declínio e Queda do Império Celestial

No período anterior à 1912, a China já havia desenvolvido um complexo sistema de governança sobre o seu vasto território. Exames para a formação de funcionários públicos que existiam a mais de dois mil anos atrás[17], grandes obras de infraestrutura voltadas para à defesa e irrigação do território promovidas pelo poder central – em consonância com um sistema de agricultura coletivo que permitiu o aumento da população - além da construção de um vasto aparato moral e filosófico presente nas relações políticas e sociais, são elementos que demonstram uma civilização milenar com organização própria bastante profunda.

Apesar de representar um grande centro econômico, cultural e político, durante muito tempo a China isolou-se do mundo externo, sobretudo durante o período que compreendeu a dinastia Ming, devido ao trauma das invasões pelos exércitos mongóis e à consequente busca de conservação da burocracia confuciana, afetada pela dominação estrangeira (KENNEDY, 1989, p.17).

> Até meados do século XIX a China era o modelo clássico do "despotismo oriental". A monarquia manchu sediada na capital imperial de Pequim exercia seu domínio sobre um território de 9 milhões e 600 mil quilômetros quadrados, administrados pelos mandarins a serviço do governo central. A massa da população, uns 400 milhões em 1850, concentrava-se nos campos em torno de aldeias praticando uma agricultura rudimentar cuja produção básica era o arroz. Nas principais cidades do país, Pequim, Nanquim,

[17] O Imperador Shum (2250 a.C.) utilizava como método para a contratação, avaliação e demissão de funcionários para o serviço público, um complexo sistema de exames aplicados de três em três anos. Com a ascensão da dinastia Han e a adesão oficial das doutrinas confucianas ao governo, em 29 a.C. ocorre a reorganização e sistematização definitiva dos exames públicos, que seriam continuados – com algumas modificações - até sua abolição pela Imperatriz Dowager. (CRESSY, 1942, p. 273 – 274).

> Shangai, Cantão, Hong-Kong, encontramos artesãos e comerciantes organizados em corporações de ofício similares às existentes na Europa medieval, além de pululare m as célebres sociedades secretas[18] que congregavam o lumpesinato urbano. No plano ético-religioso o país se abebera no confucionismo, que sedimenta o imobilismo das relações econômicas e sociais. Apesar de seu atraso econômico, os chineses eram herdeiros de uma sofisticada cultura que se estendia por mais de quatro milênios e que havia produzido uma intensa literatura político-religiosa e artigos extremamente apreciados nos mercados europeus (seda, porcelana, papel, etc.). Vivendo à margem do mundo, os chineses se consideravam o centro deste, revelando um profundo desprezo pelo estrangeiro, a quem denominavam “bárbaros” (SCHILLING, 1984, p. 15-16).

O contato externo com o ocidente, com algumas exceções, restringia-se às transações comerciais de exportações chinesas para a Europa (de chá, porcelana, seda, artigos de luxo, etc.), que contavam, em geral, com um status superavitário. Essa relação despertava à atenção das potências europeias, principalmente da Inglaterra, uma vez que, enquanto a demanda por esses bens crescia na Europa e na América, não havia um aumento significativo na demanda do país asiático, por sua vez, pelos produtos ocidentais, resultando em um alto fluxo de prata para a China e um problema sério na balança de pagamentos dos países importadores (SPENCE, 1990, p. 129).

> Uma das causas da prosperidade geral no reinado de Qianlong, tornou-se uma fonte de alarme ao governo britânico. Na década de 1960, por exemplo, o fluxo de prata para a China Qing excedeu 3,0 milhões de taéis; na década de 1770, o total cresceu para 7,5 milhões, e na década de 1780, 16,0 milhões de taéis. (SPENCE, 1990, p. 129, tradução nossa[19]).

No entanto, o insulamento do país encontrou seus limites diante das garras do imperialismo inglês. De acordo com Hobsbawm (2000), a Grã Bretanha, que vinha sustentando seu processo de industrialização e acumulação de capital através da contínua expansão do escoamento de seus

[18] As sociedades secretas chinesas eram organizações que, “agrupavam elementos atrasados ou duvidosos, lideradas por criminosos profissionais, sendo que alguns trabalhadores nelas ingressavam coagidos ou em busca de proteção” (SCHILLING, 1984, p. 16).

[19] No original: “One of the causes of the general prosperity in Qianlong's reign—became a source of alarm to the British government. In the decade of the 1760s, for example, silver flow into Qing China exceeded 3.0 million taels; in the 1770s, the total grew to 7.5 million, and by the 1780s, 16.0 million taels” (SPENCE, 1990, p. 129).

produtos para mercados estrangeiros[20], estava disposta a subordinar toda sua política externa aos seus objetivos e interesses econômicos, utilizando-se de dois meios principais: “a conquista dos mercados de exportação a uma série de outros países e a destruição da concorrência interna dentro de determinados países, (...) pelos meios políticos ou semipolíticos da guerra e da colonização” (HOBSBAWM, 2000, p. 46).

Através da dominação econômica e militar[21], a Inglaterra centralizou e monopolizou mercados de outros povos, expandindo os tentáculos do capitalismo europeu para diversas partes do globo e sujeitando países com formações sociais e políticas distintas dos parâmetros eurocêntricos de concepção de “Estado moderno” à uma inserção forçada na ordem mundial econômica[22].

Sendo assim, uma balança comercial desfavorável em relação à China representava um grave entrave aos interesses britânicos. Como resposta das inúmeras negativas do país asiático às pressões imperialistas de abertura comercial, após a conquista definitiva da Índia no século XVIII, a Inglaterra encontrou no narcotráfico uma forma de acessar o mercado interno chinês através da distribuição ilegal de ópio (SPENCE, 1990, p. 130).

> No final do século XVIII, no entanto, os ingleses desenvolveram um produto alternativo para trocar na China pelos produtos chineses: ópio. Embora o comércio fosse sujeito à grandes flutuações, os números das vendas de ópio na China demonstram a tendência geral com uma clareza sombria. Cada baú continha ente 130 a 160 libras de ópio, dependendo da sua origem, de modo que, na década de 1820, chegava na China ópio suficiente para sustentar os hábitos de

[20] Segundo o autor, o crescimento acelerado da economia inglesa está diretamente relacionado à conquista de mercados de exportação, não dependendo apenas das modestas taxas de crescimento “natural” de procura interna do país (HOBSBAWM, 2000, p. 46).

[21] Um importante elemento do Imperialismo inglês foi a criação da Companhia Britânica das Índias Orientais, uma empresa privada subordinada à Coroa e que servia propósitos coloniais. Seu enorme poderio econômico e militar (que contava com a formação de exércitos de mercenários) foi capaz de anexar grande parte do território indiano, controlando-os e regulamentando seu comércio conforme os interesses de seus dirigentes. (SAMPAIO, 2016, p. 204).

[22] À medida que atividades relacionadas ao liberalismo econômico, como a exportação de produtos europeus altamente concorrenciais (devido suas capacidades industriais de produção em massa), afrouxavam as fronteiras entre os Estados nacionais, civilizações colonizadas foram, em muitos casos, levadas à “modernização” a partir de moldes ocidentais, o que incluía mudanças profundas em sua organização social, política e econômica. O caso da Índia é emblemático nesse sentido, uma vez que ocorreu a substituição de idiomas locais pelo inglês. (SAMPAIO, 2016, p. 204).

> cerca de 1 milhão de viciados. Quando se adiciona a essa oferta mais uma quantidade de ópio cultivado domesticamente (embora ainda que em uma escala menor), pode-se começar a sentir a extensão do problema do ópio na China. Para que o ópio fosse vendido de forma constante na China, vários fatores eram necessários: a disponibilidade do narcótico em grandes quantidades; o desenvolvimento de um meio para o consumo da droga; pessoas suficientes dispostas a fumar o ópio para tornar o comércio viável, e as tentativas do governo de proibição precisariam ser ineficientes. Foi o conjunto de todos esses elementos que colocou a China nesse ciclo particularmente agonizante de sua história moderna. (SPENCE, 1990, p. 129, tradução nossa[23]).

A Companhia Britânica das Índias Orientais desempenhou um importante papel nas fases iniciais do contrabando de ópio em larga escala para a China. Segundo Spence (1990), ao estabelecer um monopólio na compra da droga produzida na Índia, a empresa vendeu licenças para comerciantes selecionados de países ocidentais - os "*country traders"* -, os quais depositaram a prata recebida na venda do narcótico na China para agentes da corporação em Cantão. A Companhia, por sua vez, utilizava o dinheiro para comprar produtos chineses que eram comercializados na Grã-Bretanha, formando o que Spence chama de comércio triangular entre Grã Bretanha – Índia, Índia – China e China - Grã Bretanha. A estratégia adotada era uma forma de que tanto a empresa, quanto a Coroa britânica não tivessem uma relação direta com o despacho de ópio (SPENCE, 1990, p. 130).

As práticas inglesas de instigação à desestabilização sociopolítica interna nas áreas as quais detinha interesses coloniais não representava uma novidade. Assim como a Inglaterra havia deixado um rasto de destruição na Índia[24], as consequências do contrabando de ópio foram gravíssimas na

---

[23] No original: "By the late eighteenth century, however, the British had developed an alternative product to exchange in China for Chinese goods: opium. Although the trade was subject to severe fluctuations, figures for sales of opium to China show the overall trend with bleak clarity. Each chest contained between 130 and 160 pounds of opium, depending on the area of origin, so that by the 1820s enough opium was coming into China to sustain the habits of around 1 million addicts. When one adds to this supply a certain amount of domestically grown opium (although this was still on a very small scale), one can begin to sense the extent of China's opium problem. For opium to sell steadily in China, several factors were necessary: the narcotic had to be available in large quantities; there had to be a developed means of consuming it; enough people had to want to smoke it to make the trade viable, and government attempts at prohibitions had to be ineffectual. It was the conjunction of all these elements that brought China into this particularly agonizing cycle of its modern history" (SPENCE, 1990, p. 129).

[24] Dentre os quais é possível citar a substituição forçada de atividades agrícolas voltadas ao abastecimento da população local pelo plantio de matérias prima (principalmente o algodão)

sociedade chinesa, uma vez que instaurou uma grave crise de saúde[25] e segurança pública, cujo aumento da violência, da criminalidade e da dependência química eram apenas uma face do problema, ainda havia a possibilidade do colapso do regime de governança interno, posto que a população atribuía ao Império Qing a responsabilidade das medidas insuficientes para sanar a questão, além dos inúmeros escândalos de corrupção relacionados à importantes figuras centrais da monarquia.

> Junto a essa consequência econômica imediata, a corrupção, ligada ao contrabando de ópio, desmoralizou completamente os funcionários do império nas províncias meridionais. Assim como o Imperador era considerado como o pai de toda a China, seus funcionários também eram considerados como protetores dessas relações parentais em seus respectivos distritos. Mas esta autoridade patriarcal, único laço moral que abrangia a vasta máquina do Estado, foi corroída gradualmente pela corrupção dos funcionários que arrecadaram fortunas tolerando os traficantes do ópio (ENGELS e MARX, 1978, p. 10, tradução nossa[26]).

O Imperador Dàoguāng[27], em 1836, solicitou conselhos aos oficiais da Corte sobre a questão, que eram divergentes: enquanto alguns membros argumentavam que a legalização do comércio de ópio diminuiria a corrupção, ao regularizá-lo dentro dos parâmetros das leis imperiais (além de possibilitar a arrecadação pública através da taxação dessas atividades), outros

---

destinadas às fábricas inglesas, acarretando na escassez de alimentos e contribuindo para o aumento da fome no país. Além disso, Jacques Pouchepadass (*apud* SAMPAIO, 2016, p. 208) disserta que a dominação inglesa "contribuiu para congelar o sistema das castas em sua acepção bramânica mais discriminatória e mais rígida tornando-se um auxiliar efetivo da dominação colonial" (SAMPAIO, 2016, p. 208).

[25] Spence (1990) afirma que, o ópio, de fácil acesso, popularizou-se rapidamente entre diversos grupos sociais durante a dinastia Qing, desde funcionários do governo e famílias ricas, até as populações mais pobres, nem mesmo o campo era isento da influência da comercialização da droga, uma vez que, haviam muitos camponeses que se tornaram viciados, sobretudo os que cultivavam a matéria prima como forma de complementar a renda. A circunstância era tão generalizada que o Celeste Império não sabia como sanar a questão de forma definitiva.

[26] No original: "Junto a esta consecuencia económica inmediata, el soborno. ligado con el contrabando del opio, ha desmoralizado enteramente a los funcionarios chinos en las provincias meridionales. Igual que el emperador era considerado coma el padre de toda China, así eran considerados sus funcionarios coma portadores de esas relaciones paternales en sus distritos respectivos. Mas esta autoridad patriarcal, único lazo moral que ligaba la vasta máquina del Estado, fue corroída gradualmente por la corrupción de los funcionarios, que amasaron fortunas tolerando el contrabando del opio" (ENGELS e MARX, 1978, p. 10).

[27] Dàoguāng (道光) foi o sexto imperador Qing e reinou de 1820 até 1850.

conselheiros defendiam mais rigidez nas penalidades do tráfico. Em 1838, o envio de prestigiados funcionários reais para Cantão, encarregados de apreender o ópio nos portos chineses, demonstra que a decisão tomada pelo Imperador foi a tentativa de abolição da prática do comércio de ópio (SPENCE, 1990, p. 150).

Os eventos seguintes foram fundamentais para o desenrolar da Primeira Guerra do Ópio entre a Inglaterra e a China. Dentre os elementos conjunturais que levaram ao aumento de tensão entre os dois países, os principais são: o endurecimento do governo central em relação ao comércio da droga (e a consequente apreensão nos portos), somado ao enrijecimento da postura adotada com os estrangeiros no país – os quais denunciavam à Coroa inglesa humilhações e maus tratos sofridos pelos oficiais -, e à relutância dos comerciantes ocidentais no cumprimento das leis nacionais chinesas. Além disso, havia o fato de que os mercadores estrangeiros tinham acompanhado as negociações internas da corte Qing que giravam em torno da liberalização ou não do ópio, e teriam supostamente criado expectativas em relação à legalização do consumo da droga, resultando em uma estocagem compulsiva de grandes quantidades do produtos e, por conta disso, passaram a pressionar o governo britânico para a tomada de medidas compensatórias, objetivando a diminuição de seus prejuízos pessoais. (SPENCE, 1990, p. 153).

A resposta da Grã Bretanha foi o envio de tropas para Cantão, ameaçando Pequim e marcando o início à Primeira Guerra do Ópio, que duraria de 1839 a 1842. As capacidades militares britânicas eram muito superiores às chinesas e, diante de uma segunda investida que acarretou a ocupação de Xangai, a corte Qing encontrava-se em uma posição subordinada à vontade inglesa nas negociações para um acordo de paz. As concessões no Tratado de Nanquim, assinado em 1842 e que deu fim à Primeira Guerra do Ópio, refletiram essa tendência ao determinarem a abertura comercial de cinco portos chineses, a cessão do território de Hong Kong para a Inglaterra, tarifa aduaneira fixa, indenizações pela guerra e pelo ópio apreendido, abolição da mediação chinesa para operações no comércio exterior, etc. (SILVA, 2017, p. 5).

> O Tratado de Nanquim, assinado em 1842, foi o primeiro de uma série de tratados desiguais, que fizeram os chineses abrir mão de diversas prerrogativas de sua soberania sem qualquer contrapartida. No ano seguinte, foi firmado o Tratado do Bogue, que obrigava os chineses a conceder aos britânicos qualquer vantagem comercial que fosse concedida a outros países, a Cláusula da Nação Mais Favorecida (SILVA, 2017, p. 5).

As consequências da interferência estrangeira resultaram em uma profunda crise política na China. Durante meados do século XIX e XX, assistiu-se a lenta deterioração do Celeste Império, acompanhada pela disseminação de diversos processos revolucionários no país. Algumas das principais respostas de diferentes grupos sociais chineses ao domínio externo foram as rebeliões de Taiping[28], Nian e Dungan[29] - sendo a última citada um expoente entre as revoltas mulçumanas -, além das políticas de "Yang-Wu"[30] promovidas pelo poder central a partir de 1861 e a guerra dos Boxers[31].

> Todos esses fatores de dissolução que influíram simultaneamente nas finanças, na moral, na indústria, e na estrutura política da China, atingiram seu pleno desenvolvimento em 1840 sob o fogo dos canhões ingleses, que arruinaram a autoridade do Imperador e forçaram o Celeste Império a entrar em contato com o mundo terreno. O isolamento completo foi a primeira condição para a preservação da

[28] O movimento Taiping, constituído por uma seita religiosa liderada por Hong Xiuquan (em pin-yin, Hóng Xiù Quán), iniciou-se em 1851, representando uma forte contestação ao governo manchu, até ser suprimida em 1864. Durante treze anos, sua atuação foi baseada em uma tentativa de formar um governo alternativo ao poder imperial, constituindo Nanquim como capital (SCHILLING, 1984, p. 19).

[29] As rebeliões de Nian (1851-68), e Dungan (1864-73), ocorreram em um curto espaçamento de tempo e seus respectivos legados contribuíram no fomento de outros processos revolucionários. A primeira citada, apesar de não apresentar objetivos claros, introduziu novos métodos de guerrilha que desafiaram o prestigio dos soldados imperiais, a Revolta de Dungan, liderada por mulçumanos, tinha como principal reivindicação a emancipação política em relação à figura do imperador. (SPENCE, 1990, p. 139 – 140).

[30] De acordo com Hobsbawm (2012) a instituição imperial depreendeu que a modernização do país, baseada nos parâmetros ocidentais (ou possivelmente no formato japonês, inspirado no modelo ocidental), era a única forma de preservar a China. Nesse sentido, em 1861 foram iniciadas as políticas de Yang-Wu, que consistiam em reformas através da adoção de tecnologias militares e técnicas de administração ocidentais, mas de forma que garantissem a manutenção das estruturas sociais, culturais e instituições chinesas, no entanto, além da oposição por parte de setores mais conservadores das elites do país, a renovação das agressões externas (tais como a Guerra contra a França de 1884 a 1885, e o Japão de 1894 a 1895), sepultaram essas tentativas "modernizantes" (SCHILLING, 1984, p. 19).

[31] Ocorreu entre 1899 a 1901 e representou um movimento nacionalista e anti-imperialista, porém, contraditoriamente inflamado por um discurso xenofóbico e que defendia a continuidade do Império Qing. Apesar do apoio da Imperatriz Cíxǐ (cujo ideograma é 慈禧, mas também conhecida como Imperatriz Tzu-hsi), foi dissolvido rapidamente pelos exércitos estrangeiros.

> velha China. Agora que o isolamento foi encerrado brutalmente pela Inglaterra, a dissolução da velha China é tão certa como a de uma múmia cuidadosamente conservada em um sarcófago hermeticamente fechado e que é exposta ao ar (ENGELS e MARX, 1978, p. 11 – 12, tradução nossa[32]).

Além dos conflitos internos, o império precisava lidar com a exploração e as constantes ameaças externas. Em menos de vinte anos desde a assinatura do Tratado de Nanquim, o território chinês seria palco de mais um conflito, a Segunda Guerra do Ópio (1858 – 1860), que representou uma extensão da primeira - com a diferença do envolvimento militar direto de mais uma potência imperialista, a França -, uma vez que sua eclosão foi a partir da reação chinesa aos abusos do domínio colonizador inglês. O resultado representou mais uma derrota ao país asiático e novas concessões por meios de tratados internacionais com a Europa.

> O sucesso da Inglaterra serviu de estímulo às demais nações européias, em seu assalto às costas chinesas. Depois da 2ª. e 3ª. Guerras do Ópio (...) mais onze portos foram abertos aos ocidentais. O impacto das mercadorias européias sobre a produção artesanal chinesa foi terrível. O desemprego e a fome passaram a ser uma constante, tanto das populações urbanas como das rurais. Para poder pagar essas mercadorias importadas, os manchus e a aristocracia rural passaram a oprimir as massas camponesas de forma mais intensa. As regalias que os mercadores ocidentais usufruem no país são vexatórias. Desde 1861, as alfândegas chinesas são controladas por funcionários europeus e o privilégio da extraterritorialidade permite que escapem às leis chinesas. Os cônsules europeus têm poderes que extrapolam as simples funções diplomáticas, tornando-se verdadeiros senhores das regiões em que se instalam. As “concessões” são de fato anexações disfarçadas que permitem inclusive a liberdade de circulação das marinhas de guerra pelos rios chineses, onde dobram aos seus interesses algum mandarim recalcitrante (SCHILLING, 1984, p. 18).

Desse modo, o chamado “século de humilhação” (1839 – 1949) foi marcado pela contínua perda da autonomia chinesa. Enquanto as potências

32 No original: “Todos estos factores disolventes que obraron a una en la Hacienda, la moral, la industria y la estructura política de China, obtuvieron su pleno desarrollo en 1840 bajo los cañones ingleses, que dieron al traste con la autoridad del emperador y forzaron al Imperio Celeste a entrar en contacto con el mundo terrenal. El aislamiento completo fue la primera condición para que se conservase la vieja China. Cuando, con el concurso de Inglaterra, se puso fin violento a ese aislamiento, hubo de seguir la descomposición de manera tan segura como se descompone toda momia, cuidadosamente conservada en un sarcófago herméticamente cerrado tan pronto como entra en contacto con el aire fresco (MARX, 1978, p. 11 – 12).

imperialistas dividiam o país, apoderando-se de seu mercado, instituições[33] e territórios[34], o governo central tornava-se cada vez mais submisso ao exterior e incapaz de reverter o panorama político para a estrutura organizacional anterior que configurava a velha China. Os tratados internacionais, na maioria das vezes impostos após derrotas militares, ou através de chantagens comerciais e políticas, eram utilizados como instrumentos das potências imperialistas para a transformação do país em sua colônia, ainda que não fosse oficialmente categorizada pelo direito internacional como um protetorado. Sun Yatsen, ao referir-se ao contexto dessa época, afirmou que a China é "colônia de cada país com quem firmou um tratado, e todos os países que tem um tratado com a China são seus donos. Assim, a China não é somente escrava de uma nação e sim escrava e colônia de todas as nações" (YATSEN *apud* SCHILLING, 1984, p.15).

> O enfraquecido império, dirigido pela imperatriz (viúva do imperador) Tzu-hsi (1835-1908), mais temida dentro do império que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo. A Rússia avançou sobre a Manchúria, de onde seria expulsa por seus rivais japoneses, que separaram Taiwan e a Coréia, da China, após uma guerra vitoriosa em 1894-1895, e se preparavam para abocanhar maiores porções do território. Enquanto isso, os britânicos alargaram sua colônia de Hong Kong e praticamente separaram o Tibete, que eles viam como uma dependência de seu império indiano; a Alemanha preparou terreno para si no norte da China; os franceses exerceram alguma influência nas vizinhanças de seu império da Indochina (também separado da China) e ampliaram suas posições no sul; até o fraco Portugal obteve a concessão de Macau (1887). Se, por um lado, os lobos estavam dispostos a formar um bloco contra a presa, como fizeram quando Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e Japão se uniram para ocupar e saquear Pequim em 1900, sob o pretexto de debelar a assim chamada Guerra dos Boxers, por outro lado não conseguiam chegar a um acordo quanto à divisão da imensa carcaça. Ainda mais pelo fato de uma das potências imperiais mais recentes, os Estados Unidos, agora cada vez mais proeminente no Pacífico Ocidental — que há muito era área de interesse dos EUA —, insistir na "abertura das portas" da China, isto é, que tinham tanto direito de saqueá-la quanto os primeiros imperialistas. Como no Marrocos, essa rivalidade no Pacífico pelo corpo em decomposição do Império Chinês contribuiu para a gênese da Primeira Guerra Mundial. Seus efeitos mais imediatos foram tanto a preservação da independência nominal

[33] Segundo Hobsbawm o Celeste Império "só conseguira superar a ameaça revolucionária do Taiping às custas de praticamente liquidar o poder administrativo central do império e de deixá-lo à mercê dos estrangeiros, que haviam estabelecido enclaves extraterritoriais e praticamente assumido o controle da fonte principal das finanças imperiais, a administração alfandegária chinesa" (HOBSBAWM, 2012, online).

[34] Vale ressaltar as concessões impostas pelas forças superiores da dominação estrangeira de Hong Kong, para a Inglaterra e de Macau para Portugal.

> da China como a aniquilação final da mais antiga entidade política viva do mundo (HOBSBAWM, Eric, 2012, online).

Um importante fator de dissolução da antiga China e responsável por grandes mudanças em sua organização social, foi a invasão do capitalismo estrangeiro no país, que até então, ainda era baseado em um modo de produção feudal[35]. A dinâmica das relações internacionais durante o século XIX, que refletiam o imperialismo expansionista europeu, aceleraram o processo do desenvolvimento de uma economia de mercado no campo e nas cidades chinesas, ainda que pela utilização da violência e da guerra.

> O desenvolvimento da economia de mercado na sociedade chinesa feudal já comportava em si próprio o germe do capitalismo; se não se registasse uma influência do capitalismo estrangeiro, a China iria igualmente desenvolver-se, passo a passo, numa sociedade capitalista. Mas a penetração do capitalismo estrangeiro acelerou esse desenvolvimento. O capitalismo estrangeiro desempenhou um papel importante na desagregação da economia da sociedade chinesa. Por um lado, minou as bases da economia natural auto-suficiente, destruiu o artesanato urbano e o artesanato doméstico rural e, por outro lado, acelerou o desenvolvimento da economia de mercado nas cidades e no campo. Além do efeito desagregador das bases da economia feudal chinesa, essa situação criou certas condições objetivas e possibilidades para o desenvolvimento da produção capitalista na China. Com efeito, a destruição da economia natural abriu uma saída para as mercadorias do capitalismo, enquanto que a falência de grande número de camponeses e artesãos proporcionou-lhe um mercado de força de trabalho (TSÉ-TUNG, 1975, online).

Simultaneamente ao desenvolvimento do capitalismo de mercado na China, ocorreu também o surgimento da burguesia e do proletariado nacionais, como novas classes sociais[36]. O primeiro grupo citado era formado, no geral, por senhores de terras e comerciantes, enquanto os demais constituíam-se em camponeses e artesãos. Com o decorrer da história, as contradições advindas das interações entre essas duas classes e das relações de produção levariam à diante o processo revolucionário chinês. (TSÉ-TUNG, 1975, online).

---

[35] Mao (1975) disserta que, durante um grande período da história, o processo de desenvolvimento político-econômico chinês foi bastante lento desde à passagem do escravismo para uma sociedade feudal.

[36] Vale ressaltar que no caso chinês, as relações sociais presentes no desenvolvimento do proletariado não foram acompanhadas somente pela burguesia nacional, mas também pelas empresas exploradoras dos países imperialistas na China (TSÉ-TUNG, 1975, online).

> Nos finais do século XIX vamos encontrar o florescimento de uma burguesia nacional que emergiu dos antigos estratos comerciais, rurais e burocráticos e que começa a realizar investimentos no setor industrial. Esta burguesia vê-se obstaculizada no seu crescimento por um conjunto de forças internas e externas (no plano interno pelos latifundiários e pela burguesia compradora, que tem como aliados externos as nações coloniais), fazendo com que mais tarde fosse elaborado um projeto político de autonomia nacional materializado no Kuomintang (SCHILLING, 1984, p. 19 – 20).

No entanto, Mao (1975) destaca que havia um obstáculo à essas transformações sociais, econômicas e políticas, que consistia nos esforços entre o imperialismo estrangeiro e as forças feudais nacionais para travar o desenvolvimento do capitalismo no país, uma vez que, "o propósito das potências imperialistas que invadiram a China não era transformar a China feudal em capitalista; o seu objetivo era, pelo contrário, transformar a China em semi-colônia e colônia" (TSÉ TUNG, 1975, online).

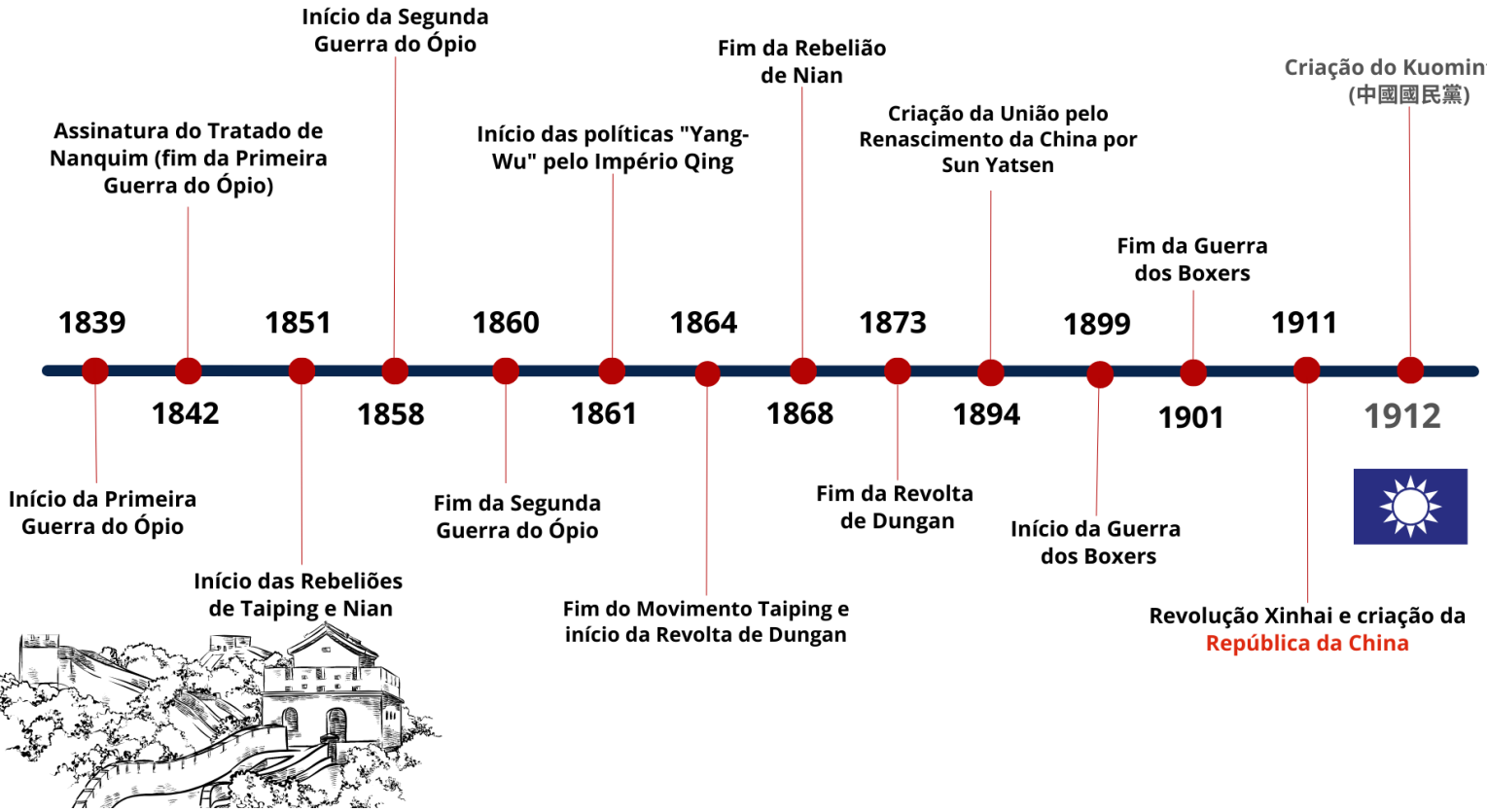
À medida que os interesses externos representavam um entrave ao desenvolvimento econômico de uma burguesia urbana recém formada, discursos nacionalistas e anti-imperialistas, como do movimento União pelo Renascimento da China, criado em 1894 pelo jovem revolucionário Sun Yatsen[37] recebiam maior aceitação. Essa motivação oculta é essencial para a compreensão da disseminação dos ideais que constituíam a revolução de caráter democrática-burguesa responsável pela queda definitiva do Celeste Império em 1911.

> Sun Yat-sen, que em 1894 fundou a União pelo Renascimento da China, cujo programa tem por base o nacionalismo e a modernização explicitados em seis pontos: 1.º) derrubar o governo manchu; 2.º) estabelecer uma república; 3.º) salvaguardar a paz mundial; 4.º) favorecer a nacionalização da terra; 5.º) favorecer a cooperação sinojaponesa; 6.º) rogar às outras potências para agirem favoravelmente em relação ao movimento revolucionário chinês. O programa de Sun Yat-sen é resultado do florescimento da burguesia urbana ocidentalizada, não fazendo referência à trágica situação dos camponeses submetidos pelo despotismo de administradores locais (o ya-men), corroídos pela usura e pela prestação de serviço idênticas às couveias feudais (SCHILLING, Voltaire, 1984, p. 22 – 23).

[37] Sun Yatsen (ideograma: 孫中山, em pinyin: Sūn Zhōng Shān) foi um político, revolucionário e o principal expoente do movimento republicano, sendo conhecido como "Pai da Nação".

Portanto, a combinação das contradições existentes na conjuntura da época - dentre as quais podemos citar a dissolução das tradicionais formas de organização social do país, a crise da governabilidade do poder central, as consequências da dominação e humilhação estrangeiras, as ações de diferentes grupos de interesse (como representantes da dinastia, burguesia, camponeses, operários, etc.) – possibilitava uma nova síntese para a história da China[38] e, não diferente disso, provocaram o desenvolvimento dos dois principais processos revolucionários da história contemporânea chinesa: a Revolução Republicana de 1911, que representou a queda do Celeste Império e a Revolução Chinesa de 1949, a qual possibilitou a construção de um projeto nacional que desafia às correntes dominantes de pensamento, centradas nos conceitos ocidentais, sobre como devem organizar-se as formações econômicas sociais.

Quadro 2 – Linha do Tempo: Início da Primeira Guerra do Ópio até a Revolução Xinhai



Elaborado pela autora, 2023.

[38] Conforme Mao, “as grandes revoluções na China moderna e contemporânea surgiram e desenvolveram-se na base dessas contradições fundamentais” (MAO, Tsé-Tung, 1975).

3.2 O Projeto Nacional do Partido Comunista da China

Embora tenham representado elementos fundamentais de contestação ao Celeste Império, as rebeliões anteriores à 1911 não podiam oferecer um projeto político e nem um aparato ideológico suficientes para constituírem as bases de uma revolução na China. Os pilares para uma transformação sociopolítica só existiam no sul do país, onde o imperialismo estrangeiro produziu um determinado nível de desenvolvimento burguês, que levou ao afastamento gradativo dos líderes dirigentes locais em relação à dinastia Qing e possibilitou o crescimento dos grupos de oposição, como as sociedades secretas e o movimento sulista de revolucionários republicanos, do qual emergiria o jovem Sun Yatsen (HOBSBAWM, 2012, online).

Um dos motivos que levou Sun Yatsen a tornar-se o principal representante do movimento republicano que culminaria na deposição do regime manchu pela Revolução Xinhai em 1911 está relacionado ao aumento de apoio ao seu projeto político, sobretudo devido à convergência de seus ideais nacionalistas e modernizantes aos interesses econômicos da burguesia nacional que florescia na região urbana do país, além do sentimento de revolta à dinastia Qing, praticamente generalizado em diversos setores sociais desde o início do “século de humilhação”. Nesse sentido, conforme Mao (1975), o caráter da revolução protagonizada por Sun Yatsen não era socialista-proletário, mas sim democrático-burguês, uma vez que o proletariado não compunha uma força política relevante, resumindo seu papel, em geral, à mero seguidor dos intelectuais da burguesia.

Apesar da derrocada das forças imperiais e dos esforços dos membros do movimento republicano, não houve a implementação, pelos revolucionários, de um programa político capaz de organizar e unificar todo território sob uma regência nacional. Após a deposição do imperador pela revolução republicana, Sun Yatsen ocupou o cargo de presidente provisório até renunciar em fevereiro do mesmo ano, uma vez que não a pequena quantidade de aliados políticos internos (potencializada pelo tempo que esteve em exílio no exterior) não pode impedir que cedesse às pressões de agentes ligados aos interesses dinásticos

dos manchus, possibilitando que Yuan Shikai[39] assumisse a posição, a qual permaneceria até 1915, quando protagonizou uma tentativa de restauração monárquica, autointitulando-se como imperador da China.

Vale ressaltar que, durante o governo de Yuan Shikai, devido aos baixos níveis de aceitação popular interna, o militar optou por realizar novas concessões ao exterior, que posteriormente seriam pauta de protestos populares. Até mesmo o Japão, aproveitando-se do caos que permeava a política doméstica chinesa e à guerra na Europa, impôs as chamadas “21 Exigências à China”, que incluíam medidas abusivas como o controle japonês sobre a Manchúria e a Mongólia (SCHILLING, 1984, p. 23).

No entanto, além da desorganização do poder (que deveria ser central), ainda havia a divisão do país pelos senhores de guerra[40], cuja dominação era imposta nas regiões em que conquistavam através da força militar. Todos esses fatores refletiam um país cuja governabilidade estava fragmentada por poderes regionais oscilantes, formando o esboço de uma China politicamente instável. Segundo Hobsbawm, o poder da instituição imperial:

> Foi substituído à época não por um novo regime, mas por um amontoado de estruturas de poder regional instáveis e que se sucediam com muita rapidez, principalmente sob controle militar ("senhores da guerra"). Nenhum novo regime nacional estável surgiria na China por quase quarenta anos — até o triunfo do Partido Comunista em 1949 (HOBSBAWM, 2012, online).

Em 1912, Sun Yatsen e seu aliado, Gal. Chiang Kaishek[41], criam o Kuomintang[42] (ou Partido Nacionalista Chinês), cujo embrião estava na União

---

[39] O militar Yuan Shikai (ideograma: 袁世凯, pinyin: Yuán Shì Kǎi) teve um importante papel durante o Império Qing. O prestígio de seu comando em um dos maiores exércitos nacionais chineses durante a recuperação do poder pela Imperatriz Cixi, após a Primeira Guerra Sino Japonesa (motivada, principalmente, pelo controle da Coreia), possibilitou que detivesse uma grande influência política. Após a morte da imperatriz, em 1908, foi afastado pelas forças republicanas do governo central. No entanto, a renúncia de Sun Yatsen gerou uma oportunidade para seu retorno político, ocupando o cargo de presidente até 1915, quando, através de um golpe de Estado, autoproclamou-se como imperador da China.

[40] Conforme Schilling: “o desaparecimento do poder central faz com que proliferem na China as trágicas figuras dos senhores de guerra (tukiuns), déspotas locais que possuem exércitos privados, que simultaneamente espoliam os camponeses e lutam entre si” (SCHILLING, 1984, p. 23).

[41] Chiang Ka iShek (ideograma: 蒋中正, pinyin: Jiǎng Zhōng Zhèng) representava a força militar do Kuomintang, sendo conhecido como o “Homem Forte da China”. Após a morte de Sun

pelo Renascimento da China. Conforme Schilling (1984), a proposta de unificação política do país é rapidamente disseminada na China meridional, uma vez que o norte do país se encontra sob o jugo dos senhores de guerra, que competem pelo domínio de Pequim.

Figura 4 - Encontro de membros do Kuomintang

Fonte: Autor desconhecido (domínio público).

A Revolução bolchevique na Rússia em 1917 e a proposta de Lenin de luta contra a dominação imperialista gerou grandes impactos na periferia colonial às margens do sistema capitalista mundial e, não diferentemente, na China, à medida que representou um impulso (e, mais tarde geraria uma aliança) ao movimento nacionalista do Kuomintang. A atenção dos bolcheviques para a conjuntura asiática aumenta após a percepção de que a Revolução socialista se limitou, na Europa, à Rússia, e não desenvolveu-se nas demais potências conforme o esperado, enquanto o oposto ocorria no

Yatsen, assume a liderança do partido e inicia uma violenta caça aos comunistas, recebendo apoio de grupos fascistas, como a Sociedade dos Camisas Azuis.

[42] O Kuomintang, ou Partido Nacionalista Chinês, é frequentemente referido pelos ideogramas chineses tradicionais (sistema de escrita vigente em Taiwan) 中國國民黨, em pinyin: Zhōng Guó Guó Mín Dǎng.

panorama político da Ásia, cuja disseminação e crescimento de movimentos anticolonialistas representavam possíveis rupturas ao sistema capitalista. Nesse sentido, a estratégia definida pelo III Congresso da Internacional Comunista era baseada no apoio aos movimentos democráticos-burgueses de libertação nacional (SCHILLING, 1984, p. 25 – 26).

> Todos os partidos socialistas devem ajudar ao movimento democrático-burguês de libertação nacional de seus países (...) especialmente os movimentos camponeses nos países atrasados contra os latifundiários, contra todas as sobrevivências do feudalismo e esforçar-se por dotar o movimento camponês de um caráter mais revolucionário, estabelecendo uma aliança, a mais estreita possível, entre o proletariado socialista da Europa Ocidental e o movimento revolucionário dos camponeses do Oriente. (LENIN, 1920 *apud* SCHILLING, 1984, p. 26).

A Primeira Guerra Mundial também foi fundamental para o processo revolucionário chinês. A entrada da China no conflito, posicionando-se contra a Alemanha, objetivava uma série de reivindicações às potências ocidentais no pós guerra que não foram incluídas no Tratado de Versalhes.

> Em 14 de agosto de 1917, os chineses declaram guerra à Alemanha na esperança de contar com a colaboração das potências coloniais no período pós-guerra. Solicitavam que: a) as grandes potências renunciassem às suas esferas de influência na China; b) que as tropas estrangeiras fossem retiradas; c) que fossem abolidas a jurisdição consular e os correios postais estrangeiros e, por último; d) que lhes fossem devolvidas as concessões e territórios arrendados, bem como a restituição das alfandegas. No Tratado de Versalhes de 1919, as solicitações chinesas não foram aceitas, pois a Inglaterra, a França e o Japão se negaram a referendá-las apesar do apelo do presidente Wilson. (SCHILLING, Voltaire, 1984, p. 27).

A derrota na Conferência de Paz de Paris de 1919 gerou uma onda de protestos e manifestações na capital chinesa contra o governo, mas também às relações coloniais impostas pelas potências imperialistas, que ficou conhecida como Movimento de 4 de Maio. Contando com uma ampla participação de estudantes e trabalhadores, essa mobilização permitiu, de acordo com Mao (1975), o surgimento do proletariado chinês no cenário político como força de classe independente. O autor também estabelece que esse movimento se tratava de um tipo novo e específico de processo revolucionário – que também se desenvolvia em outros países alvos das políticas coloniais - o qual denomina de “democracia nova” e que, ao se impor contra o imperialismo,

consequentemente, fazia oposição ao capitalismo internacional. Essa fase da revolução chinesa estaria criando condições prévias ao socialismo, ao possibilitar a propagação das ideias marxistas-leninistas e preparar o caminho para a fundação do Partido Comunista da China (PCCh) em 1921, por Li Dazhao e Chen Duxiu[43].

A política anticolonialista da União Soviética e a aversão às práticas feudais dos grandes latifundiários pelo PCCh consistiam em uma confluência ao projeto de unificação do Kuomintang, de forma que o partido não teve muitas opções em sua escolha de aliados, resultando em um projeto de cooperação entre esses atores[44], baseado em diferentes interesses, mas convergentes o suficiente para o estabelecimento de um objetivo comum (o fim da fragmentação territorial pelos senhores de guerra). Esse projeto seguia a tática das “Três Políticas” elaborada por Sun Yatsen, que consistiam na promoção da colaboração com a União Soviética, Partido Comunista Chinês e apoio aos operários e camponeses. Já na perspectiva dos soviéticos, a assistência ao Kuomintang era fruto da estratégia definida pelo III Congresso da Internacional Comunista, de apoio aos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional, no entanto, contraditoriamente, isso influenciou para que o PCCh, em um primeiro momento, tivesse seu papel bastante voltado ao suporte do Partido Nacionalista (SCHILLING, 1984, p. 26 – 30).

Após a morte de Sun Yatsen em 1925, a ascensão à liderança do Kuomintang por Chiang Kaishek, seu braço militar, significou uma forte guinada no comportamento do partido, conduzindo-o para uma linha ideológica cada vez mais alinhada à direita fascista. A partir de 1926, iniciou uma empreitada militar, a “campanha do Norte”, que tinha como alvos os senhores de guerra e a fragmentação do território, porém, ao deparar-se com a fragilidade que representava seu domínio no poder central, contraditoriamente, Chiang opta por unir-se aos próprios déspotas locais que perseguia. Além disso, passou a considerar o crescimento da influência marxista e dos movimentos operários e

[43] Li Dazhao (ideograma: 李大钊, pinyin: Lǐ Dà Zhāo) e Chen Duxiu (ideograma: 陈独秀, pinyin: Chén Dú Xiù) foram intelectuais que fundaram o Partido Comunista da China, em 1921, em Shangai.

[44] O apoio soviético aos Kuomintang traduziu-se não somente em uma assessoria de natureza administrativa, mas também no repasse de conhecimentos referentes à técnica militar.

sindicais nos grandes centros urbanos como ameaças ao seu projeto de unificação sobre a hegemonia do Partido Nacionalista. Antes aliados, Chiang Kaishek agora ordena que seus exércitos realizem um verdadeiro massacre contra os sindicalistas e os militantes do Partido Comunista, o que culminou em uma longa guerra civil.

> Dotado de um exército razoavelmente disciplinado e lutando por uma causa, a da unidade nacional, Chiang Kai-shek dá início à "campanha do Norte" contra os senhores da guerra. No entanto, a aproximação dos exércitos nacionalistas dos grandes centros urbanos, como Shangai e Cantão, fizeram com que as lideranças operárias, corporativas e sindicais, se lançassem em rebelião. Chiang Kai-shek ficou entre duas alternativas: ou apoiava as comunas recém instauradas ou as sufocava. Optou pela última. Seus exércitos ao ocuparem Shangai, Cantão e Wuhan lançaram-se num desapiedado massacre de sindicalistas e dos quadros comunistas. Em 1927, foram liquidados 37.985 ativistas, sendo que 13 mil executados posteriormente. O resultado prático da ação repressiva foi o rompimento com a URSS e a total liquidação dos quadros urbanos do PC chinês. Em 1930 sob a liderança de Lili-san os comunistas fizeram sua última e infrutífera tentativa de se mantar nas cidades, sendo escorraçados. Aparentemente derrotados, os comunistas terminaram por se refugiar em pequenos feudos no interior para evitarem o massacre. O que de fato se iniciava era a mais longa guerra civil dos tempos modernos, que só iria terminar vinte e dois anos depois, em 1949, com a vitória de Mao Tse-Tung (SCHILLING, 1984, p. 30 – 31).

Segundo Mao (1975), a burguesia chinesa, uma vez vítima da opressão do imperialismo e da dominação estrangeira, teve um importante papel na promoção de lutas revolucionárias na China – sendo a Revolução de 1911, a expedição do Norte e a resistência dos republicanos frente à Segunda Guerra Sino-Japonesa[45] provas disso – porém, desde 1927, o Kuomintang, que representava a principal liderança burguesa, havia cedido às tendências reacionárias e traído não somente seus antigos aliados, mas também a construção de um projeto nacional que acomodasse e representasse os interesses de diferentes classes sociais. Sendo assim, a unificação política e a modernização da China, além da criação de um Estado capaz de realizar suas próprias escolhas, sem a necessidade do crivo de aprovação das potências imperialistas, só seria possível a partir da criação de um novo projeto nacional,

[45] A Segunda Guerra Sino-Japonesa ocorreu entre 1937 e 1945, cujo estopim foram os interesses imperialistas do Japão de expansão de seu domínio aos territórios chineses, especialmente a região da Manchúria.

que fosse representado não mais pelo desgastado Partido Nacionalista, mas por uma nova força política.

> A morte de Sun Yatsen, a dominação dos senhores guerreiros pelo país e a ascensão de Chiang Kaishek ao poder central na China — cada vez mais corrupto e mais envolvido com a dominação estrangeira — trouxeram à baila uma convicção e um movimento: a convicção de que um estado de tipo ocidental não estava em consonância com os objetivos maiores da nação chinesa (...) Ora, tais fatos demonstram que somente novas forças políticas poderiam cumprir o papel histórico de libertação do país e do povo chinês. O Partido Comunista, assim, surge para cumprir o papel histórico incumbido à burguesia nacional chinesa e ao Kuomintang: unificar o país, proclamar um novo tipo de república e modernizar este país. (...) Ora, estava claro para Mao que as questões camponesas e operária só teriam solução a partir do momento em que a China se reunificasse territorialmente e fosse dona de seu próprio destino. A questão nacional entrelaçada com a questão camponesa foi o mote legitimador do PCCh perante o povo chinês, a revolução chinesa antes de mais nada foi uma revolução nacional (JABBOUR, 2020, p. 14).

Após o massacre, a liderança do PCCh deixa de ser representada por Chen Duxiu e passa para Mao Tsé-Tung, que propunha uma nova estratégia para a atuação do partido, uma vez que reconhecia o potencial revolucionário presente nas lutas camponesas, demonstrado não somente pelo enfrentamento aos senhores de guerra em várias regiões do país, mas também pela própria história chinesa, na qual as revoltas no meio rural foram responsáveis pela queda de diversas dinastias. A chave para uma revolução nacional estava, portanto, no campo e Mao seria responsável pela articulação entre as forças camponesas com o Partido Comunista da China. (JABBOUR, 2020, p. 12).

À medida que se aumentava a insatisfação dos camponeses em relação ao Kuomintang, sobretudo após sua aliança com os senhores de guerra, o programa político proposto pelo PCCh e a figura de Mao Tsé-Tung como um grande líder revolucionário, ganhavam espaço no cerne das aldeias rurais. A consolidação do Exército Vermelho conquistava a simpatia das populações locais e adeptos, uma vez que não se apresentava comandado pela figura de algum déspota, mas sim por um projeto nacional. A tática de guerrilha, adotada pelos comunistas, demonstrou um sucesso relativo no combate às tropas do Partido Nacionalista, mas não o suficiente para que deixassem seu refúgio em

Jiangxi[46], de modo que a situação só mudaria radicalmente a favor do PCCh com a invasão do Japão na China em 1937, que ficou conhecida como a Segunda Guerra Sino-Japonesa.

Figura 5 – Jovem Mao Tsé Tung discursando em uma aldeia

Fonte: Brasil de Fato, 2019.

Frente a ameaça externa, Mao Tsé-Tung compreende a necessidade de uma aliança entre o PCCh e o Kuomintang em prol da soberania nacional, uma vez que a perseguição aos comunistas, promovida por Chiang Kaishek, significaria uma desestabilização ainda maior da sociedade chinesa e praticamente um favor para os interesses imperialistas japoneses. A debilidade militar dos nacionalistas diante da superioridade bélica do país vizinho, além da pressão de diversos grupos para o estabelecimento de uma cooperação resultou na formação da “Frente Única Anti-Japonesa”, constituída entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista da China.

[46] Jiangxi é uma província localizada no sudeste do país, que serviu de exílio aos comunistas diante da ameaça representada pelas “campanhas de extermínio” de Chiang Kaishek.

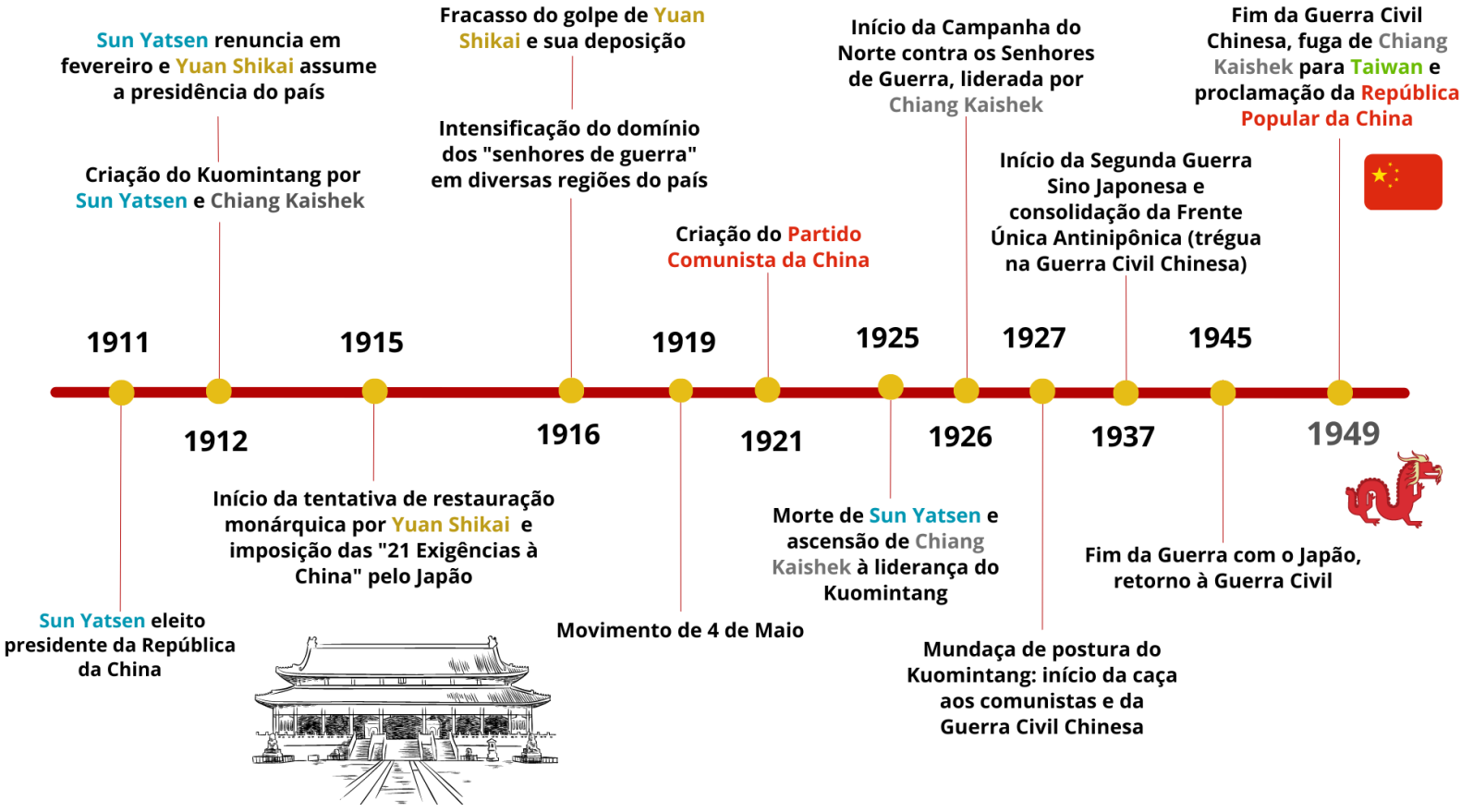
> A ocupação japonesa abre um novo capítulo na história da Revolução Chinesa e, vendo sob forma dialética, compreenderemos que este fato histórico foi o que possibilitou transformar o PCCh de uma massa fugitiva pelo interior do país, na única força com capacidade política e moral de enfrentar os problemas criados pelo último século de humilhações estrangeiras no país. Em 1937, Mao Tse-tung (...) já era um líder revolucionário, sistematizador de um pensamento que levou seu próprio nome (pensamento de Mao Tse-tung) e um teórico preparado (já havia escrito Sobre a Prática e Sobre a Contradição) e com um nível de abstração em ciência política suficiente para buscar uma aliança com o famigerado, corrupto, assassino e anticomunista Kuomintang contra a ocupação japonesa. Sua compreensão dos problemas do mundo e do seu mundo e de sua realidade pode ser resumida numa simples frase dita por ele mesmo aos opositores de dentro do PCCh a uma aliança com Chiang Kaishek: "Durante a luta anti-imperialista a luta de classes fica em segundo plano, pois a luta antiimperialista é o estágio supremo da luta de classes". Fica o recado àqueles intransigentes a alianças amplas: o inimigo maior só pode ser vencido com muito tato político, com muita amplitude e com firmeza de princípios e rigor estratégico. Ora, estava claro para Mao que as questões camponesas e operária só teriam solução a partir do momento em que a China se reunificasse territorialmente e fosse dona de seu próprio destino (JABBOUR, 2020, p. 15 – 16).

Diante de uma ofensiva infrutífera e cada vez mais encurralado pelo adversário, Chiang adota a política de renúncia à vastas extensões territoriais para o Japão, recorrendo ao recuo de suas tropas, mas não sem antes destruir toda a infraestrutura da região, enquanto o PCCh desenvolvia uma estratégia própria, apesar de sua aliança ao Kuomintang, que consistia na inviabilização do estabelecimento de uma governança, ou de qualquer domínio estável local, e no impedimento à exploração de recursos pelo Japão através do desgaste de contínuos ataques no formato de guerrilhas. Além disso, os comunistas elaboravam uma reestruturação política das áreas que livravam da influência japonesa, instituindo administrações comunais, apoiadas pelos camponeses e aldeões. (SCHILLING, 1984, p. 44).

> Paralelamente à transformação cultural e política que sofriam os camponeses, arrancando-os do marasmo e da submissão, as aldeias forneciam o apoio logístico: rede de informações, abastecimento e subsistência e proteção para os feridos. Ficou evidente que os maoístas lançavam no campo os germes de uma estrutura econômica e política radicalmente nova e perigosamente ameaçadora ao Kuomintang. As guerrilhas viam seus quadros se ampliarem na medida em que cada vez era maior o número de desgostosos com a “apatia estudada” de Chaing Kai-shek e com a brutal repressão japonesa (...) Esses fatores fizeram brotar nos camponeses uma consciência nacional, um “nacionalismo de massas”, que até então era atributo das populações urbanas (SCHILLING, 1984, p. 44 – 45).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente derrota japonesa em 1945, o PCCh e o Kuomintang disputavam pelo vácuo de poder deixado pela retirada do Japão do país. Como consequência, o resultado foi o retorno à guerra civil que só acabaria definitivamente em 1949, com a fuga de Chiang Kaishek para Taiwan e a proclamação da República Popular da China pelos comunistas, iniciando um novo capítulo de libertação do povo chinês à dominação estrangeira. A Revolução de 1949 foi, sobretudo, uma negação ao imperialismo e ao feudalismo.

Quadro 3 – Linha do Tempo: Da Revolução Burguesa até a Revolução Proletária na China



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

4. A Construção do Socialismo Chinês

A partir deste capítulo, serão levantadas as discussões em relação ao objeto principal dessa pesquisa, que busca contribuir para a compreensão do processo de construção do socialismo chinês durante os governos de Mao Tsé-Tung e de Deng Xiaoping e as principais mudanças entre os dois mandatos, levando em consideração os fatores internos e externos da conjuntura momentânea que abarcava o Sistema Internacional.

Assim, o presente capítulo objetiva uma análise do pensamento revolucionário maoísta e de como foi sua adaptação para uma aplicação prática em um país já carregado de contradições, intensificadas pelos abusos do imperialismo estrangeiro. É importante ressaltar que a elaboração desse capítulo procura ser convergente à proposta do trabalho de trazer uma perspectiva de valorização das experiências do Sul global, a partir de uma análise que considera os fatores processuais, a condicionalidade histórica e a existência de visões de mundo políticas não ocidentais.

4.1 A Nova Democracia de Mao Tsé-Tung

Quando o Partido Comunista chega ao poder, depara-se com uma China fragilizada. As cidades estavam decadentes, traumatizadas pela violência inerente às guerras e às políticas coloniais, que tornaram os centros urbanos em espaços cujas as leis nacionais não abrangiam na totalidade a burguesia estrangeira. No campo, ainda existiam resquícios das relações feudais e da impetuosidade dos senhores de guerra. A região de Hong Kong estava nas mãos de Churchill, Macau sob o domínio português e, ainda havia a complexa questão tibetana[47].

Ainda que, em certa medida, a paz houvesse sido instaurada no país após o fim da Guerra Civil, essa condição não perpetuaria por muito tempo mediante o contexto de Guerra Fria. No plano externo, não somente os

[47] Mesmo após a proclamação da República Popular da China, “o PCCh e seus oito partidos aliados na guerra civil ainda não haviam conquistado toda a China. O restante dos exércitos do Guomindang estava em retirada para Taiwan ou assolando o sul da China em debandada. Mas, no início de 1950, toda a China continental, exceto o Tibete, parte de Hong Kong e Macau, estava sob controle do ELP (Exército de Libertação Popular). Das ilhas, apenas Taiwan e Hong Kong encontravam-se fora da nova jurisdição” (POMAR, 2003, online).

Estados Unidos reconheciam apenas Taiwan no âmbito dos organismos internacionais, como também bloqueavam a China em partes do Oceano Pacífico, através de sua marinha. A retirada de embaixadores, bens e empresas por parte de outros países do bloco capitalista representavam outros tipos de bloqueios. Em 1950, os exércitos estadunidenses invadem à Península Coreana, com o objetivo de conter o avanço soviético, mas também de minar as forças militares chinesas para um possível retorno do Kuomintang ao país (POMAR, 2003, online).

> Em 1950, com cerca de quinhentos milhões de habitantes, a China estava destruída. Suas ferrovias e rodovias encontravam-se sem condições de uso. As indústrias, além de poucas e atrasadas, encontravam-se inoperantes. Grande parte da colheita de outono havia se perdido e os estoques tinham sido transportados pelas tropas do Guomindang em fuga. Milhões de pessoas encontravam-se desempregadas. O novo governo tinha diante de si uma China à beira da anarquia, isolada e ameaçada militarmente. Afora as ferrovias instaladas por capitais estrangeiros para facilitar as exportações de matérias-primas agrícolas e minerais, e algumas fábricas de tecidos e de outros produtos de consumo, a China desconhecia outros tipos de indústria. Sua siderurgia era insignificante e concentrada na Manchúria. Não possuía nenhuma indústria de produção de bens de capital, química, de equipamentos de transportes e de geração de energia, ou seja, do ponto de vista industrial, era extremamente atrasada (POMAR, 2003, online).

Colapsada pelo caos político que perpetuou por quase um século, a sociedade chinesa urgia não somente por uma mudança administrativa, mas necessitava de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, que caminhassem no sentido da modernização das forças produtivas e das relações de produção, do estabelecimento de um projeto nacional e de Estado, além da promoção da equidade nas classes mais pobres. Segundo Schilling, “não bastava apenas reconstruir uma sociedade dilacerada pela guerra civil e pela invasão japonesa, era necessário revolucioná-la” (SCHILLING, 1984, p. 57).

Para tanto, o maoísmo[48] oferecia um programa político coerente às necessidades chinesas da época. Mao (1975) acreditava que a China

[48] Maoísmo é o nome do conjunto teórico criado por Mao Tsé-Tung no movimento socialista internacional. Conforme Schilling, Mao tornou-se o “maior estrategista dos países do Terceiro Mundo ao elaborar uma doutrina teórico-prática adaptada às peculiaridades da Ásia colonizada e semicolonizada: uma fusão do nacionalismo (reconhecendo a importância das expressões da cultura nacional) com o marxismo (o conceito de lutas de classe e a perspectiva internacional).

desenvolver-se-ia em duas etapas: democracia e socialismo. A primeira citada não se trata de uma democracia qualquer, mas de um novo tipo, com características chinesas (daí a denominação do autor de “Nova Democracia”), cujas origens estariam atreladas aos movimentos revolucionários anti-imperialistas anteriores à 1949.

> É bem evidente que, (...) segue-se a necessidade de a revolução chinesa dividir-se em duas etapas. A primeira é a da transformação da sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal numa sociedade independente e democrática. A segunda é a da prossecução da revolução e construção duma sociedade socialista. (...) O período preparatório da primeira etapa começou com a Guerra do Ópio de 1840, quer dizer, quando a sociedade chinesa começou a transformar-se, de feudal em semi-colonial e semi-feudal. Logo depois produziu-se o Movimento do Reino Celestial dos Taipins, a Guerra Sino-Francesa, a Guerra Sino-Japonesa, o Movimento Reformista de 1898, a Revolução de 1911, o Movimento de 4 de Maio, a Expedição do Norte, a Guerra Revolucionária Agrária e a atual Guerra de Resistência contra o Japão. Em conjunto, todos esses acontecimentos levaram um século inteiro e, em certo sentido, formam a primeira etapa, na medida em que são lutas travadas pelo povo chinês, em distintas circunstâncias e em graus diversos, contra o imperialismo e contra as forças feudais, visando a construção duma sociedade independente e democrática, a realização da primeira revolução. A Revolução de 1911 foi, num sentido mais amplo, o começo dessa revolução. Pelo seu carácter social, essa revolução é democrático-burguesa e não socialista-proletária (TSÉ-TUNG, 1975, online).

Schilling (1984) explica que, na Nova Democracia de Mao, o Estado seria resultado de um pacto político entre quatro classes revolucionárias (operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional), sobre a liderança camponesa e cujo regime institucional teria como base o conceito leninista de centralismo democrático, através de eleições em todos os níveis – das aldeias ao Congresso. Em relação a esfera econômica, o Estado seria responsável pelas atividades dos principais setores da economia, tais como bancos, infraestrutura de transportes, indústrias tecnológicas, etc., objetivando a formação de uma poderosa economia nacional socialista, mas sem extinguir na totalidade a produção privada. Além disso, no campo, seriam expropriados

---

Num primeiro momento (...), os marxistas chineses estavam embebidos pelos conceitos bolcheviques, com sua ênfase na classe operaria e nas lutas urbanas. Para eles, a liderança na luta contra o imperialismo e a estrutura feudal cabia ao proletariado industrial, restando aos camponeses a função de “reserva tática”. A primeira mudança nessa orientação foi lançada por Mao. (...) A ruptura com o Kuomintang em 1927 e os massacres dos quadros urbanos que se seguiram terminaram por dar razão a Mao Tse-tung (SCHILLING, 1984, p. 50 – 51).

somente os latifúndios que não exercessem função social, em concordância com o princípio “terra para quem nela trabalha”, permanecendo a existência do camponês rico como também do pequeno agricultor (SCHILLING, 1984, p. 52 – 57).

O plano estratégico de Mao foi posto em prática. Uma das primeiras medidas do novo governo era a realização de uma campanha contra os elementos que haviam sustentado o movimento fascista de Chiang Kaishek, que incluíam desde funcionários corruptos e administradores provinciais, até componentes da antiga sociedade chinesa, como membros de sociedades secretas, cafetões, mafiosos, etc., levando-os à jugo através de estruturas semelhantes aos tribunais populares, porém que contavam com uma participação muito maior de civis (SCHILLING, 1984, p. 57).

> O peculiar neste gigantesco processo de depuração social é de que ele contou com uma ativa presença popular convocada a engajar-se no juízo e na condenação dos acusados. A época de maior intensidade do período de depuração foi a primavera de 1951 quando se calcula que apenas em Pequim aproximadamente trinta mil reuniões foram realizadas para tal fim, com a participação de mais de três milhões de pessoas (SCHILLING, 1984, p. 57).

Na economia, objetiva-se não somente a recuperação pós-guerra e a estabilização dos indicadores econômicos, como os níveis inflacionários e de desemprego, mas também a criação de condições necessárias para o desenvolvimento, o que implicava em reformulações no sistema agrícola do país, fundamentais para o estabelecimento de um mecanismo eficiente de abastecimento das cidades. Embora as transformações no campo já estivessem a todo o vapor desde o aumento da influência do PCCh entre os camponeses, que já haviam organizado sua própria reforma agrária (em um movimento que ficou conhecido como “fanshen”) em várias regiões da China, em junho de 1950 é publicada oficialmente a Lei de Reforma Agrária, que põe fim à existência da figura dos latifundiários.

> Nos dois anos posteriores, foram distribuídos 47 milhões de hectares, ou cerca de 50% das terras cultivadas, entre trezentos milhões de lavradores, cabendo a cada família cerca de 0,4 hectare. Enquanto os camponeses médios continuaram com as parcelas e instrumentos de trabalho que possuíam anteriormente, os camponeses ricos tiveram reduzidas suas parcelas a um tamanho correspondente ao que poderiam efetivamente trabalhar com seu próprio esforço. E os

> antigos latifundiários, não culpados de crimes, receberam parcelas de terra necessárias para trabalhar por sua conta (POMAR, 2003, online).

Conforme Pomar (2003), o novo sistema agrário impactou positivamente os pequenos e médios camponeses, uma vez que lhes proporcionou 90% das terras cultiváveis, além do fim da necessidade de pagamento anual das taxas de arrendamento aos latifundiários, que ficavam com cerca de 35 milhões de toneladas de sua produção de grãos (vale ressaltar o caráter feudal predominante nas zonas rurais do país até 1949). No entanto, sem acesso às caras tecnologias que permitem o aumento da escala produtiva, surge um cenário no qual os pequenos e médios camponeses não podiam concorrer de forma justa com os agricultores ricos, que por sua vez, passaram a utilizar-se de sua influência e antigas conexões mercantis para comprar, vender e especular produtos agrícolas e terras, explorar a mão de obra alheia, além de realizar empréstimos com alto juros, ressurgindo algumas das várias formas de exploração do passado (POMAR, 2003, online).

A atuação dos camponeses ricos também era prejudicial ao Estado, sobretudo em seu papel especulativo, o que levou à criação do Sistema Unificado de Compra e Venda em 1953, que consistia em um conjunto de regulamentações ao mercado de cereais com intuito de garantir o abastecimento dos centros urbanos, das indústrias e das próprias ligas camponesas de ajuda mútua, que posicionavam-se contra à sobreposição dos mais agricultores mais abastados diante dos pequenos e médios produtores. Nos centros urbanos, o novo governo alterou a estrutura econômica das propriedades estrangeiras e do capital burocrático chinês[49] ao estatizá-las, retirando-as da influência estrangeira e do monopólio das elites locais, em consonância com o compromisso político nacionalista e democrático proposto na revolução. (POMAR, 2003, online).

> Neste primeiro momento do processo revolucionário três elementos sociais tinham sido destruídos: os *latifundiários*, que foram desapropriados pela reforma agrária; a *burguesia compradora*, cujos vínculos e sobrevivência se davam com o capital internacional, e a *burguesia colonial* estrangeira, que havia ocupado um lugar proeminente na sociedade chinesa desde os tempos da Guerra do

[49] Por capital burocrático entende-se todos os mecanismos administrativos que obedecem às elites detentoras de capital.

> Ópio (1840) e que agora amargava uma humilhação impotente tendo que assistir à perda das suas propriedades e o fim das prerrogativas jurídicas que as protegiam de fato das leis chinesas (SCHILLING, 1984, p. 58).

No entanto, vale ressaltar que, durante o início desse processo revolucionário, as formas capitalistas de produção ainda eram predominantes, à medida que o setor público se encontrava em um estado embrionário, cujo desenvolvimento dependeria de tempo e dedicação por parte das forças socialistas. Conforme previsto por Mao Tsé-Tung, uma economia atrasada como a chinesa, que há pouco encontrava-se em vias de superação do feudalismo como principal organização econômica e social no campo, ainda teria que conviver com elementos capitalistas por tempo o suficiente até o estabelecimento de um forte setor público, que fosse capaz de construir uma grande base material, necessária para a consolidação de um socialismo de riqueza, e não de distribuição da miséria (POMAR, 2003, online).

> Na indústria, o setor capitalista era predominante com 63,3% do total, enquanto o setor estatal detinha o resto, ou 34,7%. No comércio atacadista, o setor capitalista detinha 85,1% do total das empresas, enquanto o setor estatal possuía apenas 14,9%. No artesanato e no pequeno comércio, da mesma forma que no campo, o setor individual predominava com mais de 90% de todas as propriedades. Os setores coletivo ou cooperativo e misto estatal-privado eram embrionários, com participação insignificante até 1953- 1954. Essa situação, aliada à capacidade produtiva do país, convenceu os comunistas de que o novo Estado teria que aproveitar, numa certa escala e por um tempo prolongado, as economias capitalista e individual, ao mesmo tempo que desenvolvia as economias estatal e coletiva. Essa foi a razão econômica e social de sua decisão de aliar-se à burguesia nacional chinesa não só para a revolução, mas também para a construção da nova China, apesar de compreenderem que isso representava também uma prolongada luta pela predominância econômica e política na sociedade chinesa (POMAR, 2003, online).

Lentamente, o quadro econômico passa a alterar-se em favor dos comunistas. Quando o planejamento central passa a priorizar políticas públicas que buscam a estabilização da inflação deixada pelo Kuomintang, setores da burguesia nacional passam a ser vítimas de suas próprias atividades especulativas (muito influenciadas pela instabilidade nos preços). Pomar (2003) explica um caso emblemático, no qual a especulação sobre um possível aumento de preços dos grãos devido à proximidade do Festival da Primavera de 1950 levou grande parte da burguesia a lançar seu capital financeiro na compra do estoque de grãos ofertados pelo governo (na esperança de

esgotarem as reservas estatais e tornarem-se os principais detentores da matéria-prima, podendo designar o preço do produto). No entanto, tornou-se evidente que haviam subestimado a capacidade de planejamento estatal, uma vez que não foi possível a liquidação das reservas, não ocorrendo a tão esperada alta de preços. Por terem desembolsado tanto dinheiro, optaram por recorrer ao setor público para a minimização do prejuízo, passando de compradores à vendedores. Esse fato demonstra uma tendência da complexidade econômica da China contemporânea de Xi Jinping[50], cuja capacidade de planificação econômica e o maior aprofundamento do socialismo chinês extinguiu a dependência do setor público em relação as atividades especulativas financeiras do setor privado.

> A burguesia chinesa viu-se, assim, desprovida de capitais para comprar matérias-primas, pagar salários e impostos e continuar suas atividades empresariais. Teve que recorrer, então, à economia estatal, subordinando-se aos termos desta. Sob contrato, o Estado passou a fornecer as matérias-primas em troca de produtos acabados, ou estabeleceu algum tipo de associação na qual a empresa capitalista passava a produzir de acordo com as necessidades estipuladas pelo governo. Por esse processo, entre 1952 e 1953 a inflação foi colocada sob controle. A produção de grãos subiu de 103 para 166 milhões, a de algodão de 450 mil para 1,3 milhão de toneladas, e a de carvão de 32 milhões para 66 milhões de toneladas. A média anual de crescimento econômico nesse período foi de 34,8%. A economia recuperou-se quase totalmente em comparação com o período de pré-guerra (POMAR, 2003, online).

Além das reformas econômicas conduzidas por Mao Tsé-Tung, a aplicação prática dos ideais maoístas da Nova Democracia também transformava outras esferas da sociedade chinesa, tal como a política externa. Com a Guerra da Coreia em 1950, tornou-se evidente a escolha de um projeto político no qual a China teria autonomia em suas decisões, sem submeter-se à vontade de terceiros, uma vez que não optou por uma entrada automática no conflito ao lado da URSS, mas limitou-se a agir somente quando os exércitos estadunidenses ameaçavam suas fronteiras.

> Nos primeiros dias de novembro de 1950 as forças chinesas ultrapassam o rio Yalu e executam com perfeição uma vasta operação contra-ofensiva que leva de roldão as forças norte-

[50] Xi Jinping (ideograma: 习近平, pinyin: Xí Jìn Píng) assumiu o cargo de presidente da República Popular da China em 2013.

> americanas. Comandados pelo célebre líder guerrilheiro Lin Piao, os chineses reconquistam Pyong Yang em 4 de dezembro e no dia 1.º de janeiro de 1951 uma nova onda ofensiva ocupa Seul, a capital da Coréia do Sul. Esta surpreendente operação causou pânico nas forças norte-americanas e levou o General MacArthur a solicitar a autorização do Presidente Truman para lançar um bombardeio atômico contra a China. O Presidente não só negou tal autorização como demitiu o General do seu posto, nomeando o General Ridgway para o seu comando em 11 de abril de 1951 (SCHILLING, 1984, p. 59 – 60).

Outra importante campanha (1950-1951) empreendida durante o governo de Mao, foi o enfrentamento de um regime teocrático, escravista e misógino instalado no Tibete, cujas origens remetem à uma seita budista representada pelos chefes religiosos “lamas”. Região muito disputada por diversos impérios no passado devido sua significância geopolítica, foi incorporada à China sob domínio mongol - o único período da história em que o país executou ações expansionistas - em 1206, muito antes dos acordos de não anexação territorial de Westfália. Segundo Suyin (1977), o Tibete detinha uma característica muito peculiar: os conflitos internos no poder central haviam enfraquecido a autoridade dos monarcas, atribuindo maior influência aos clérigos e aristocratas, que após o assassinato do Imperador Lang Darma[51], fragmentaram-se em diversas facções e passaram a disputar pelo poder.

> O Tibete é uma terra de vales, separados uns dos outros por montanhas. Enquanto a casta dos nobres militares saía para a guerra, os monastérios tornaram-se poderosos; eles eram o repositório do conhecimento, e tornaram-se os maiores próprios de terra. Também eram lugares onde havia uma grande concentração de homens fisicamente aptos, e levas de grupos armados eram mantidas por cada monastério, enquanto o poder central, dilacerado por disputas internas – como ocorrido na Europa medieval – enfraquecia. Os monastérios se fortaleceram e desafiaram a monarquia. No século X, Lang Darma, o último dos reis leigos, realizou esforços para conter o poder sacerdotal, mas foi assassinado e o Tibete dividiu-se em facções, com seitas religiosas também travando guerras. Uma hierarquia mista de leigos e clérigos assumiram o poder, e assim como os filhos da nobreza, para fortalecerem-se, tornaram-se prelados da Igreja Budista. Assim iniciou-se a ascensão desse absolutismo teocrático único, que manteria o Tibete imutável, recluso às influências do exterior até meados do século XX (SUYIN, 1977, p. 13 -14, tradução nossa[52]).

[51] Monarca do Império Tibetano, governou o país aproximadamente entre 838 e 841.

[52] No original: “Tibet is a land of valleys, cut off from each other by high mountains. While the military nobleman caste went out to war, the monasteries became powerful; they were the repositories of knowledge, and became the largest landlords. They also were the places where there were large concentrations of able-bodied men, and levies of armed bands were kept by

Isso permitiu que, conforme Suyin (1977), uma aristocracia, composta por uma aliança entre os grandes proprietários e os monges lamas (título concedido aos mestres do budismo tibetano), prevalecesse às disputas e assumisse a regência do território, tornando-se responsável por transformar o Tibete em uma teocracia, sustentada por uma base de escravos e servos miseráveis, que representavam 95% da pirâmide social da região. O regime político não só adotava um sistema de crenças religiosas distorcidas como mecanismo de dominação ideológica, que era facilmente disseminado no psicológico da população pobre - uma vez que a educação e o "privilégio" de ler e escrever eram restritos aos mosteiros -, como também práticas muito violentas de repressão aos escravos, que não eram considerados seres humanos. Um documento online publicado pela Embaixada da China expõe algumas dessas situações, conforme abaixo:

> No Monastério de Gandain, um dos maiores no Tibete, havia muitas algemas, grilhões, porretes e outros cruéis instrumentos de tortura utilizados para arrancar olhos e rasgar tendões. Uma carta enviada ao chefe rabodiano no início do ano de 1950, mantida no Arquivo da Região Autônoma do Tibete, testemunha isso. A carta diz: "para celebrar o aniversário de Dalai Lama, todos os membros do Instituto Tântrico Inferior devem entoar o roteiro. Para completar praticamente esse serviço budista, um intestino úmido, dois crânios, vários tipos de sangue e uma peça inteira de pele de uma pessoa são requeridos urgentemente. Vocês devem providenciar o mais rápido possível (CHINA EMBASSY, 2009, online, tradução nossa[53]).

É importante ressaltar que, dentre os abusos cometidos, como as torturas físicas, as práticas comuns de punição através da decepação de membros e a produção de tapetes de pele humana entre senhores de

---

each monastery, while the central power, torn by internecine feuds - such as ocurred in medieval Europe - grew weak. The monasteries waxed strong and challenged the monarchy. In the tenth century Lang Darma, last of the lay kings, made and effort to curb priestly power, but he was assassinated and Tibet split into factions, with religious sects also waging wars. A mixed lay and clerical hierarchy now took over, as the sons of the nobility, to strengthen themselves, became prelates of the Buddhist church. Thus began the rise of this unique theocratic absolutism, which would keep Tibet unchanged, closed to outside influence until the middle of the twentieth century (SUYIN, 1977, p. 13 -14).

[53] No original: "In the Gandain Monastery, one of the largest in Tibet, there were many handcuffs, fetters, clubs and other cruel instruments of torture used for gouging out eyes and ripping out tendons. A letter to Rabodian chief in the early 1950s kept in the Tibet Autonomous Region Archive bore witness to this. It said, "In order to celebrate the birthday of the Dalai Lama, all the members of the Lower Tantric Institute should chant the script. To practically complete this Buddhist service, one wet intestine, two skulls, various kinds of blood and a whole piece of the skin of a person are required urgently. You'd better bring them here as soon as possible" (CHINA EMBASSY, 2009, online).

escravos, a situação das mulheres na sociedade tibetana era de um aspecto particularmente terrível, posto que a seita religiosa fomentava a crença de que as mulheres eram reencarnações de indivíduos que praticaram atos condenáveis, sendo necessário que “pagassem pelo carma” em vida como forma de penitência. O resultado disso era a prática deliberada da violência contra esse grupo, sendo proibidas de tocar objetos sagrados e entrar em templos religiosos, sequer eram permitidas de olhar diretamente para o rosto dos sacerdotes, pois eram consideradas seres impuros e perversos. Apesar disso, a violação sexual era uma constante na sociedade, de modo que, os senhores feudais tinham até mesmo o “direito” de adquirir esposas temporárias (SUYIN, 1977, p. 18 – 19).

> Essa teocracia totalizante resultou na mais terrível exploração e empobrecimento do povo tibetano. Manteve a população em total ignorância, aterrorizou-os em total submissão (...) O povo tibetano era privado de cuidados médicos adequados e epidemias assolavam a população, particularmente a varíola. Até 1949, o remédio utilizado para isso foi o desalojamento de famílias aflitas, removendo-as de suas moradias para montanhas afastadas, onde morriam de fome ou tornavam-se presas de feras selvagens. Havia ainda as doenças venéreas, desenfreadas até mesmo nos mosteiros, com as altas taxas de incidência de gonorreia, devido aos costumes sociais, causando esterilidade. Somado a isso, existia um alto índice de mortalidade infantil, aproximadamente 450 mortes a cada 1000 nascimentos, no primeiro ano de vida, devido à falta de higiene e ao fato de que as mulheres davam à luz em estábulos e currais; por último, mas não menos importante, ocorria a enorme exploração imposta pela figuras dos ‘três grandes mestres’, levando a população à mais miserável pobreza (SUYIN, 1977, p. 19 - 21, tradução nossa[54]).

Considerando a situação da sociedade tibetana, a campanha maoísta iniciada em 1950 para a recuperação do controle político da região e o fim do regime escravista, demonstrava-se convergente aos ideais do projeto político

[54] No original: “This total theocracy resulted in the most terrifying exploitation and impoverishment of the Tibetan people. It kept them in total ignorance, terrorized them into total submission. (...) The Tibetan people were deprived of adequate medical care and epidemics swept through the population, particularly smallpox. Until 1949, the remedy for this was to dislodge the afflicted families, removing them to a far mountain, where they died of hunger or became the prey of wild beasts. Then there was also venereal disease, rampant even in the monasteries, with a very high rate of gonorrhoea, due to the social customs, causing sterility. Add to this the high infant mortality rate, around 450 per thousand in the first year of life, due to lack of hygiene, and the fact that women gave birth in stables and cow-byres; last but not least, the enormous exploitation imposed upon the people by the 'three great masters', leading to the most wretched poverty” (SUYIN, 1977, p. 19 – 21).

da Nova Democracia, o que não significa que a sua realização seria uma tarefa fácil, à medida que, enquanto toda a China estava em um processo de ebulição revolucionária desde o crescimento da influência do PCCh, os ventos marxistas sequer haviam tocado o insulado Tibete.

Sendo assim, para que fosse possível a continuidade de sua campanha de libertação nacional e buscando evitar o surgimento de uma polarização antes do estopim de um conflito evidente com a aristocracia local – que não aceitaria pacificamente o desmonte de seu sistema exploratório -, Mao traçou uma estratégia para conquistar a confiança das massas tibetanas, na qual o papel do Exército de Libertação Popular[55] (ELP) seria fundamental para sua concretização.

Figura 6 – Retrato da escravidão no Tibete

Fonte: China Embassy, 2009.

[55] O Exército de Libertação Popular (ELP) foi criado em agosto de 1927 e representa a força militar da China, sendo subordinado ao Partido Comunista.

Quando o exército chinês passou a avançar para o sul e sudoeste da China em 1950, o 14.º Dalai Lama[56], Tenzin Gyatso[57], sua família e outras importantes figuras políticas fugiram para a Índia. No entanto, diferente do esperado, o ELP assumiu uma postura bastante cautelosa no Tibete, cuja atuação era responsável por aproximar-se dos vilarejos e dialogar com a população pobre (camponeses, servos, escravos e ex-escravos), além de realizar diferentes tarefas para conquistar o prestígio das pessoas, como prestar auxílio ao trabalho no campo, distribuir medicamentos, construir obras de infraestrutura e as primeiras estradas que ligavam a região ao resto da China. Aos poucos, o ELP ganhava cada vez mais adeptos que seriam responsáveis pelos primeiros levantes servis contra a classe dominante do Tibete (SUYIN, 1977, p. 44 – 45).

Essas ações representaram uma grande diferença no desenvolvimento do conflito, pois permitiram ao ELP um grande apoio popular, chegando até a dividir o Gabinete Tibetano entre membros favoráveis à execução de uma aliança com os chineses. Quando o conflito armado se inicia em outubro de 1950, com o envio pelos aristocratas de um exército sob o comando de Ngapo Nawang Jigme, grande nobre e ministro do governo de Dalai Lama, as forças militares do Tibete são rapidamente derrotadas e o governo chinês propõe à Lhasa o Acordo de Dezessete Pontos para a Libertação Pacífica do Tibete, que determinava a continuidade temporária do poder vigente sob direção do Governo Popular Central, culminando em sua assinatura em 1951 (SUYIN, 1977, p. 44 – 45).

> A batalha de Chamdo em outubro de 1950 foi um ponto de virada. Ngapo Nawang Jigme, conhecido em chinês como Apei, foi derrotado e capturado. Os tibetanos foram conquistados pelo extraordinário bom comportamento do exército vermelho. Eles só conheciam os senhores de guerra e os soldados do Kuomintang, não melhores que bandidos. Mas esses eram Sajami, ‘os novos Hans’. Eles não entraram em mosteiros e nem em lugares de culto, e sobretudo,

[56] Dalai Lama é um título concedido aos líderes religiosos do budismo do tipo tibetano. Os dalai-lamas foram os chefes políticos do Tibete desde o século XVII até 1959.

[57] Na crença budista da escola tibetana os dalai-lamas são considerados como Bodhisattvas, ou seja, seres que alcançaram a iluminação e permanecem na terra para ajudar as pessoas. Sendo assim, Tenzin Gyatso, ao assumir o cargo de décimo quarto Dalai Lama em 1940, representaria a 14ª reencarnação desde 1391, quando nasceu o primeiro encarnado dos lamas.

> ajudaram a população, ‘não levavam nem uma agulha de linha, nem um só grão de cevada’, e as suas equipes médicas punham-se imediatamente a cuidar dos doentes. ‘Recebemos instruções muito bem detalhadas sobre como nos comportarmos” disse um dos militares à A. L. Strong (SUYIN, 1977, p. 44, tradução nossa[58]).

No entanto, segundo Suyin (1977), a suposta cooperação duraria pouco tempo, pois em 1956, inicia-se uma contrarrevolução liderada pela aristocracia escravagista e apoiada militarmente pelos Estados Unidos, iniciando um conflito entre as forças reacionárias e os comunistas. A vitória chinesa se dá com a fuga de Dalai Lama para a Índia em 1959, após o fracasso em sua tentativa de restauração do sistema teocrático escravista. Contraditoriamente, apesar de representar uma enorme chaga para a história do Tibete, é esse mesmo líder político que receberia o Prêmio Nobel da Paz em 5 de outubro de 1989.

Vale ressaltar que os Estados Unidos são também responsáveis por disseminar no ocidente uma falsa narrativa sobre o conflito tibetano, utilizando-se de sua dominação hegemônica e de sua potente indústria cultural. Assim como noções anticomunistas oriundas do movimento macartista[59] (1950 - 1957) assolam o imaginário das massas de países capitalistas e contribuem para a fomentação de discursos de partidos de extrema direita pelo mundo todo mesmo com o fim da Guerra Fria, ideias sobre uma falsa benevolência que supostamente permearia o governo dos lamas são encontrados em fontes midiáticas relevantes, propagando a China como uma figura opressora, exploradora e autoritária, além de influenciar movimentos como os protestos de março de 2008 no Rio de Janeiro, em frente ao Consulado Chinês no Brasil, contra uma pressuposta dominação do país asiático sobre o Tibete, que é na verdade atualmente um país autônomo e independente. Elementos históricos,

---

[58] No original: “The battle of Chamdo in October 1950 was a turning point. Ngapo Nawang Jigme, called familiarly in Chinese, Apei, was defeated and captured. The Tibetans were won over by the extraordinary good behavior of the Red armies. They only knew the warlord and the Kuomintang soldiers, no better than bandits. But these were Sajami, 'the new Hans'. They did not enter monasteries or places of worship, and above all, they helped the population, took 'not a needle of thread, not a single grain of barley', and their medical teams immediately set to healing the sick. 'We had been given much detailed instructions as to how behave', one of the army men told A. L. Strong” (SUYIN, 1977, p. 44).

[59] O macartismo foi um movimento político promovido pelos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, que contava com ampla propagação de propagandas anticomunistas, bem como a disseminação de notícias falsas e a perseguição contra esse grupo.

por mais terríveis que sejam, são apagados em prol de projetos e interesses hegemônicos.

Considerando o exposto, a resistência das tropas chinesas frente às forças da CIA no complexo conflito tibetano, somada ao sucesso de sua ofensiva na Guerra da Coreia contra os militares estadunidenses geraram consequências à China, à medida que esses fatores influenciaram para o aumento (dos já existentes) bloqueios externos ao país, restringindo suas possibilidades de crédito. Não obstante, Schilling (1984) afirma que o PCCh veria os auxílios financeiros provenientes da URSS desde 1950[60] praticamente esgotarem-se a partir de 1959.

É importante destacar que esse boicote econômico representa uma continuidade de uma reposta das potências imperialistas ao nascimento de um projeto nacional contra hegemônico adotado após a Revolução de 1949. Conforme Jabbour (2020), os estrategistas dos governos de Roosevelt e depois de Truman, previam que o curso natural dos acontecimentos no continente asiático levaria à uma reunificação da China e sua incorporação ao sistema westfaliano, comandada pelo movimento de Chiang Kaishek, que constituiria a "nação em um vasto campo conservador e ponta de lança dos interesses estratégicos norte-americanos na região" (JABBOUR, 2020, p. 107).

Porém, os articuladores da política estadunidense não contavam (ou subestimaram) com o aumento de proporção de uma revolta camponesa cujo cerne seria uma organização marxista-leninista muito bem mobilizada, já em curso no país desde 1934 e que culminou na ascensão de seu representante, Mao Tsé-Tung, ao poder, tornando evidente para os EUA que o governo nacional popular teria como objetivo a modernização do país sem a sujeição aos interesses norte-americanos (JABBOUR, 2020, p. 107).

[60] Esses auxílios desdobravam-se em "financiamentos e coparticipações em projetos industriais de grande porte que se estenderam de 1950 até 1959 (...) naturalmente que este auxílio era bem menor do que aquele proporcionado pelos norte americanos a seus aliados, que chegou a atingir de 13 a 18 bilhões de dólares. Mas para a China este apoio financeiro se revelou particularmente importante por duas razões: a primeira é que a ajuda soviética se concentrou nos setores modernos da economia, tais como a siderurgia, produtos de petróleo, indústrias elétricas e mecânicas, motores e eletrônica... a maioria dos quais não existia antes de 1949 (...) a segunda, porque este auxílio (...) permitiu dar os primeiros passos rumo à industrialização sem passar pelos tormentos da 'acumulação socialista primitiva', como ocorreu nos anos vinte e trinta na União Soviética" (SCHILLING, 1984, p. 61 – 62).

Sendo assim, a Guerra na Coreia, o fomento às insurreições reacionárias no Tibete e o apoio tático e militar recebido pelos lamas da CIA, além do aumento da militarização de Taiwan e o crescente aumento de bloqueios internacionais, restringindo os parceiros comerciais da China ao bloco socialista, são todas respostas do imperialismo (JABBOUR, 2020, p. 107).

No entanto, não são únicas. Segundo Jabbour (2020), os Estados Unidos ainda passariam a destinar uma grande quantidade de recursos e investir fortemente na Coreia do Sul, Japão e Taiwan[61], objetivando não somente a construção de plataformas de exportação estratégicas para os produtos americanos, mas também a propaganda de sua proposta de ordem internacional capitalista, fundamentada em falsas ideias liberais, uma vez que, na prática, a diminuição do papel do Estado na economia parece ser válida somente para os países em desenvolvimento, que são, em muitos casos, forçados a aderir regras econômicas - seja através da intervenção em suas políticas domésticas através do financiamento de ditaduras (como o EUA fez na América Latina), pela instigação de conflitos internos e articulações que objetivem a manutenção das elites nacionais representantes dos interesses externos no poder, ou pela utilização de relações de dependência geradas pela posição internacional privilegiada das nações desenvolvidas - que prevalecem os países ricos, enquanto a industrialização e desenvolvimento de todas as grandes potências só foi possível a partir de uma grande mobilização do Estado para o crescimento e enriquecimento dos agentes privados (por exemplo, as próprias Leis do Cercamento no início da Revolução Industrial inglesa que garantiram à transformação das terras coletivas camponesas na propriedade privada dos burgueses).

> A resposta do imperialismo veio sem dúvida em duas frentes: a primeira consistiu em bloquear tanto econômica, quanto politicamente a China (teve seu assento na ONU restituído somente em 1971) que teve como parceiros comerciais restritos ao bloco socialista e alguns países africanos e depois em 1961, Cuba. Outra manobra neste

[61] Segundo Jabbour a Coreia do Sul, o Japão e Taiwan “tornaram-se estados desenvolvimentistas graças não a uma estratégia nacional de desenvolvimento pré-concebido por suas elites industriais e sim a uma estratégia de contenção mundial do comunismo por parte dos EUA” (JABBOUR, 2020, p. 106).

> sentido foi o de fustigar a China via revoltas independentistas no Tibet e concentração militar no estreito de Taiwan, além de intervir (via ONU) nos acontecimentos na península da Coréia no início da década de 50, fazendo com que a China despendesse enormes reservas materiais e humanas para a proteção do regime norte-coreano, procurando por seu lado não ter em sua fronteira nordeste um estado hostil, uma ponta de lança norte-americana. A outra frente desdobrou-se na consolidação de regimes altamente reacionários em Taiwan e na Coréia do Sul e na mudança do papel do Japão, que passou a ser a principal vitrine capitalista na Ásia do Pacífico. Neste contexto surgem as condições para o surgimento do estado desenvolvimentista de tipo asiático — sob o mantra dos EUA — caracterizado pelo papel central do Estado em todos os âmbitos decisórios e pelo estímulo interno ao florescimento de uma burguesia nacional (à frente de corporações industriais) altamente capaz de elevar o corpo tecnológico da economia nacional (JABBOUR, 2020, p. 108).

Tal cenário trouxe desafios e consequências ao projeto nacional liderado por Mao Tsé-Tung, que seria obrigado a adaptar-se às novas condições para que fosse possível a continuidade do processo de modernização e desenvolvimento da China. Nesse sentido, estava iniciada a largada para o início do traumático processo da Revolução Cultural, que foi permeado de algumas contradições.

4.2 Ameaça Externa e Contradições na China: O Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural

Com a Guerra Fria em curso, uma revolução comunista na China significava uma grande derrota aos Estados Unidos. Isso não quer dizer que a maioria dos intelectuais ocidentais deixaram de subestimar a capacidade de governança dos dirigentes socialistas, pelo contrário, até pouco tempo antes da ascensão do país como um gigante na economia mundial, ainda havia uma certa desconfiança entre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado. Contraditoriamente a esse menosprezo, não foram poucas as tentativas imperialistas de boicote à China. Conforme Jabbour (2020), além da estratégia do EUA de financiamento do desenvolvimento nacional de Taiwan[62], Japão e Coreia do Sul, como pontos geopolíticos estratégicos na Ásia, sobretudo em relação à China, e das pressões que as forças militares estadunidenses faziam

[62] É importante ressaltar que, no caso de Taiwan, ainda havia o amplo apoio material por parte do EUA para a militarização do Kuomintang, conforme Jabbour, “somente o estacionamento da 7ª frota americana na península durante a guerra da Coréia (1950-1953) foi capaz de adiar a reintegração da ilha ao território do país” (JABBOUR, 2020, p. 19).

na fronteira, especialmente durante a guerra na península coreana, ainda havia o bloqueio comercial imposto ao bloco socialista.

As opções para o financiamento do projeto nacional eram poucas, ainda mais considerando o cenário nacional até 1949: um grande território não unificado, com diversos poderes regionais competindo entre si, sem a presença de uma industrialização relevante e que, em um aspecto geral, ainda encontrava-se em vias de superação do feudalismo. A fome era um fantasma que assolava a população, a miséria presente nas figuras maltrapilhas que dormiam nas ruas dos grandes centros urbanos e nos camponeses pobres que encontravam no campo condições mínimas para a subsistência de suas famílias. Assim, em matéria de desenvolvimento econômico, “o problema chinês a partir de então passou a ser como construir o socialismo em uma sociedade desprovida de base material” (JABBOUR, 2020, p. 26).

Apesar dessas dificuldades, em 1953 é ratificado pelo PCCh o Primeiro Plano Quinquenal[63], que buscava mitigar as discrepâncias sociais e gerar as bases para uma industrialização nacional. O resultado foi a construção de uma série de indústrias e de grandes obras de infraestrutura no país e, em 1957, a China já possuía fábricas de produção de aço, ligas metálicas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade, etc., além disso, a pobreza extrema e a escassez de alimentos haviam, praticamente, desaparecido do panorama doméstico. (POMAR, 2003, online).

No entanto, ao final da década de 50, outro golpe seria desferido à questão nacional chinesa: as opções, já reduzidas de financiamento, diminuíram ainda mais com o rompimento das relações entre China e União Soviética. Com a morte Stalin e a escolha do seu sucessor, Nikita Kruschev, que assume a liderança da URSS em 1956, inicia-se a promoção das políticas de “desestalinização”, que na teoria, tinham o propósito de eliminar o “culto da personalidade” propagado durante o governo de Stalin no bloco socialista, porém, na prática, representaram muito mais uma propaganda de desmoralização tão profunda de seu antecessor, que acabaram muito mais por

[63] Os planos quinquenais, são uma ferramenta de planificação econômica de médio prazo. Foram implementados pela primeira vez na União Soviética durante o governo de Stalin e sua dinâmica foi, posteriormente, adotado por outros países socialistas.

minar o ânimo revolucionário soviético, do que corrigir as falhas dos governos anteriores (LOSURDO, 2004, p. 65)

Os bloqueios comerciais à União Soviética e o isolamento imposto ao país, que no início da Revolução Russa, em 1917, semelhante à China, ainda tinha o feudalismo como modo de produção predominante e, quaisquer indícios de industrialização ainda estavam muito atrasados em relação às poderosas economias alemã ou inglesa, além das duras consequências da Guerra Fria, que reduziram as possibilidades de escolhas tangíveis para o regime que seria adotado pós revolução em basicamente duas opções: 1) ceder aos interesses imperialistas, convenientes ao sistema czarista e representar uma posição submissa nas relações internacionais; 2) adotar um "comunismo de guerra", ou seja, um modelo econômico desenvolvimentista baseado nas relações desiguais entre campo e cidade[64] - em outras palavras, os recursos para a sustentação do desenvolvimento industrial nas cidades seriam retirados da agricultura -, que seria um estado de exceção, condicionado ao contexto histórico (mas que até hoje é considerado erroneamente por intelectuais como via de regra para qualquer experiência socialista); somados à nova variante: a atenuação dos conflitos internos dentro da liderança soviética após a morte de Stalin, mudariam radicalmente os rumos da União Soviética. Era o início do fim.

Nesse sentido, após as duras críticas à Stalin, Kruschev logicamente precisaria rever as políticas adotadas pelas URSS das quais discordava. Uma delas é a relação de enfrentamento dos soviéticos com os países capitalistas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o que resultou na busca de uma aproximação maior com o Ocidente (SCHILLING, 1984, p. 70 – 71).

> Deve-se observar, entretanto, que Stalin estava disposto a colaborar com os Estados Unidos na formação de uma nova ordem internacional acreditando ser possível a coexistência entre capitalismo e socialismo. Foi a revisão da política de Roosevelt, executada pelo seu sucessor, o Presidente Truman em 1947, que fez Stalin partir para o endurecimento. Truman não advogava a convivência, mas sim a "contenção" da União Soviética, exigindo que

[64] Segundo Jabbour, a NEP proposta por Lenin na URSS sucumbiu diante das pressões internas e da necessidade de um processo de industrialização mais rápido, atenuada pela possível ameaça de guerra oriunda das contradições na formulação do Tratado de Versalhes, abrindo um debate em torno de como seria possível acelerar o desenvolvimento econômico do país. Preobrazhensky, antigo aliado de Trotsky, foi o responsável por propor uma solução à essa questão, na qual a industrialização pesada seria instalada a partir de trocas desiguais entre agricultura e indústria. (JABBOUR, 2020, p. 84).

> a sua ex-aliada terminasse por se subordinar aos interesses da política externa dos Estados Unidos (SCHLLING, 1984, p. 71).

O fim da reconstrução pós guerra na União Soviética na década de 50 e o salto tecnológico demonstrado no lançamento do satélite Sputnik em 1957, também foram fatores que influenciaram a decisão de Kruschev de substituição da política de enfrentamento pela competição pacífica, à medida que esses eventos contribuíram para a disseminação da crença de que uma continuidade das ameaças mútuas inerentes à Guerra Fria poderia levar ao conflito nuclear. Nesse sentido, a adoção da nova orientação é consolidada com a visita do presidente soviético aos Estados Unidos em 1959, na qual propõe a Eisenhower a suspensão da corrida armamentista (SCHILLING, 1984, p. 71 - 72).

Tudo isso é visto com desconfiança por Mao Tsé-Tung, sobretudo pelo fato de que os patamares de desenvolvimento econômico chineses estavam bem atrás da União Soviética e uma aproximação ao capitalismo poderia permitir “desvios” ao processo de desenvolvimento revolucionário nacional. Durante o final da década de 50, a relação entre os dois Estados estava marcada por divergências conflitantes, como a anulação por parte da URSS em 1959 do acordo de 1957 sobre técnicas atômicas com a China, e a manifestação favorável de Kruschev à Índia em um impasse fronteiriço com o país asiático, as diferenças entre as duas nações tornavam-se cada vez mais evidentes, de modo que, se não houvessem grandes alterações nessa relação, era apenas questão de tempo para uma cisão política ocorrer entre os dois atores (SCHILLING, 1984, p. 72 – 73).

> Pouco a pouco as diferenças entre os dois países se fizeram sentir em várias dimensões. As da geopolítica se manifestaram nas distintas intenções de hegemonizar a Ásia Central. As culturais se faziam sentir entre uma União Soviética que cada vez mais se “ocidentalizava” e uma China que por razões da sua luta anticolonialista e de sua estratégia terceiro-mundista cada vez mais era obrigada a se sinicizar. E, finalmente, aquelas cada vez maiores entre uma superpotência onde a revolução já se encontrava rotinizada e um país subdesenvolvido às voltas com uma revolução ainda jovem e sedenta de feitos. (SCHILLING, 1984, p. 73 – 74).

As tensões na política externa entre China e União Soviética era acompanhada pela consequente diminuição da cooperação entre os dois

atores, inclusive financeira, o que representaria um grave problema ao PCCh. Á medida que os recursos econômicos para a sustentação das atividades de desenvolvimento industrial previstas nas metas do Primeiro Plano Quinquenal desde 1953 eram, basicamente, provenientes de três fontes: 1) ajuda externa; 2) agricultores chineses, cujas ganhos com o excedente de suas plantações eram direcionados ao governo através da arrecadação de impostos, dos fundos remanescentes das cooperativas e emprego de jornadas de trabalho voluntárias; 3) comércio internacional (especialmente pele exportação de commodities provenientes dos camponeses); e uma delas estava comprometida, consequentemente outra seria sobrecarregada, que foi o caso agricultura (POMAR, 2003, online).

> Nessas condições, a industrialização só poderia ocorrer sendo financiada pelo trabalho excedente dos camponeses e operários. Isso apresentava limites sociais e políticos evidentes, que se fizeram presentes nas insatisfações e críticas surgidas entre 1955 e 1957, relacionadas principalmente com a queda da renda camponesa, a compressão salarial e a escassez de bens de consumo (POMAR, 2003, online).

Assim, apesar da superação da extrema miséria que assolava a nação até meados da década de 50, o padrão de vida no campo permanecia pobre, contando com uma diminuição de até 20% da renda familiar. No auge desse processo, os camponeses cooperavam com cerca de 25% da sua produção, o que influenciava no aumento das críticas. Buscando amenizar essas contestações, o Estado revendeu aos lavradores parte dos cereais que haviam adquirido dos agricultores, o que acabou por prejudicar as exportações agrícolas e também a importação de equipamentos industriais, que dependiam dessa dinâmica comercial, gerando uma reação em cadeia que afetou os preços e os salários, na qual o PCCh reagiu demonstrando um empenho na difícil tarefa de estabilização dessas variáveis e de buscar garantias para a equidade social. Além disso, ainda havia os desiquilíbrios de oferta, à medida que o desenvolvimento da indústria pesada era muito maior do que o crescimento da indústria leve, acarretando excessos em alguns produtos e carência em outros (POMAR, 2003, online).

> Ocorreram desequilíbrios entre o alto crescimento industrial e baixo incremento da agricultura e do consumo, agravados pela disparidade entre o elevado desenvolvimento da indústria pesada e o crescimento medíocre da indústria leve. A escassez de produtos de consumo de massa pressionou os preços e obrigou o Estado a instituir o racionamento, para assegurar uma distribuição equitativa e manter os preços sob controle. (...) Apresentaram-se disparidades entre as rendas camponesa e urbana, entre a oferta demasiada de alguns produtos e a escassez de outros, entre a planificação centralizada e as demandas do mercado. (...) Quanto maiores as dificuldades, maiores os esforços comunistas para superá-las pela transformação socialista da agricultura, artesanato, indústria e comércio. (...) Mesmo assim, a insatisfação cresceu, sendo o estopim para uma ampla discussão sobre os rumos da construção socialista na China. Estava em pauta como elevar a capacidade produtiva do país e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar da população. Ou, como industrializar a China e, ao mesmo tempo, atender às novas necessidades sociais que a superação inicial do atraso e da miséria haviam gerado (POMAR, 2003, online).

Diante desse cenário, constatou-se que o processo de modernização adotado em 1953, apesar de ter elevado a capacidade produtiva do país, reduziu a renda dos camponeses e operários ao transferir parte de sua renda para os investimentos na indústria pesada - sendo importante ressaltar que a dinâmica econômica adotada pelos comunistas para o atingimento das metas do Primeiro Plano Quinquenal foi bastante condicionada à realidade histórica contextual do momento, uma vez que não contavam com uma vasta opção de fontes para o financiamento e, assim como os países de passado colonial, haviam ingressado em uma competição injusta no cenário mundial, já inflado pela forte presença econômica dos países desenvolvidos -, o que levou os dirigentes políticos a procurarem por novas estratégias para sanar a questão e possibilitar um aumento da qualidade de vida às camadas populares. O resultado disso foi o lançamento em 1957, do Movimento das Cem Flores, que consistia na criação de âmbitos intelectuais, como universidades, para a formação de letrados, de diferentes posicionamentos (até mesmo anticomunistas) que debatessem e criticassem de forma construtiva possíveis caminhos e políticas de serem adotadas pelo governo. Assim, esperava-se que florescesse no país um movimento baseado na liberdade de expressão, crítica e discussão pacíficas, em prol de um futuro promissor. (POMAR, 2003, online).

No entanto, os resultados foram o oposto do esperado. Conforme Pomar, o debate entre os que defendiam a combinação de elementos

socialistas e capitalistas para o aumento da produtividade e da qualidade de vida da população de maneira simultânea com a oposição que não acreditava na necessidade de concessões à burguesia nacional para o desenvolvimento econômico e social do país, foi atropelado ainda em seu início. A China, cujos boicotes internacionais escancararam muitos problemas internos, foi mergulhada em uma nova onda de protestos. Para piorar a situação, grupos de direita reacionários que ainda operavam de forma ativa na China, enxergaram na política das Cem Flores uma oportunidade para atacar não somente a regência política, mas também o socialismo. Nesse sentido, o governo viu-se obrigado a reprimir as ações direitistas, porém em sua resposta, acabou sufocando também intelectuais que eram meramente críticos, como reconheceriam mais tarde. (POMAR, 2003, online).

> O Movimento das Cem Flores escancarou as comportas para as queixas e insatisfações desaguarem. As greves operárias e nas cooperativas, as manifestações estudantis, os protestos de intelectuais, o abandono das cooperativas, a matança de animais de cria e outras formas de protesto multiplicaram-se, superando os objetivos do movimento. Além disso, as críticas aos defeitos e erros da construção socialista e os ataques ao próprio socialismo foram muito além do previsível, abriram espaço para a ação de sabotadores e elementos anti-socialistas e obrigaram os comunistas a contra atacar e sustar o florescimento das Cem Flores. Substituíram-nas por um amplo movimento de retificação interna de seu partido, dirigido contra o burocratismo, o sectarismo e o subjetivismo, ao mesmo tempo que atacavam com rigor os elementos anti-socialistas presentes na sociedade. Mais tarde, reconheceram que esse contra-ataque foi além do previsto, atingindo como "direitistas e contra-revolucionários" parte da intelectualidade que era simplesmente crítica (POMAR, 2003, online).

Enquanto a China estava em processo de ebulição no âmbito interno, suas desavenças com a União Soviética pioravam na esfera externa. A partir dos anos sessenta, uma discussão entre o PCCh e os bolcheviques em relação à continuidade ou não da política de enfrentamento aumentava de proporção. Apesar dos soviéticos terem conseguido manter o apoio dos partidos comunistas nos países desenvolvidos, o argumento chinês desfavorável à essa aproximação ao bloco capitalista detinha mais força nas nações que passavam pelo processo de descolonização. O resultado foi o rompimento com os projetos de cooperação entre os dois países em 1960, selando definitivamente a cisão entre URSS e China (SCHILLING, 1984, p. 74).

> Kruschev ordenou que todos os técnicos soviéticos suspendessem suas atividades na China e retornassem ao país. Centenas e centenas de projetos de cooperação foram totalmente abandonados e todo o setor industrializado avançado do país foi afetado. Fábricas ficaram paradas e muitas obras interrompidas a meio caminho. (SCHILLING, 1984, p. 74).

Diante de todo esse cenário, era imprescindível a revisão à dinâmica econômica adotada de desenvolvimento nacional, que assim como a União Soviética, era baseada na transferência dos recursos do campo às indústrias nas cidades, intermediado pelo poder público. Conforme Jabbour (2020), apesar de ter representado uma escolha bem sucedida à época e condições históricas, era um modelo que gerava condições para futuros conflitos políticos, uma vez que, os camponeses representam um peso muito importante na sociedade chinesa - sendo a queda de diversas dinastias do passado, diretamente relacionadas aos levantes rurais – e quanto maiores os sacrifícios impostos à essa classe, maiores eram os riscos de ruptura no pacto de poder feito entre as camadas populares que levou o Partido Comunista Chinês à liderança do país. Nesse sentido, o autor afirma que Mao encontrou na transferência de unidades industriais ao interior do país uma possível solução para sanar os desiquilíbrios entre campo e cidade. Assim, a partir de 1956, mudavam-se às prioridades econômicas e o foco do PCCh para a agricultura, a no processo que ficou conhecido como “Grande Salto Adiante”.

> A China em 1952, portanto no primeiro ano de seu 1° Plano Quinquenal, partiu para a implementação do modelo soviético, inclusive com a ajuda de técnicos e financiamento da URSS. (...) A medida que os problemas com a URSS aumentavam até o rompimento formal em 1961 - o que causou perdas e danos enormes aos chineses - maiores eram as preocupações internas de se promover o desenvolvimento das forças produtivas sem necessitar de ajuda externa e que possibilitasse à China condições de enfrentar uma guerra em duas frentes contra a própria URSS e os EUA. A solução encontrada por Mao foi a transferência de unidades industriais inteiras (como proteção a possíveis ataques) ao interior. Assim criando condições de solucionar a questão da transferência de renda da agricultura à indústria, transferir o centro de gravidade da industrialização da cidade para o campo aproveitando as centenas de milhares de hands disponíveis no interior do país. Era a política dos autofornos de fundo de quintal típica do "Grande Salto à Frente" (1956-1962) e estendida pela Revolução Cultural (1966-1976), cujo resultado esperado pelo Grande Timoneiro era alcançar a produção industrial da Inglaterra em 15 anos. (JABBOUR, 2020, p. 87).

Baseada na promessa de Mao Tsé-Tung de aceleração do desenvolvimento econômico e, consequentemente, do socialismo, a política do

Grande Salto promovia uma grande coletivização forçada do campo, através da transformação das equipes de ajuda mútua (organizações de cooperação entre milhares de famílias camponesas criadas ainda no início do programa político proposto pelo partido comunista na China, durante o regime do Kuomintang) em grandes cooperativas, transformando os fazendeiros em operários rurais. (CHANG-SHENG, 2004, p. 108).

> O Grande Salto para Frente foi um conjunto de medidas econômicas que visava a reorganização e a aceleração da produção no campo através da iniciativa e mobilização das massas. A implantação de tal idéia enfrentou inúmeros problemas, tais como as calamidades naturais e a retirada dos técnicos soviéticos devido à ruptura das relações entre os dois países, o que contribuiu para um processo de retração econômica que se instalou no país no final dos anos 50 e início dos anos 60. (NAVES, 2005 *apud* SANTANA, 2009, p. 121)

As políticas de desenvolvimento adotadas no programa do Grande Salto, no entanto, fracassaram em seu objetivo de evolução das forças produtivas do país, o que pode ser explicado por diversos fatores, porém, é essencial a compreensão de que ao adotarem como sustentáculo meros incentivos ideológicos, não foram suficientes para gerar o efeito tão esperado nas massas de sacrifício em prol do tão esperado efeito de aumento da produtividade. Além disso, as restrições às práticas mercantis aos camponeses (cujo comércio consistia em uma prática cultural milenar), mediante o sistema de coletivização de praticamente toda sua produção, não só fomentava o mercado paralelo, como também gerava contestações e boicotes da própria população ao recusarem-se a obedecer às novas regras impostas (JABBOUR, 2020, p. 88).

Simultaneamente a esses eventos e bastante influenciada por um panorama social que se deteriorava, com a fome voltando a ceifar muitas vidas no gigante asiático, e tornando mais evidentes as falhas no planejamento estratégico e na coordenação dessas políticas de desenvolvimento rural, uma fragmentação política aprofunda-se no PCCh, com a presença de dois grupos com visões distintas acerca de qual deveria ser o caminho percorrido pela nação e que acusavam-se mutuamente de flagelar o “real” sentido do socialismo, de um lado, à elite militante – cujas origens remetem aos “feitos heróicos” na resistência contra o Japão e ao Kuomintang – e de outro, a elite funcional (SCHILLING, 1984, p. 76).

> A “elite militante” era oriunda do período das Comunas de Shangai e Cantão, da Longa Marcha e da luta contra o Japão. Com o crescimento do Partido, esse grupo foi reduzido e ficou sem força diante dos militantes sem passado revolucionário. A “elite militante” acentuava a transformação do homem através de uma vida de sacrifícios pessoais e sem privilégios, incentivava a participação das massas nas tarefas da direção e alimentava o desejo de implantar o coletivismo no campo e na cidade, etc. Enquanto que a “elite funcional” era herdeira da burguesia e dos intelectuais compreendendo artistas, engenheiros, técnicos, médicos e professores. Ao longo dos anos, sua influência cresceu devido ao aumento da complexidade das relações entre Estado, Partido e Administração, além do avanço dos setores modernos da economia o que promoveu a ampliação dos quadros da “elite funcional” (SANTANA, 2009, p. 118).

Segundo Santana (2009), dentro do contexto de cisma soviético, Mao passa a refletir sobre a influência da burocratização dentro do Partido e os possíveis empecilhos que às exigências técnicas e as medidas administrativas cada vez mais complexas pudessem representar no diálogo do projeto político e ideológico com as massas e, consequentemente, acarretar no afastamento do socialismo para as camadas populares. Além disso, Mao temia a disseminação de alguma variante chinesa do revisionismo de Kruschev, cujas políticas de “desestalinização” e de reformas econômicas representaram uma ampla difamação de seu antecessor - fragilizando o movimento socialista na União Soviética e que levou ao seu colapso total em 1991 -, o que pode ser analisado em sua crítica ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizada em 1964:

> Durante o 22º Congresso do PCUS, o grupo revisionista de Kruschev desenvolveu seu revisionismo em um sistema completo, não apenas completando suas teorias antirrevolucionárias de “coexistência pacífica” e “transição pacifico”, mas também declarando que a ditadura do proletariado não é mais necessária na União Soviética. (...) É um programa de falso comunismo (...) O revisionismo do grupo de Kruschev (...) altera o caráter proletário do Partido Comunista Soviética por de trás da camuflagem de “um partido de todas as pessoas” e abre caminhos para a restauração do capitalismo por trás da “construção comunista em larga escala” (TSÉ TUNG, 1964, online, tradução nossa[65]).

[65] No original: “At the 22nd Congress of the CPSU, the Khrushchev revisionist clique developed its revisionism into a complete system, not only completing its anti-revolutionary theories of “peaceful coexistence” and “peaceful transition”, but also declaring that the dictatorship of the proletariat is no longer necessary in the Soviet Union (…) is a program of false communism (…) Khrushchev's revisionist clique (…) changes the proletarian character of the Communist Party of the Soviet Union behind the camouflage of the "all the people's party" and paves the way for the restoration of capitalism behind “large-scale communist construction” (TSÉ TUNG, 1964, online).

Essa preocupação de Mao era explicada pelo fato de que, segundo Souza (2018), a União Soviética exercia uma grande influência na educação da China desde a década de 1950, contando com o auxílio de muitos professores soviéticos no país e a tradução de textos russos para o mandarim para uso escolar. O resultado dessa cooperação foi o florescimento da linha kruschovista, dotada de diversos elementos revisionistas, na educação chinesa.

Buscando combater o revisionismo, Mao Tsé Tung deixa o cargo de presidente da República Popular em 1959 e quem assume é um representante da elite "funcional" Liú Shào Qí[66]. O afastamento de Mao de sua função se dava pela necessidade de distanciar-se do trabalho burocrático para trabalhar no aperfeiçoamento seu movimento ideológico de diálogo com as massas, culminando em 1962, o início de uma "campanha nacional de doutrinação político-ideológica de retificação no partido para reacender a chama do socialismo revolucionário (...), a Grande Revolução Cultural Proletária" (SCHILLING, 1984, p. 76).

> Em 1959, Mao Tsé Tung deixou o cargo de presidente da República Popular da China e passou a se dedicar ao trabalho de aperfeiçoamento dos quadros e das massas. O objetivo era politizar ao máximo as massas para evitar que os integrantes do Partido estivessem seguindo o caminho da rotina burocrática. Desse modo, em 1962 lançou-se o Movimento de Educação Socialista, que foi uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica de "retificação" do partido visando afastá-lo da influência do moderno "revisionismo kruchevista" e reavivar o socialismo no seio do Partido. Esse movimento político foi a última tentativa de "retificação" dos quadros que seguiam a "linha capitalista" antes da Revolução Cultural (SANTANA, 2009, p. 118).

Conforme Santana (2009), a Revolução Cultural Proletária pode ser compreendida como um choque entre as duas elites da alta esfera do PCCh pela divergência de ideias em relação ao caminho necessário a ser adotado pela nação. Ao longo dos anos, a influência da elite funcionalista, representante da burocracia estatal, havia crescido devido ao aumento da complexidade nas relações administrativas do Estado e do Partido, fato este que representava uma ameaça à ala opositora, uma vez que, significava a diminuição de seu

[66] Liú Shào Qí (ideograma: 刘少奇 , pinyin: Liú Shào Qí), ocupou o cargo de vice-presidente do PCCh de 1956 a 1966 e foi presidente da República Popular da China após o afastamento de Mao Tsé-Tung em 1959 até 1968.

espaço nas discussões partidárias acerca das estratégias a serem tomadas para a condução do país (SANTANA, 2009, p 118 – 119).

> Havia grandes contradições entre a linha política defendida por Mao Tsetung que advogava pela primazia da ideologia e do trabalho e a linha revisionista encabeçada por Liu Shao Chi. O sistema chinês ainda continuava controlado pelos intelectuais da burguesia, com valores baseados na filosofia liberal ocidental (SOUZA, 2018, p. 251).

A partir de 1963, inicia-se uma luta ideológica e política no Partido, sendo o posicionamento da elite “militante” favorável às ideias de Mao Tsé-Tung e divergente às posições assumidas pela maioria dos membros do PCCh. “Com o objetivo de modificar a orientação política geral do país esse grupo deu início a revolucionarização dos setores da cultura, do ensino e da propaganda” (SANTANA, 2009, p. 120).

A propaganda revolucionária inicia no país o desencadeamento de um movimento das massas que, segundo Santana (2009), objetivava a transformação ideológica e cultural da China, buscando diminuir a burocratização do partido e sua aproximação às camadas populares. No entanto, o processo escolhido para o atingimento desse propósito foi permeado de contradições. Embora representasse uma tentativa de participação das populações no processo político, através da criação da conscientização contra a burguesia e elementos capitalistas, na prática tornou-se uma grande campanha que a incentivava os cidadãos a vigiar, denunciar e perseguir intelectuais de diferentes áreas (educacional, artísticas, literária, midiática, etc.) dos quais julgassem que representavam interesses antirrevolucionários.

> As forças principais desse movimento seriam as amplas massas de trabalhadores, camponeses, soldados, intelectuais revolucionários e quadros revolucionários. A mobilização das massas foi algo apresentado (...) como essencial para o desenvolvimento da Revolução Cultural, para que estes expusessem suas opiniões e criticassem as posturas dos membros dos grupos e comitês da revolução quando necessário. (...) Visava-se acabar com o domínio da intelectualidade nos centros docentes, mas, para isso, se promoveu a crítica aos “seguidores da linha capitalista” que estivessem atuando no meio acadêmico (SANTANA, 2009, p. 123 – 124).

A Revolução Cultural também contava com a participação da Guarda Vermelha, que segundo Santana (2009), consistia em organizações militantes espalhadas pelo país, formadas por estudantes de origem operária ou

camponesa, e responsáveis pela propagação de ideias maoístas, incentivando o combate às ideias revisionistas. No exemplo abaixo, Charles Bettelheim (1979) explica como funciona a coordenação da Guarda Vermelha em uma fábrica de bonés em Pequim:

> Os Guardas vermelhos não são exatamente uma organização de massa, mas uma forma de participação individual nas atividades de gestão. Na fábrica de bonés de Pequim, esta organização teve origem no final de 1968, portanto antes dos Grupos de gestão operária. A eleição dos Guardas Vermelhos se faz individualmente, o que significa que (...) são os trabalhadores que discutem cada candidatura, levando em consideração o nível ideológico dos candidatos (...). Existe uma estreita ligação entre a atividade dos Guardas Vermelhos e a dos Grupos de gestão operária. Os Guardas vermelhos têm na verdade uma função de controle sobre esses grupos; devem recolher as impressões dos trabalhadores, suas criticas e suas opiniões sobre o funcionamento dos Grupos de gestão operária, sobre o Comitê Revolucionário e sobre o Comitê do Partido, para que esses organismos não se afastem das massas (...) Eles ajudam assim a revolucionarização ideológica da fábrica, colaboram com a direção de cada equipe na organização de grupos de estudo, e desempenham um importante papel na análise das ideias das massas e na contestação localizada das ideias revisionistas (BETTELHEIM, 1979, p. 40 – 42).

Figura 7 – Representação feminina em um comício da Guarda Vermelha

Fonte: History Extra, 2017.

Na luta contra o revisionismo, porém, excessos passaram a ser cometidos, os quais seriam posteriormente reconhecidos pelo PCCh. Conforme Santana (2009), desde o início da revolução, o Partido Comunista, objetivando o retorno do foco dos intelectuais para a situação das bases operária e camponesas, enviavam frequentemente membros partidários para o trabalho produtivo nas fábricas e campos (em busca da construção de relações mais próximas às classes populares). Esse tipo de empreendimento buscava a promoção de um alinhamento constante às ideias socialistas através da convivência dos burocratas com os trabalhadores. A autora afirma que esse tipo de "educação política" procurava induzir o indivíduo à uma construção crítica de pensamento, voltada aos valores morais da honestidade, igualitarismo e não separação do trabalho manual e intelectual. No entanto, durante a Revolução Cultural, esse processo de reeducação passou a ser utilizado em larga escala, como instrumento de correção aos grupos internos do PCCh que haviam se burocratizado (SANTANA, 2009, p. 125 – 126).

> Nesse contexto marcado por uma intensa luta política, a autocrítica e as "campanhas de reeducação" ganharam uma conotação diferente se transformando numa forma de desqualificação ou perda de prestígio do oponente. Existiam as Escolas de Quadros 07 de maio, que eram locais onde os ex-funcionários do governo, escritores, médicos, intelectuais, professores que "seguiam a via capitalista", eram enviados para se reeducarem através do trabalho produtivo e também receberem cursos de formação política (...) Os locais da reeducação se situavam no interior da China, em aldeias onde não havia água encanada, sistema de esgoto e luz elétrica, ou seja, os reeducados deveriam viver, comer e trabalhar como o povo. (SANTANA, 2019, p. 125 – 126).

Á medida que os estudantes radicalizaram as ideias maoístas, o processo de Revolução Cultural se agravou, acarretando em expurgos partidários, espancamentos, humilhações públicas e o emprego da violência e da agressão pela Guarda Vermelha. Além disso, o constante apelo para as massas presentes nas propagandas de diferentes vertentes do movimento como a ala estudantil, operária, camponesa ou pelo próprio Mao e membros da elite "militante" do Partido, somado à fragmentação interna da coesão do PCCH, resultaram na desorganização social (SANTANA, 2009, p. 22).

> Não há dúvida: o balanço disso tudo só pode ser considerado falimentar. No plano político, o processo de democratização, longe de conhecer o auspiciado desenvolvimento impetuoso, sofreu uma

> temerosa diminuição ou retrocesso. Foram canceladas as regras do jogo e as garantias democráticas no âmbito do próprio partido comunista e, ainda mais, no interior da sociedade. Piorou claramente a relação entre os han e as minorias nacionais, tratadas, no curso da "Revolução Cultural", como uma gigantesca Vendéia a ser reprimida ou catequizada por meio de uma pedagogia bastante insipiente, baseada num "iluminismo" intolerante e agressivo proveniente de Pequim e dos outros centros urbanos habitados pelos han. Eliminada a mediação do partido e do Estado, só permaneceu de pé a ligação direta entre chefe carismático e massas, mobilizadas e fanatizadas pelos meios de informação e controladas pelo exército (pronto a intervir em caso de necessidade). Foram os anos do triunfo, de fato, do bonapartismo. A falência resultou evidente também no plano econômico e não apenas em virtude das dilacerações e dos confrontos incessantes provocados pela crise de todos os princípios de legitimação que não a fidelidade ao chefe carismático. Há um aspecto talvez ainda mais importante. O "Grande salto" e a "Revolução Cultural" não levaram em conta o processo de secularização: não se pode apelar permanente e eternamente à mobilização, à abnegação, ao espírito de renúncia e de sacrifício, ao heroísmo das massas. Este apelo pode constituir a exceção, não a regra (LOSURDO, 2004 p. 63 – 64).

As contradições presentes no processo da Revolução Cultural levaram ao seu esgotamento em 1976. Segundo Pomar (2003), a sociedade chinesa estava assolada pelos problemas referentes a elevação dos preços, escassez de moradia e liberdades democráticas que não estavam mais sendo difundidas como no período anterior que compreendeu a Nova Democracia. Se fazia necessária uma transformação política, social e econômica na China, que seria protagonizada por Deng Xiaoping (1978 – 1992) que assume a liderança do país em 1978 e, promove uma série de reformas e as bases para o socialismo de mercado chinês.

5. Transformações na China pós 1978: A Coexistência do Socialismo na Ordem Internacional Capitalista

A partir das reformas de 1978, foi inaugurado na China um novo momento de transformações, das quais o presente capítulo tem por objetivo analisar os impactos desse processo na construção do socialismo no país. Um novo paradigma é posto em prática na política, uma vez que a implementação de uma nova dinâmica econômica, o “socialismo de mercado” passa a ser liderada por Deng Xiaoping, buscando atender as demandas internas de modernização mas também o fortalecimento da autonomia nacional diante de um cenário internacional incerto e até hostil. Assim, o capítulo busca auxiliar na compreensão da resposta estratégica chinesa para o desafio da instalação do socialismo em um mundo predominante capitalista.

5.1 Por Uma Visão Não Ocidental: Socialismo de Mercado ou Capitalismo?

Se a Revolução de 1949 buscou a unificação dos povos da China sob o novo regime, a eleição de Deng Xiaoping para a presidência em 1978 buscava uma reunificação política das classes sociais participantes do pacto de poder entre o governo popular e as suas bases de legitimação. As reformas iniciadas no mesmo ano de sua posse eram, portanto, chave para a renovação desse mesmo pacto político com os camponeses realizado em 1949 que levou o partido comunista à liderança do país, sobretudo após o traumático processo de Revolução Cultural.

A partir disso, lançadas as bases revolucionárias durante o governo de Mao Tsé-Tung, iniciava-se com Deng Xiaoping um processo de revisão do tipo específico de socialismo (de modelo soviético) que havia sido implementado na China, objetivando a escolha de uma nova dinâmica econômica que respondesse às necessidades próprias de seu panorama nacional, ou seja, a criação de um socialismo de características chinesas. O desafio para o cumprimento desse propósito - não somente para a China, mas para qualquer Estado disposto a seguir o caminho socialista - reside, principalmente, no fato de que as experiências de um novo tipo de sociedade não capitalista, são fenômenos completamente novos na história e que, por conta disso, como explica a própria dialética hegeliana, estão sujeitas à muitas contradições, uma

vez que pertencem à um processo histórico (que diferente das teorias, não são perfeitos e nem acabados). Consoante ao exposto, Jabbour e Gabriele (2021) explicam inclusive que, a não simultaneidade dos processos históricos acarreta na coexistência de vários modos de produção em uma mesma formação econômica social.

Se levarmos esse mesmo raciocínio dos autores ao plano externo, isso também quer dizer não só podem, como há vários Estados com diferentes modos de produção coexistindo no mesmo Sistema Internacional, o que resulta na necessidade de adaptação dos países aos elementos predominantes da ordem internacional (liberal) nas relações internacionais para evitar o completo isolamento. Assim, um desafio é imposto à China: como construir o socialismo em um mundo que é, majoritariamente, capitalista?

A resposta chinesa para essa questão é o socialismo de mercado. Em um primeiro momento, pode parecer contraditório (e também divide opiniões entre os estudiosos), posto que as definições de socialismo preveem à racionalização da produção e a superação do capitalismo, sistema econômico cujo mercado é um elemento central.

> Socialismo é o modo produção onde os meios de produção são socializados, onde o bem-estar geral da sociedade é demandada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Simplificando a conversa, a capacidade de a sociedade consumir o que necessita, ter acesso ao máximo de lazer e cultura, tempo para estar com a família, ir pescar, passar o dia lendo ou brincando com os animais de estimação depende do nível de socialização da produção, da capacidade de as máquinas por si só tocarem adiante o processo produtivo enquanto os homens cuidam de si só (JABBOUR, 2020, p. 140).

Porém, conforme Jabbour (2020), a superação do mercado é um processo, dentre o qual existem duas variáveis para que possa ser concretizada: 1) no campo político, é necessária a existência de um poder popular; 2) o mercado é um fruto histórico de mais de 4.000 anos de existência, não particular ao capitalismo, mas que também existiu no feudalismo e no modo de produção asiático, construído como meio de regulamentação econômica e de alocação de recursos em sociedades que não produzem tudo para todo mundo. Se para Marx, o socialismo significa o caminho para a superação do mercado, é porque essa formação econômica vem a substituir um sistema que produz muito (até excessivamente), porém que não distribui

para todos, isso implica que o socialismo necessita, obrigatoriamente, de tecnologias para a construção de uma ampla base material suficiente para o sustento de toda a sociedade, sem distribuir a miséria, mas sim a riqueza. No entanto, diferente do que esperavam Marx e Engels, a revolução não aconteceu nos países desenvolvidos, mas na periferia do capitalismo. Como então, seria possível conceber o socialismo em sociedades que sequer tinham alcançado os níveis pré industriais? (JABBOUR, 2020, p. 141 – 142).

Em primeiro lugar, níveis produtivos que permitam a formação de uma grande base material requerem uma industrialização que conte com um alto nível tecnológico e o mercado é uma estrutura que possui uma capacidade muito eficiente de cooptar e alocar esses recursos. Em segundo lugar, o Estado e o mercado são, de acordo com Bresser-Pereira (2009), complementares, não existindo uma real separação entre os dois: o primeiro citado é a instituição principal de coordenação das sociedades modernas, enquanto o segundo é o âmbito onde ocorre a movimentação de recursos econômicos. Sendo assim, noções que remetem à separação entre Estado e mercado (normalmente uma divisão associada à ideia de que cabe ao Estado o papel privilegiado da corrupção e ao mercado, do protagonismo da eficiência), trata-se na verdade de uma falácia neoliberal.

> O neoliberalismo foi a ideologia hegemônica desde o início dos anos 1980 até o começo dos anos 2000. Foi a ideologia adotada e promovida pelos governos americanos a partir de Ronald Reagan. Desde o início desta década, porém, sua intrínseca irracionalidade, seu fracasso em promover o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, sua efetividade em promover a concentração de renda nos 2% mais ricos de todas as sociedades ricas ou em desenvolvimento em que suas ideias eram adotadas, e o aumento da instabilidade macroeconômica demonstrada pelas seguidas crises financeiras nos anos 1990, todos esses fatos eram indicações de seu esgotamento. Seria, entretanto, o crash de outubro de 2008 e a grande crise econômica e financeira do presente, ao obrigarem o Estado a intervir fortemente para socorrer bancos, empresas e famílias endividados, que representaria o colapso dessa ideologia e o fim de sua hegemonia. Afinal, o tão vilipendiado Estado era chamado para salvar o mercado. O neoliberalismo hoje é uma ideologia morta, é uma lembrança constrangedora, que só existe pelas suas consequências danosas sobre as sociedades que dele foram vítimas (BRESSER-PEREIRA, 2009, online).

Sendo assim, se no socialismo ainda existe o Estado, isso quer dizer que, mesmo em uma sociedade socialista, pode existir o mercado (este,

porém, sujeito à predominação do setor não capitalista). Ao adicionarmos as variáveis que permeiam a realidade das relações sociais às teorias marxistas, uma análise que não considera o atraso da periferia no sistema econômico mundial e sua consequente necessidade de desenvolvimento, é muito pobre. Se é necessária a expansão das bases materiais para o desenvolvimento do socialismo pleno, que só pode ser alcançada através de avanços tecnológicos na produtividade, diante de um mundo globalizado e de maioria capitalista, caso esses países abolissem o mercado, como poderiam “surgir trocas econômicas entre campo e cidade e entre nações para acelerar a industrialização?” (JABBOUR, 2020, p. 144).

> Todas estas perguntas assaltaram Lênin após tomar o poder num país destruído economicamente, em ruínas, daí vem ideias de trocas mercantis, concessões a empresas estrangeiras para obtenção de tecnologia (sem tecnologia avançada não existe socialismo), monopólio do comércio exterior para se controlar entradas e saídas de produtos, relações comerciais intensivas com os países capitalistas com a intenção (além de tecnologia) de gerir divisas fortes para a economia, etc. (JABBOUR, 2020, p. 144).

Portanto, a partir do momento de que a abolição do mercado é um processo, existem estágios para sua conclusão. Nesse sentido, o colapso do “modelo soviético” na China representou um momento muito delicado para o país, que ainda era extremamente pobre e seu aparelho estatal socialista não era coerente à sua ínfima base econômica. Daí surge o importante papel de Deng Xiaoping nos rumos da revolução chinesa, ao questionar preconceitos acerca da ideia de mercado e capitalismo como sinônimos, e também noções de que o socialismo e a pobreza são concomitantes, promovendo a hipótese de que, assim como o comunismo é precedido pela etapa socialista, a China estaria ainda na fase primária do socialismo - e devido, principalmente, às graves consequências ocasionadas pela tentativa de aceleração do processo na campanha do Grande Salto Adiante, é um consenso na gestão do PCCh de que esse estágio perdurará por bastante tempo. (JABBOUR, 2020, p. 144).

> Marx colocou o socialismo como a etapa primária do comunismo, sendo que tal transição deveria ser concomitante com o desaparecimento das diferenças entre campo e cidade, trabalho manual e intelectual e entre trabalhador industrial e o camponês. Os chineses partindo de uma realidade 145 onde mais de 400 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com 80% de sua

> população ainda na zona rural, país sem autonomia tecnológica e com canais internos de investimento (extração do excedente camponês) estrangulados, se apropriaram da ideia de que a transição capitalismo e socialismo ser excessivamente longa, e que dada as condições concretas do país, o mesmo se encontrava e se encontrará durante um longo período de tempo na etapa primária do socialismo (JABBOUR, 2020, p. 144 – 145).

Assim, segundo Jabbour (2020), esse tipo de socialismo em fase inicial do caso chinês é denominado de “socialismo de mercado”, e é traduzido pela dinâmica econômica desenvolvida no país, durante sua caminhada, a lentos passos, para uma transição socialista completa. Nessa estrutura, o Estado, representado por um poder popular, é o principal gestor da economia, uma vez que os setores estratégicos são administrados pelo poder público ou possuindo uma configuração não capitalista, mas subordinada aos interesses coletivos e ao projeto nacional, convivendo com a iniciativa privada à medida que é útil para a obtenção de capital, tecnologia e alocação de recursos, de modo que, a predominância estatal se dá de forma qualitativa, mas não quantitativa (daí que análises restritas aos dados estáticos, sem levar em conta o processo, podem levar a enganos, posto que o setor privado têm maior relevância em números). Essa ideia de socialismo é consoante a afirmação de Engels de que “a revolução proletária transformará gradualmente a sociedade existente e será capaz de abolir a propriedade privada apenas quando os meios de produção estiverem disponíveis em quantidades suficientes” (ENGELS, 1969, online, tradução nossa[67]).

> Socialismo de mercado neste caso é a formatação econômica de uma economia socialista em etapa inicial. Esta formatação econômica é caracterizada pela predominância do capital estatal ou coletivo nas áreas estratégicas do país, convivendo com iniciativa privadas e individuais, concedendo acordos com o capital estrangeiro para obtenção de capital e tecnologia, jogando todo o peso do mercado na alocação de recursos e melhorias múltiplas na produtividade do trabalho e na competitividade das empresas estatais. O Estado é o grande gerenciador desta economia, formando conglomerados estatais prontos para vencer a guerra comercial com o ocidente, planificando o curto, médio e longo prazos (JABBOUR, 2020, 145).

[67] No original: “the proletarian revolution will transform existing society gradually and will be able to abolish private property only when the means of production are available in sufficient quantity” (ENGELS, 1969, online).

É importante ressaltar que, apesar da própria República Popular da China definir-se como socialista, há um grande debate no ocidente que gira em torno do questionamento sobre a China ser ou não capitalista. O presente trabalho procura abordar essa questão de forma crítica, afinal, quais seriam os motivos para a deslegitimação da definição do regime político e econômico dada pelo próprio PCCh, reduzindo-o à uma experiência capitalista?

Em primeiro lugar, a ideia de que o socialismo só pode existir na dinâmica conhecida como “modelo soviético” é extremamente disseminada no ocidente, pelo fato de que a URSS foi a primeira grande experiência revolucionária a nível de Estado que foi capaz de gerar uma grande influência na política mundial e no desencadeamento de outros processos revolucionários pelo globo, no entanto, como já mencionado anteriormente, tratou-se de uma estrutura econômica de um estado de exceção, extremamente condicionada ao contexto e pressões históricas e, não deve ser utilizada como via de regra para todas as experiências socialistas.

> Virou senso comum creditar ao modelo soviético a única forma de se desenvolver as forças produtivas no socialismo e que, portanto, socialismo que foge ao modelo soviético não é socialismo, é capitalismo, ou no caso chinês, "retorno ao capitalismo". Isso não é verdade. O modelo implantado pela URSS, seguido pela China e o Leste Europeu foi a única resposta encontrada pelos planejadores soviéticos ante um determinado momento histórico de guerra imposto ao socialismo pelo capitalismo hostil (JABBOUR, 2020, p. 86 – 87).

Quando o debate não é guiado por essa concepção, há também outra percepção problemática que muitas vezes se apresenta no âmbito de discussão intelectual e política, dada pela substituição da dialética das relações sociais “historicamente construídas” pela utopia do “dever ser”, esquecendo-se até mesmo que, apesar de ser possível utilizar as teorias dos pensadores clássicos, como Marx e Engels, para a análise da atualidade, como qualquer trabalho científico, existem perspectivas que devem ser aprimoradas às novas contradições que surgem com o passar do tempo, acompanhando a evolução da própria história humana. Nesse sentido, a rigidez conceitual exacerbada, ao ser utilizada como métrica analítica, pode prejudicar a percepção de realidade à medida que não incluí novos fenômenos (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 120).

Em segundo lugar, segundo Gabriele e Jabbour (2021), taxar a China com o capitalista significa desassociar o poder político da base material, ignorando todo o aparato político de regulamentação econômica não capitalista. É bem verdade que o país se utiliza de alguns mecanismos capitalistas que contribuam para o processo desenvolvimento de suas forças produtivas, no entanto, uma vez que não existam capitalistas ou uma burguesia no poder, nem instituições liberais e o setor privado não é a força qualitativa predominante da economia, é impossível sustentar a tese de que a China é capitalista.

Além disso, os autores defendem que argumentos baseados na concepção leninista de que a China seria um “capitalismo de Estado” também perdem à força uma vez que trata-se de um pleonasmo, posto que o capitalismo funciona à base do Estado, que não só foi responsável por gerar as condições de acumulação para esse modo de produção (como por exemplo, as políticas de cercamento na Inglaterra, como medidas públicas), como também é o criador das instituições de mercado e da moeda (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 120 – 121).

> Na verdade, o próprio conceito de capitalismo de Estado é vago, e seu sentido se esvai na medida em não somente o capitalismo, mas também as instituições de mercado e a moeda são criações estatais. Logo, o conceito em si se reduz em uma falácia (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 121).

Considerando o exposto, faz-se necessária uma maior criticidade somada à uma análise mais profunda do processo e das condições históricas para uma compreensão mais próxima à realidade da China, inclusive abstendo-se de uma visão ocidentalizada, que contém, em certa medida, uma desconfiança até mesmo sobre a natureza do regime chinês, desconsiderando não somente a capacidade do PCCh de se rotular como uma força política que busca promover o desenvolvimento do socialismo no país, como também os próprios elementos não capitalistas que envolvem a formação social econômica chinesa, a qual, segundo Gabriele e Jabbour (2021), é de um novo tipo, sem precedentes na história, que têm criado novos marcos institucionais na sua dinâmica própria de “socialismo de mercado” e na qual a burguesia não detém poder sobre os rumos políticos e econômicos do país, o que pode ser

observado pela superação da especulação financeira e da incerteza keynesiana diante da capacidade de planificação do Estado, que têm elevado o domínio do homem sobre os recursos naturais.

5.2 “Voo do Dragão”: Modernização e a Grande Estratégia Internacional Chinesa

O primeiro passo para a reorganização da sociedade nacional e sua modernização residia na restituição da coesão política dentro do PCCh, que foi promovida por Deng Xiaoping através de seu trabalho em definir quais seriam as diretrizes do partido a partir do fim do processo de Revolução Cultural Proletária – que já via seu esgotamento em 1976 - e de sua eleição em 1978, as quais ficaram conhecidas como “quatro princípios cardeais”, e traduziam-se em: “persistir no caminho socialista, fortalecer o regime democrático popular e a direção do Partido Comunista e a adoção do marxismo e do pensamento Mao Zedong como guias teórico” (POMAR, 2023, online).

Segundo Pomar (2023), também se fazia necessária a avaliação das falhas que levaram aos graves desvios à institucionalidade da democracia popular e ao fomento dos problemas internos de ordem social, além da situação do país no cenário econômico mundial, que, apesar dos avanços, ainda permanecia como uma das nações mais pobres do mundo. Para responder essas questões, Deng Xiaoping propõe a política das “Quatro Modernizações”, que seriam desenvolvidas na indústria, agricultura, defesa nacional, ciência e tecnologia. Apesar de seu programa de reformas representar um passo para trás em relação à Revolução de 1949, ao incorporar uma combinação do socialismo com alguns elementos do capitalismo (objetivando alavancar o desenvolvimento das forças produtivas, mas sem se tornar uma economia capitalista), essas transformações mostraram-se fundamentais para possibilitar um grande avanço socialista na economia e política da China atual. Vale ressaltar com isso, à capacidade técnica dos dirigentes chineses para a elaboração de estratégias e de planificação à longuíssimo prazo.

> A experiência também mostrara aos comunistas que manter o rumo socialista e enfrentar problemas como o da corrupção não seria possível se o regime democrático popular e a liderança do PC fossem

> enfraquecidos. Toda vez que isso acontecera, como na Revolução Cultural, a China correra o perigo de perder-se (...) Teriam que mudar a errônea falta de respeito aos intelectuais, sem o que não seria possível desenvolver a ciência e a tecnologia, nem dar à educação, como chave da modernização, a atenção necessária. Teriam, ainda, que mudar o sistema de liderança, acabando com a concentração de poderes e distinguindo entre as responsabilidades do partido e do governo, para evitar que o primeiro substituísse o segundo, o que exigia o fim da vitaliciedade em postos de direção e a melhoria da seleção e rodízio de dirigentes. E, mais do que tudo, teriam que levar os membros e dirigentes do PC a se considerarem iguais a quaisquer outros cidadãos, fazendo que a democracia e a legalidade socialistas fossem institucionalmente inseparáveis (POMAR, 2023, online).

Em relação às transformações ocorridas na agricultura, previstas pelas Quatro Modernizações, vale ressaltar o contexto histórico que influenciou sua adoção. A percepção do atraso chinês em contraste com o crescimento dos Estados desenvolvimentistas de tipo asiático, – nome atribuído às estratégias de desenvolvimento empreendidas inicialmente no Japão, mas que se espalharam para a Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong –, além da derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã em 1975 que acarretou na diminuição de sua influência política e econômica entre o bloco dos países não alinhados e a consequente ocupação desse espaço pelo Japão (rival histórico chinês) e Alemanha, foram fatores fundamentais. Assim, as mudanças no campo objetivavam duas respostas: 1) a diminuição da pressão sobre os camponeses chineses, inerente ao desenvolvimento do modelo soviético anterior na agricultura do país e a flexibilização da comercialização de seus excedentes; 2) a instauração de um sistema de abastecimento nacional que fosse capaz de reverter a lógica de troca desigual entre campo e cidade, através da descoletivização das comunas rurais - mas sem ceder aos clássicos processos de privatização -, deslocando o núcleo de organização para às unidades familiares, dada a tendência à superpopulação agrária em países de proporções continentais como a China (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 155 – 156).

> O núcleo da organização empresarial passou da comuna rural para a unidade familiar a partir de experimentos iniciados ainda na década de 1970 na província de Anhui: ali se permitiu a criação de um mercado local de excedentes agrícolas, o que gerou um aumento significativo na produtividade do trabalho agrícola. É importante notar que, em 1978, cerca de 80% da população chinesa vivia em áreas rurais. O experimento inicial na província de Anhui espalhou-se pelo país com a implantação de contratos de responsabilidade entre as

> famílias camponesas e o Estado. Por esses contratos, as famílias entregavam cotas de produção ao Estado e podiam comercializar o excedente (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 156)

Até 1978, de acordo com Pomar (2003), existiam apenas dois tipos de propriedade na China: a estatal e a coletiva, de forma que, a transferência de gestão às unidades familiares camponesas das terras nacionais públicas, regulamentada pelos compromissos dos contratos de responsabilidade com as cooperativas, permitiu o desenvolvimento de outro tipo de organização social: a privada, porém, "mesmo a estrutura capitalista, não pública, da economia chinesa tem laços de dependência com a grande estrutura estatal existente, em particular, o sistema financeiro" (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 154). Com isso, separava-se a gestão da propriedade – a última citada continuava sendo estatal -, permitindo a autonomia dos trabalhadores rurais em seu usufruto e gerenciamento (POMAR, 2003, online).

> Podemos afirmar, antes de mais nada, que nos anos pré-reformas prevaleceu um grande compromisso com o igualitarismo típico do camponês asiático e o princípio socialista de distribuição em concordância com o trabalho em nível local. Esse compromisso se manifestou em uma estrutura de "planificação central", cujo braço produtivo eram as grandes empresas públicas e coletivas, e estendia-se à quase totalidade da economia. Após esse período, essa estrutura foi substituída por outra, marcada por diferentes formas de propriedade pública e privada: a forma pública é dominante e tem a capacidade cada vez maior de intervenção sobre a realidade (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 154).

Além disso, as reformas no setor industrial também seriam influenciadas pelo contexto internacional já mencionado. Gabriele e Jabbour (2021) explicam que, as mudanças nessa área envolviam a utilização de mecanismos de controle Estatal na economia semelhantes às típicas dinâmicas de Estado desenvolvimentista do tipo asiático, como o crescimento acelerado através de altas taxas de investimento, refletidas nas exportações à medida que permitem um aumento de valor agregado aos bens nacionais pelo evolução de sua complexidade produtiva, intervenção estatal na taxa de câmbios e juros, formação de grandes reservas cambiais (acumulação de moeda estrangeira) e controle nos fluxos externos de capital. É nesse sentido que os autores estabelecem que a dinâmica inaugurada pela China é uma nova variação socialista do Estado desenvolvimentista do tipo asiático e afirmam que "no processo histórico, as reformas econômicas chinesas sintetizam uma fusão

entre o Estado Revolucionário, fundando em 1949, e o Estado de caráter desenvolvimentista" (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 146).

Sendo assim, o desenvolvimento dessas dinâmicas só seria possível com a utilização do mercado como uma ferramenta da planificação econômica (bem diferente dos ideais neoliberais). Segundo Pomar (2003), anteriormente à 1980, os militantes do partido consideravam o mercado incompatível com uma economia socialista, no entanto, o debate estimulado por Deng Xiaoping que propunha uma quebra de preconceito em relação à essa instituição histórica, anterior ao capitalismo, levou a alteração da estratégia chinesa: o mercado, nessa etapa inicial do socialismo, não precisava ser visto como um inimigo, mas como um elemento que pode ser controlado à partir da racionalização das relações sociais, econômicas e políticas que o envolvem, como demonstrada na superioridade da planificação em detrimento de ideias sobre a minimização do papel estatal na economia, que inclusive desconsideram o fato de que o próprio Estado foi o grande agente que gerou condições para a acumulação de capital e consolidou o capitalismo como modo de produção, à medida que, assim como afirmado nas releituras de Lenin (2017) sobre o pensamento de Marx, o Estado é a criação de uma ordem que legaliza à submissão. Nesse sentido, o socialismo de mercado utiliza das "regras do jogo" do mercado de forma consciente, domesticando-o e tirando proveito dessa relação.

> O mercado voltou a ser a base para o cálculo econômico e o principal regulador dos preços e das demandas produtivas. Mas o Estado, pelo planejamento macro, retificava os desvios do mercado e agia no sentido de orientá-lo de acordo com as estratégias da construção econômica e das reformas. Desse modo, tanto há cooperação do planejamento com o mercado quanto tensão e conflito entre ambos. (...) O governo, por sua vez, mantém estoques estratégicos e estoques reguladores, assim como sistemas de acompanhamento de ofertas e preços, de modo a evitar migrações erráticas de capitais para uns produtos em detrimento de outros. (...) Ou seja, procurando conhecer os movimentos do próprio mercado, o planejamento macro orienta-o para aproveitar suas potencialidades e evitar seus defeitos e seus males (POMAR, 2003, online).

O impacto da adição da nova variável ao funcionamento da economia chinesa não significou uma alteração na natureza das empresas estatais, que continuaram propriedade de toda a sociedade e administrada pelo Estado, porém, com exceções, perderam seu caráter monopolista e foi encerrada a necessidade de responder aos planos obrigatórios, recebendo autonomia para

uma atuação no mercado. Além disso, seu gerenciamento passou a ser mediado pelos contratos de responsabilidade entre os empregados e o governo (POMAR, 2003, online).

> A legislação econômica chinesa separou propriedade e gestão. Uma estatal, dependendo de sua importância estratégica, pode ter uma gestão eleita pelos empregados e funcionários, uma gestão escolhida por acordo entre os empregados e o governo, ou uma gestão profissional contratada fora dos quadros dos empregados e do governo. As empresas coletivas, cerca de 45% das empresas chinesas, são propriedade de seus empregados e funcionários e escolhem seus diretores, gerentes e técnicos, seja em seus próprios quadros, seja fora deles. Como qualquer cooperativa, elas respondem por seus lucros e perdas, atuando livremente no mercado (POMAR, 2003, online).

Esse processo permitiu a criação de inúmeras formas de propriedade na China, sejam estatais, não capitalistas, privadas, mistas, coletivas, entre outras. É importante destacar que, apesar do crescimento do setor privado no país, “a cada ciclo de inovações institucionais, houve um aumento qualitativo do papel do Estado, acompanhando a elevação quantitativa do mercado/setor privado” (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 147), de forma que, o socialismo configure-se no modo de produção predominante na economia chinesa.

No entanto, as políticas de Deng Xiaoping também não são isentas de contradições. Conforme Pomar (2003), a cada ano o país precisava criar entre 12-14 milhões de novas vagas de emprego direcionada aos jovens, o que poderia tornar o processo de modernização uma questão muito problemática caso o desemprego fosse generalizado e o Estado não tivesse recursos suficientes para assegurar a qualidade de vida dos desempregados. A adoção de um rígido controle de nacionalidade foi uma das respostas dadas pelo governo à essa questão (além de estabelecer como sessenta anos a idade limite para aposentadoria e a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, o que não representam retrocessos). Outro efeito causado por essa questão é a existência na China de diversos setores econômicos utilizando tecnologias bastante atrasadas, coexistindo com outras áreas que detém um alto nível tecnológico, que foi causado devido aos riscos que uma transformação muito grande em ramos industriais e agrícolas de baixa tecnologia podiam trazer à estabilidade do país, dada a tendência da

diminuição do trabalho diante da evolução das técnicas produtivas. (POMAR, 2003, online).

> Para assimilar e adaptar as altas e novas tecnologias, a China possui programas com fundos especiais para estimular suas pesquisas e seu desenvolvimento. A condição principal, embora não a única, para a aceitação de investimentos estrangeiros na China é o aporte de novas e/ou altas tecnologias. E em todo o país estão sendo construídas zonas econômicas de desenvolvimento tecnológico, de modo a facilitar a interação entre as diversas empresas que trabalham com tecnologias avançadas, e delas com as universidades e centros de pesquisas. Milhares de estudantes são envia dos ao exterior, todo ano, para estudar e trabalhar por algum tempo em empresas avançadas, de modo que façam aportes científicos e tecnológicos ao país no seu retorno (POMAR, 2003, online).

Outra profunda transformação realizada por Deng Xiaoping na estratégia nacional foi a intensificação do processo de abertura chinesa para o mundo, que apesar de ter sido iniciada no começo da década de 1970, foi a partir de 1979 que a China executou políticas fundamentais que objetivavam a recepção de investimentos externos e novas tecnologias, sobretudo pela criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), áreas destinadas exclusivamente ao desenvolvimento das atividades industriais, através do fornecimento de vantagens para a atração de investimentos estrangeiros (POMAR, 2003, online).

Em um primeiro momento, essa proposta política recebeu uma enxurrada de críticas, cujo argumento era de que o país havia cedido às pressões imperialistas para a abertura de seus portos. No entanto, com o tempo, conforme explica Pomar (2003), essas constatações demonstraram-se distantes da realidade, uma vez que, a abertura externa não se deu de maneira liberalizante e nem indiscriminada. Durante um período, os investimentos estrangeiros na ZEE tinham como condicional a associação a alguma empresa nacional, além da introdução novas tecnologias para a modernização da indústria chinesa. Paralelamente a esse processo, várias medidas eram utilizadas para o crescimento das empresas nacionais, preparando-as para concorrência externa. De acordo com o autor, entre 1980 e 2000, quando é promovida uma abertura gradual da China aos produtos externos, as empresas nacionais maturadas já conquistavam os mercados que compõe o comércio global.

O autor também destaca que desde 1980 a China tem se engajado para aprovar diversas leis econômicas que acompanhassem o movimento de abertura, evidenciando mais uma vez como esse processo é bastante regulamentado e planificado pelo Estado, não tratando-se de uma abertura econômica nos moldes puramente ideológicos liberais que tanto assolam à América Latina, muito refém da hegemonia estadunidense. Vale ressaltar que a estratégia chinesa de desenvolvimento foi o completo oposto das definições liberalizantes do Consenso de Washington, o que explica seu crescimento econômico acompanhado da construção de uma maior autonomia para a tomada de decisões políticas no âmbito interno e externo.

> Ao entrar no século XXI, a China possuía uma legislação que dava segurança e estímulo às atividades econômicas, com canais abertos para o fluxo interno e externo de capitais, para a compra e venda de mercadorias, para a contratação e demissão de trabalhadores, para financiamento de créditos bancários, para arrendamento de equipamentos e/ou empresas e para a participação em licitações públicas. Em certo sentido, a regulação macroeconômica permitiu uma ampla desregulamentação microeconômica. A China introduziu nessa legislação válvulas de segurança que lhe permitem coibir abusos. Por exemplo, os lucros das empresas estrangeiras podem ser repatriados e não há lei alguma regulando tal ato. No entanto, as exigências sobre os dados contábeis, sobre o cálculo dos lucros e sobre os percentuais que devem ser reinvestidos e exportados estão claramente definidos em contrato. Portanto, fraudes nesse terreno podem ser duramente punidos pela legislação geral. O mesmo ocorre em relação às demissões de trabalhadores, aos cuidados ambientais e a outros pontos da atividade empresarial. Desse modo, regulação macro e micro e desregulação micro se combinam para criar um ambiente econômico favorável (POMAR, 2003, online).

Considerando o exposto, é possível depreender que os formuladores da política externa da China promovem uma estratégia internacional para a geração de uma ampla base material necessária para o desenvolvimento do socialismo e até de sua emancipação em relação às forças hegemônicas presentes no Sistema Internacional e que, desde sua abertura econômica, busca a transferência de tecnologias dos países desenvolvidos para suas indústrias e capacidades nacionais, principalmente através da regulamentação para a o estabelecimento de empresas estrangeiras no país - que são atraídas seja pelos incentivos nas ZEE, ou até pelo inteligente proveito da China das vantagens que um território de proporções continentais pode proporcionar em matéria de recursos. A absorção dessas técnicas, antes restritas aos países

ricos (que só o são devido às relações de exploração e dominação de outros povos), permitiu que o gigante asiático passasse a produzir sua própria tecnologia, atingindo a fronteira do conhecimento, fato este percebido pelos Estados Unidos tarde demais, que realizou mudanças em sua política externa em relação à China, a partir da promoção de boicotes contra a expansão chinesa, como por exemplo, os bloqueios econômicos inseridos na lista criada por Trump e ampliada por Biden, que estabelece a proibição de comercialização das empresas estadunidenses 59 corporações chinesas (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 236 – 237).

> A China é parte desse esforço internacional para alcançar a fronteira da tecnologia. E a nova economia do projetamento tem essa distinção, pois sua existência é condicionada pela absorção e produção da técnica mais avançada existente no mundo. O empenho chinês nessa corrida – que já se transformou em uma guerra comercial e tecnológica com um fim imprevisível – nasceu na primeira década do século XXI em virtude da exaustão do crescimento baseado em tecnologia importada e do consequente declínio da complementariedade tecnológica com os Estados Unidos e o Japão (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 237).

Figura 8 – Imagem de Deng Xiaoping com o slogan: “o percurso primordial do Partido é não se abalar por cem anos” (tradução própria)

Fonte: Folha de São Paulo, 2019.

A partir disso, Gabriele e Jabbour (2021) argumentam que a China inaugura uma nova economia do projetamento[68], ou seja, uma dinâmica econômica planificada baseada na racionalização das estratégias e grandes projetos nacionais. Dessa forma, o avanço das técnicas de produção permitidos por esse processo, fomenta a longa transição da economia para formas superiores, ainda que compatíveis com o mercado, mas não reféns dos elementos capitalistas presentes nessa instituição, como a especulação, ou às constantes variações de oferta e demanda.

Sendo assim, o aprofundamento da complexidade de sua planificação e coordenação econômica, aumenta as possibilidades de ação do governo popular diante dos desafios impostos pelas crises cíclicas mundiais inerentes ao capitalismo e, diante de uma ordem mundial liberal, à China passa a representar um ponto contra hegemônico, demonstrando que as relações internacionais não são imutáveis, e que o capitalismo, a ordem internacional liberal e a hegemonia dos Estados Unidos, não precisam ser, necessariamente, perpétuos.

[68] De acordo com os autores: “o projetamento pode ser visto de várias formas. A primeira é o processo histórico no qual o ato de projetar grandes investimentos passou a ser central em economias e socialistas. Nessas sociedades, o economista e o engenheiro de projetos são figuras fundamentais na cadeia de intervenção do Estado na economia” (GABRIELE e JABBOUR, 2021, p. 240).

6. Considerações Finais

Logo no início da Revolução de 1949, que alçou a construção de um socialismo com características próprias ao nível de projeto nacional no país, a China já encontrava diante de si um enorme desafio: a necessidade de criação de uma ampla base material capaz de sustentar a nova organização econômica adotada, em um território politicamente fragmentado, que ainda não havia superado as relações feudais e coloniais em sua totalidade, nem detinha uma industrialização relevante. Além disso, os dirigentes do governo Mao ainda precisavam encontrar estratégias para lidar com as ameaças externas, à medida que os Estados Unidos não só apoiavam militar e financeiramente o Kuomintang de Chiang Kai Shek, como também injetavam grandes fluxos de capitais para o desenvolvimento e industrialização da Coreia do Sul, Japão e Taiwan, como vitrines na Ásia para o capitalismo, objetivando combater à influência revolucionária.

Mesmo com tantas dificuldades, os índices de extrema pobreza e de escassez de alimentos praticamente desapareceram do panorama doméstico logo nos primeiros anos que se seguiram após a Revolução. No entanto, as restritas fontes de financiamento do projeto nacional desenvolvimentista (principalmente devido aos boicotes externos do bloco capitalista, em um contexto de Guerra Fria) levaram à adoção de um modelo de trocas desiguais entre o meio rural e urbano, sobrecarregando os camponeses que eram responsáveis pelo abastecimento da indústria e das cidades (POMAR, 2003, online).

Com o fim da cooperação sino-soviética e da diminuição das já restritas possibilidades de financiamento, a dinâmica econômica adotada passa a entrar em colapso, impondo aos dirigentes chineses uma necessidade de revisão da estratégia para o desenvolvimento nacional. Nesse cenário, segundo Jabbour (2020), Mao dá a largada para a promoção das políticas do “Grande Salto Adiante”, que objetivavam sanar a problemática das trocas desiguais entre campo e cidade através da transferência de unidades industriais ao interior do país e da alteração do foco das prioridades econômicas do PCCh para a agricultura.

No entanto, devido á uma série de motivos já expostos durante o desenvolvimento da pesquisa, as políticas de desenvolvimento adotadas no programa do Grande Salto fracassaram em seu objetivo de evolução das forças produtivas do país, fato que, somado às restrições mercantis à cultura milenar de comercialização do excedente da colheita pelos camponeses, passou a fomentar movimentos de contestação pelo país (JABBOUR, 2020, p. 88).

A crise interna também permitiu que crescessem grupos reacionários na China, relacionados a setores das antigas elites nacionais que tinham perdido parte de seus privilégios, e fortemente influenciados pela herança deixada pela cooperação anterior com à União Soviética na educação, cujo método pedagógico de maior disseminação, conforme Souza (2013) carregava fortes elementos revisionistas e convergentes ao projeto de “desestalinização” de Kruschev”. De acordo com Schilling (1984), esses eventos levaram à uma reação de Mao Tsé-Tung, que ao identificar a propagação de ideias antirrevolucionárias, afasta-se da presidência do país para dedicar-se em uma campanha de reeducação política que objetivava “reascender a chama revolucionária no Partido”, culminando no início de uma “Revolução Cultural e Proletária” na China.

No entanto, essa campanha permitiu a radicalização das massas e o afloramento de um complexo processo de disputas políticas dentro do PCCh e na própria sociedade, como pode ser evidenciado pela criação da Guarda Vermelha, que tratava-se de diversas organizações militantes espalhadas pelo país e representadas em sua maioria por estudantes, com a missão era o incentivo do combate às revisionistas, mas que, em alguns casos, suas ações caminhavam cada vez mais em direção ao extremismo, tornando-se violentas. (SANTANA, 2009, p. 22). Além disso, é importante ressaltar que, conforme Pomar (2003), apesar do foco das políticas de reeducação estar voltado aos movimentos antirrevolucionários ligados às elites e ao imperialismo estrangeiro, com o aumento de proporções da Revolução Cultural, foram prejudicados intelectuais que eram meramente críticos e não conspiracionistas.

Segundo Jabbour (2021), as contradições que cresciam cada vez mais no cenário interno da China levaram à necessidade de uma profunda alteração na estratégia política para a recuperação da normalidade política e das bases de

apoio que sustentaram a Revolução de 1949. Com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping à presidência do país em 1978, cabe à nova liderança a execução de reformas no sentido da modernização do país e da restauração do pacto político com os camponeses que levou o PCCh ao poder a quase trinta anos atrás.

A partir disso, a China inaugura uma nova fase na construção de seu socialismo que, segundo Gabriele e Jabbour (2021), permitiram o estabelecimento de uma nova formação econômica e social que utiliza da racionalização da produção através do complexo sistema de planificação encabeçado por um governo popular, cujo projeto nacional cada vez mais caminha em direção à valorização de aspectos sociais que promovam o aumento da qualidade de vida da população chinesa, representando assim, uma forma de democracia não ocidental. Assim, são desenvolvidos na China contemporânea diversos projetos públicos para o atingimento desses objetivos, como por exemplo o programa político de “modernização sob a ótica chinesa”, que busca a consolidação de um processo de modernização no país focado nas diferentes necessidades sociais da população em diversas áreas (como na saúde, educação, ambiental, trabalhista, etc.) e, conforme o próprio slogan da campanha “sem deixar ninguém para trás”, à medida que diferente do que ocorre em muitos lugares no mundo, esse projeto compreende uma modernização tecnológica não somente nas grandes metrópoles e áreas industriais do país, mas também no interior.

Considerando o exposto, a experiência chinesa inaugurou novas formas de planificação, planejamento social e econômico e trouxe ao debate acadêmico novas discussões acerca do papel estatal para o desenvolvimento dos países da periferia do capitalismo mundial. Além disso, assumiu uma posição contra hegemônica nas relações internacionais ao adotar o socialismo como modo de produção, adaptando-o às características internas e necessidades da sociedade chinesa, além de utilizar instrumentos de mercado para garantir a coexistência do socialismo com uma ordem internacional capitalista. Nesse sentido, é importante destacar que, por representar uma oposição às forças hegemônicas e ao pensamento ocidental centrado na Europa e nos Estados Unidos, existem muitas leituras que interpretam o desenvolvimento da nação chinesa a partir de caricaturas e do senso comum,

sobretudo em críticas direcionadas aos dirigentes do PCCh, que ignoram as condições históricas e obstáculos impostos ao país.

Portanto, assim como qualquer formação econômica social, a China também é dotada de contradições, no entanto, a sua dinâmica socialista tem se apresentado como um modelo sustentável e tem superado problemáticas inerentes aos ciclos de crises capitalistas. Dessa forma, o socialismo chinês projeta-se como um verdadeiro “dragão asiático” nas relações internacionais e representa uma possibilidade para o estabelecimento de um estágio superior ao capitalismo.

7. Referências

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica:** um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf> Acesso em 02 de junho de 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica. **Estudos Avançados**, [S. l.], vol. 23, nº. 66, p. 7-23, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10406>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

BETTELHEIM, Charles. **Cultural Revolution and Industrial Organization in China**. Londres: Monthly Review Press, 1979.

CHANG-SHENG, S. **Do Grande Salto para Frente à Grande Fome: *China de 1958-1962***. Diálogos, v. 8, n. 1, p. 107 - 129, 8 jul. 2017. Disponível em: < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38027>. Acesso em 05 de junho de 2023.

CHINA'S PUBLIC IMAGE WAR. **History Extra**, 2017. Disponível em: <https://www.historyextra.com/period/20th-century/china-history-public-image-west/>. Acesso em 05 de junho de 2023.

CINCO ESTADOS CONCENTRAM 65% DO PIB. **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/29/cinco-estados-concentram-65-do-pib> Acesso em 05 de junho de 2023.

CRESSY, Paul. **O Sistema de Exame para o Serviço Público e sua Influência na Civilização Chinesa**. Revista do Serviço Público, v. 1, n. 3, p. 273 – 276, março de 1942. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1834>. Acesso em 11 de abril de 2023.

DURKHEIM, Émile. **Fato Social e Divisão do Trabalho**. Coleção Ensaios Comentados. 1º Edição. São Paulo: Editora Ática, 2011.

ENGELS, Frederick. **Karl Marx and Frederick Engels Selected Works:** volume one. Moscou: Progress Publishers, 1969.

ENGELS, Friedrich; MARX Karl. **Acerca del colonialismo (Artículos y Cartas)**. Moscou: Editorial Progreso, 1978.

FILHO, Fadel David Antonio. **Globalização:** para quem?. Revista Geosul, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 07 – 22, janeiro – junho de 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13784/12654> Acesso em: 02 de junho de 2023.

GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. **China:** o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Vol. 1)**. 10ª Edição. Civilização Brasileira, 1999.

HISTÓRIA DA CEPAL. **Cepal.org**, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre/historia-cepal>. Acesso em 02 de junho de 2023.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios:** 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JABBOUR, Elias Khalil. **China:** Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. Florianópolis: LABEUR, GCN, CFH, UFSC, 2020.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1ª Edição. Saraiva Uni, 2012.

LEGADO DE DENG XIAOPING ASSOMBRA 'ANTIGLOBALISTAS'. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jaimespitzcovsky/2019/01/legado-de-deng-xiaoping-assombra-antiglobalistas.shtml>. Acesso em 05 de junho de 2023.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução:** a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Marxismo e Revisionismo**. In: Obras Escolhida em três tomos. Lisboa: Edições “Avante!”, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/04/16.htm>. Acesso em 02 de junho de 2023.

LIVRO TRAZ LIÇÕES DE MAO TSÉ TUNG PARA A ESQUERDA. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2019/12/10/livro-traz-licoes-de-mao-tse-tung-para-a-esquerda> Acesso em: 05 de junho de 2023.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Século XX**. 3ª Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. edisciplinas.usp, 1865. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999878/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20Sal%C3%A1rio%2C%20pre%C3%A7o%20e%20lucro.pdf> Acesso em 01 de abril de 2023.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da Economia Política, Livro 1. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism, The Last Stage of Imperialism**. Marxists.org, 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/nkrumah/neo-colonialism/introduction.htm>. Acesso em 02 de abril de 2023.

NOVO ESTUDO REVELA MAIS DE 500 MILHÕES DE PESSOAS VIVENDO NA POBREZA NO MUNDO. **ONU News**, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679661>. Acesso em 05 de junho de 2023.

ONU PROPÕE RENDA BÁSICA PARA OS 2,7 BILHÕES MAIS POBRES QUE VIVEM EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. **O Globo**. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/economia/onu-propoe-renda-basica-para-os-27-bilhoes-mais-pobres-que-vivem-em-paises-em-desenvolvimento-24546798>. Acesso em 05 de junho de 2023.

PEREIRA, Mirlei. **A Inserção Subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho:** consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. Scielo Brasil, 2010. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sn/a/SHBvQFnZdz4qbnxdZpTFYDw/?lang=pt > Acesso em 24 de março de 2023.

PLATKÓVSKI, V.; TITARENKO, S. **Que é Formação Econômico-Social**. Tradução Fernando A. S. Araújo. Revista Mensal de Cultura Política, n. 58,

junho de 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/58/formacao.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

PREBISCH, Raúl. **The Economic Development of Latin America:** and its principal problems. Nova Iorque: United Nations Department Of Economic Affairs, 1950.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SAMPAIO, Thiago Henrique. **O Discurso de Karl Marx ao Domínio Britânico na Índia e Suas Considerações Sobre a Revolta dos Cipaios (1857-1859)**. Revista de História da UEG, v. 5, n. 1, p. 203 – 218, julho de 2016. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3965>. Acesso em 11 de julho de 2023.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**. História Social, n. 17, 115 – 131. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/279>. Acesso em 22 de maio de 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4º Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. 31º Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

SCHILLING, Voltaire. **A Revolução na China:** Colonialismo / Maoísmo / Revisionismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A Resposta da China ao Desafio Ocidental Imperialista:** A Busca Pela Revolução Nacional. encontro2017.abri.org, 2017. Disponível em: <https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498443993_ARQUIVO_SILVA,Athos-2017-6.ENABRI-AsrespostasdaChinaaoDesafioOcidentalImperialista-BuscapelaRevolucaoNacional.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2023.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **A Educação Socialista na China durante a Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976)**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 10, n. 3, p. 245 – 268, dezembro de 2018. Disponível em: <

https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27827/18944>. Acesso em 03 de julho de 2023.

SPENCE, Jonathan. **The Search for Modern China**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1990.

SUYIN, Han. **Lhasa, The Open City:** A Journey To Tibet. Nova Iorque: Putnam, 1977.

TSÉ-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Tomo II. Pequim: Edições do Povo, 1975. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm>. Acesso em 02 de maio de 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno:** vol. 1, a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

'50 YEARS OF DEMOCRATIC REFORM IN TIBET' PHOTO EXHIBITION. **China-embassy.gov**, 2009. Disponível em: <http://bg.china-embassy.gov.cn/bjly/dtxw/200903/t20090322_2176601.htm> Acesso em: 05 de junho de 2023.